

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Sociologia

Luís Gustavo Zimmer

**“Nos tornarmos uma pátria tão próspera quanto o Estado de Israel”:
o sionismo pentecostal no Congresso Nacional**

Belo Horizonte
2024

Luís Gustavo Zimmer

**“Nos tornarmos uma pátria tão próspera quanto o Estado de Israel”: o
sionismo pentecostal no Congresso Nacional**

Dissertação apresentada ao programa de
pós-graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Minas Gerais
como requisito parcial para obtenção do
título de mestre em Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria de
Castro

Belo Horizonte
2024

301 Zimmer, Luis Gustavo de Araújo.
Z72n "Nos tornarmos uma pátria tão próspera quanto o Estado de
2024 Israel" [manuscrito] : o sionismo pentecostal no Congresso Nacional
/ Luis Gustavo de Araújo Zimmer. - 2024.
125 f.
Orientadora: Cristina Maria de Castro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Sociologia – Teses. 2. Sionismo – Teses. 3. Pentecostalismo -
Teses. I. Castro, Cristina Maria de. II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 18 (quatro) dias do mês de Abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do discente LUIS GUSTAVO DE ARAÚJO ZIMMER, intitulada: "**Nos tornarmos uma pátria tão próspera quanto o Estado de Israel**": **o sionismo pentecostal no congresso brasileiro**". A banca foi composta pelos (as) professores (as) doutores (as): **Cristina Maria de Castro** - Orientadora (DSO/UFMG), **Joanildo Albuquerque Burity** (Fundação Joaquim Nabuco) e **Nina Rosas** (DSO/UFMG) . Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação da Defesa (x)

Reprovação da Defesa ()

Belo Horizonte, 18 de abril de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Nina Gabriela Moreira Braga Rosas de Castro, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 18/04/2024, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Maria de Castro, Professora do Magistério Superior**, em 18/04/2024, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joanildo Albuquerque Burity, Usuário Externo**, em 26/04/2024, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3150931** e o código CRC **71A68EDC**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Cristina pela liberdade e orientação durante o processo de escrita. Aos professores Joanildo Burity, Nina Rosas e Yumi Garcia dos Santos pela participação nas bancas e disposição em fazer comentários que permitiram a melhora do trabalho final. Agradeço à CAPES pela bolsa que me permitiu desenvolver a pesquisa. A Belo Horizonte e à UFMG pela experiência que a mudança traz à identidade individual.

Agradeço especialmente ao meu pai, Jacir, por ter me interessado na política desde a mais tenra idade ao chegar em casa e tirar meus desenhos para pôr o noticiário político, por ter me dado a *Ética Protestante* no meu aniversário de 11 anos, embora eu não tenha entendido muita coisa à época. Escrevo sempre pensando no que você acharia, como se aquela experiência prática no interior do campo político pudesse aportar algum conhecimento que foge ao analista do fenômeno político, observador distante do jogo que aí se desenrola, como um amador.

“O leitor erraria redondamente se julgasse que lhe estamos apresentando uma imagem da sociedade na qual todos tramam, conspiram e deliberadamente vestem disfarces para enganar-se mutuamente. Pelo contrário, a representação de papéis e os processos formadores de identidades são geralmente irrefletidos e não planejados, quase automáticos. As necessidades psicológicas de coerência de auto-imagem a que nos referimos garantem isto. A fraude deliberada exige um grau de autocontrole psicológico de que poucas pessoas são capazes. É por isso que a insinceridade é fenômeno relativamente raro. A maioria das pessoas é sincera, porque este é o caminho mais fácil, psicologicamente. Isto é, elas acreditam no que representam, esquecem convenientemente a representação anterior e seguem pela vida contentes, convictas de estarem à altura de todas as expectativas. A sinceridade é a consciência do homem que se empolga com sua própria representação” (BERGER, 2011, p.123).

RESUMO

Este trabalho analisa o desafio da construção de um discurso político embasado por argumentos religiosos em torno do Estado de Israel por parte de políticos pentecostais brasileiros, do entrelaçamento das lógicas religiosa/política, as representações aí presentes de modo a compreender mais profundamente o ethos político pentecostal. Nesse sentido, as perguntas que atravessam a pesquisa podem ser formuladas da seguinte forma: como políticos pentecostais inserem o sionismo cristão em sua articulação no Congresso? Como dar sentido a ação destes parlamentares? Que racionalidade aí se faz presente? Para alcançar os objetivos propostos, realizou -se uma análise de conteúdo nos discursos dos parlamentares pentecostais em relação aos judeus e ao Estado de Israel, codificando o emaranhado de dados obtidos em temas principais. A conclusão é de que o sionismo dos parlamentares pentecostais tem muito mais a ver com os problemas nacionais brasileiros do que com Israel e os judeus. A partir de sua hermenêutica bíblica, tomada como base para a compreensão do real, Israel se torna uma nação redentora, um excelente veículo de prosperidade diante da pleora de diferentes alternativas políticas na modernidade. Os parlamentares tentam oferecer uma solução religiosa para os problemas bem concretos do país, promovendo a prosperidade da nação tal como prometido pelo próprio Deus, em sua perspectiva o Brasil só teria a ganhar se aproximando de Israel.

Palavras-chave: sionismo cristão; pentecostalismo; ativismo político evangélico.

ABSTRACT

This work analyzes the challenge of building a political discourse based on religious arguments about the State of Israel by Brazilian Pentecostal politicians, the intertwining of religious/political logics and the representations present therein, in order to gain a deeper understanding of the Pentecostal political ethos. In this sense, the questions that permeate the research can be formulated as follows: how do Pentecostal politicians insert Christian Zionism into their articulation in Congress? How do these parliamentarians make sense of their actions? What rationality is present there? In order to achieve the proposed objectives, a content analysis was carried out on the speeches of Pentecostal parliamentarians in relation to Jews and the State of Israel, codifying the tangle of data obtained into main themes. The conclusion is that the Zionism of Pentecostal parliamentarians has much more to do with Brazil's national problems than with Israel and the Jews. From their biblical hermeneutics, taken as a basis for understanding reality, Israel becomes a redeeming nation, an excellent vehicle for prosperity in the face of the plethora of different political alternatives in modern times. The parliamentarians try to offer a religious solution to the country's very concrete problems, promoting the prosperity of the nation as promised by God himself, in their view Brazil would obtain benefits by getting closer to Israel.

Keywords: Christian Zionism; Pentecostalism; Evangelical political activism

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O PROJETO DE NAÇÃO PRETENDIDO POR DEUS: PENTECOSTALISMO E POTÊNCIA.....	15
2.1 Dualismo	24
2.2 Teologia da prosperidade	28
2.3 Teologia do domínio	34
2.4 A Frente Parlamentar Evangélica	42
3 “POR MEIO DE VOCÊ TODOS OS POVOS DA TERRA SERÃO ABENÇOADOS”: A APROXIMAÇÃO ENTRE CRISTIANISMO E JUDAÍSMO	49
4 O PASTOR SE TORNA POLÍTICO: O SIONISMO CRISTÃO NO CONGRESSO BRASILEIRO	65
4.1 Figuras religiosas presentes no lobby pentecostal	67
4.2 Os parlamentares pentecostais frente aos desenvolvimentos do conflito israelo-palestino	72
4.3 As bençãos de prosperidade	77
4.4 As bases do sionismo pentecostal no Congresso	87
4.5 O papel do Brasil na criação de Israel.....	91
4.6 Considerações sobre a audiência pentecostal.....	95
4.7 As consequências do lobby pentecostal.....	97
4.8 O sionismo cristão como instrumento de disputa política	100
4.9 A influência norte-americana	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
Referências Bibliográficas	111

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o desafio da construção de um discurso político embasado por argumentos religiosos em torno do Estado de Israel por parte de políticos pentecostais brasileiros, do entrelaçamento das lógicas religiosa/política, as representações aí presentes de modo a compreender mais profundamente o *ethos* político pentecostal. Nesse sentido, as perguntas que atravessam a pesquisa podem ser formuladas da seguinte forma: como políticos pentecostais inserem o sionismo cristão em sua articulação no Congresso? Como dar sentido a ação destes parlamentares? Que racionalidade aí se faz presente?

Sem dúvida a inserção política pentecostal choca os observadores externos, isto porque o fenômeno constitui um desvio em relação à “tese da secularização” que afirma como a partir da modernidade a religião estaria relegada à esfera privada enquanto o domínio público seria secularizado, sem qualquer influência entre ambos, religião e política estariam separados. Nesse sentido, Freston (1993) faz um inventário de inúmeras reportagens jornalísticas e estudos científicos que ligam a participação política pentecostal a termos como: “fanático”, “agressivo”, “excêntrico”, “ilegítimo”, “sinistro”, “seita”, “falsos profetas”, “alienação política”, “fisiologismo”, “hipocrisia”, “fundamentalismo” e “conservadorismo”. Regularmente entende-se que o fenômeno representa a inserção de uma lógica particular na esfera pública, lugar onde só deveria haver o interesse de toda a sociedade (BURITY, 2008). Veremos no curso do trabalho como a articulação sionista relaciona-se intimamente com tais questionamentos.

Uma vez eleitos, esses parlamentares buscam, sem receio ou vergonha alguma, importar suas visões de mundo para o interior do campo político, influenciando o Estado com base na religião por eles professada. Freston (2020) enfatiza a ousadia com que grupos pentecostais recomendam suas próprias visões de mundo para os demais. Na perspectiva nativa, eles seriam os detentores da verdade a partir do conhecimento das Escrituras e do contato privilegiado com o sagrado, dessa forma eles veem-se como agentes moralizantes e civilizadores diante de um mundo pecaminoso e seriam, por isso mesmo, aptos e capazes de promover uma melhora generalizada na sociedade (CUNHA, 2017).

Por sua vez, a bibliografia indica que a participação política pentecostal se traduz majoritariamente em propostas políticas conservadoras e pautas corporativistas pelo interesse das igrejas (FRESTON, 1993; PIERUCCI, 1996a;

MACHADO & BURITY, 2014). Já o presente trabalho analisa uma ramificação recente da presença política pentecostal que ainda não foi muito explorada no debate sociológico brasileiro, isto é, o apoio às causas do Estado de Israel e o sionismo vigente em muitos grupos pentecostais.

Se a controvérsia envolvendo sua participação política já não bastasse, este grupo atua politicamente para influenciar a política externa do Estado brasileiro em relação ao Oriente Médio. Sem dúvida o episódio mais marcante nesse sentido foi o imbróglio envolvendo a transferência da embaixada brasileira em Israel. No dia 1 de novembro de 2018, logo após as eleições presidenciais, o presidente eleito Jair Bolsonaro anunciou via twitter sua intenção de transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém. Na época o anúncio repercutiu largamente na mídia e na academia por mudar uma tradição de décadas da diplomacia brasileira de relativo distanciamento e equidade no envolvimento com a questão árabe-israelense (VIGEVANI, 2002). Assim pode-se destacar como o Brasil vinha estreitando seus laços com Israel no governo Bolsonaro (FREESTON, 2020). A polêmica em torno do tema surge devido ao imbróglio internacional pelo status diplomático de Jerusalém, reivindicada como sua capital por palestinos e israelenses. Em entrevista posterior, o então presidente justificou a aproximação com Israel devido a fatores domésticos, “grande parte dos evangélicos são favoráveis à mudança da capital. Então, nós estamos atendendo um anseio de grande parte da população, não é da minha cabeça, não é algo pessoal meu” (SBT JORNALISMO, 2019). O sermão de Edir Macedo vai no mesmo sentido, “levante a sua mão pro céu, em nome de Jesus. Meu pai, nós estendemos as mãos e te pedimos por Jerusalém. Jerusalém, a capital eterna de Israel” (TEMPLO DE SALOMÃO, 2018). Já Silas Malafaia assegura, “nós aprendemos e ensinamos na nossa igreja a termos um amor por Israel como nação e pelo povo que tá vinculado a essa nação que é o povo judeu” (MALAFAIA, 2015).

Como se pode ver, o objeto se localiza na intersecção de duas discussões bastante polêmicas: de um lado a participação política pentecostal –perpassando temas como secularização, fundamentalismo religioso e conservadorismo. E de outro, o interminável conflito Israelo-palestino – que por sua vez lida com temas tais como: terrorismo, anti-colonialismo, antisemitismo, embate Ocidente-Oriente.

Ao lidar com tantas controvérsias, evitei tomar partido nas lutas sociais que pretendia analisar, daí a necessidade de constante vigilância epistemológica para não reproduzir irrefletidamente posições contrárias ou favoráveis em relação ao objeto no

curso do trabalho científico (BOURDIEU et al, 2015). Procurei, tanto quanto possível, fazer justiça aos meus nativos ao expor, em detalhes, seu próprio modo de pensar e agir uma vez “dentro” da esfera política. Procedimento esse que, como espero demonstrar, não questiona se a religião deveria ou não envolver-se politicamente, mas que ofereça algumas ferramentas para pensar a inserção política pentecostal com mais profundidade, sobretudo no sentido de destacar as diferenças fundamentais deste outro modo de pensar a política. Dessa forma, mesmo que o leitor não esteja de acordo com a articulação sionista conduzida por parlamentares pentecostais no Congresso, é preciso ter em mente que

para “compreender” um cálculo matemático errado ou uma formulação lógica “falsa” e para poder estabelecer e explicar sua influência sobre as consequências fatídicas, evidentemente será necessário não somente comprovar aquilo através de um cálculo “correto” ou repensar aquilo logicamente, mas sobretudo indicar expressamente por meio da lógica e do cálculo “correto”, aquele ponto em que o cálculo ou a formulação lógica investigados se afastam daquilo que o pesquisador considera como normativamente “correto” (WEBER 1995, p.393).

Embora se considere a neutralidade axiológica como um ideal a ser buscado no curso da pesquisa, é preciso admitir que a separação completa entre sujeito e objeto, principalmente num campo como a sociologia da religião, nunca é completa, contaminações valorativas regularmente se fazem presentes no interior da análise independentemente da vontade do pesquisador (HERVIEU-LÉGER, 2009). Nesse sentido cabe avisar antecipadamente ao leitor minha própria posição para que ele possa levá-la em conta: sou ateu e não compartilho das mesmas visões político-religiosas de meus nativos, já em relação ao conflito israelo-palestino tenho opiniões mais favoráveis ao lado palestino. Mas gostaria que um cristão sionista pudesse ler este trabalho e encontrar uma descrição fiel daquilo que ele crê, e não um tom excessivamente acusatório.

Quanto à metodologia, este estudo parte de uma estratégia de pesquisa qualitativa de maneira a capturar o caráter dinâmico e a polissemia de sentidos contida no sionismo cristão no Congresso Nacional. A pesquisa qualitativa é sobretudo um método que posiciona o observador no mundo social vivido pelos seres humanos, trazendo à tona as práticas, por vezes infinitesimais e irrefletidas, que compõem este mundo. Os dados são representações do mundo real formuladas pelos nativos aptas à análise detida, numa estratégia que aprofunda nosso conhecimento sobre o fenômeno que se pretende analisar. Há um naturalismo envolvido nesse tipo de

pesquisa, tal como o primatólogo que vai à floresta para compreender o comportamento dos chimpanzés, o cientista social mergulha no mundo do seu objeto tal como este se desenrola no seu “ambiente natural”. Com isso busca-se interpretar e analisar as interpretações e análises inter-subjetivas dos sujeitos envolvidos.

Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma análise de conteúdo nos discursos dos parlamentares pentecostais em relação aos judeus e ao Estado de Israel. A estratégia adotada foi de codificar o emaranhado de dados obtidos em temas principais de modo a chegar a uma compreensão mais profunda do lobby pentecostal pró-israel. Por sua vez, Charmaz define a codificação desta forma:

codificar significa nomear segmentos de dados com uma classificação que, simultaneamente, categoriza, resume e representa cada parte dos dados. A codificação é a primeira etapa para passarmos dos enunciados reais presentes nos dados à elaboração das interpretações analíticas. Visamos a produzir uma versão interpretativa que tem início com a codificação e que elucida a vida estudada (CHARMAZ, 2009, p.69).

Tal estratégia é indicada quando o pesquisador busca ordenar e analisar em profundidade a massa de dados desorganizada por ele construída no momento da pesquisa. Adu (2019) utiliza uma metáfora com a mineração: codificar se aproxima do exercício do mineiro quando este encontra uma pepita em estado bruto na natureza. Aqui e acolá há uma série de procedimentos específicos necessários para purificar o material bruto. Os garimpeiros de ouro por exemplo (1) moem o minério e (2) aplicam uma solução de mercúrio para separar o ouro dos demais materiais. Para uma filtragem mais profunda passa-se em seguida a (3) derreter a pepita de maneira a chegar a uma forma mais pura e refinada de ouro. Em resumo, pode-se dizer que a codificação deve ser utilizada quando se deseja filtrar os materiais encontrados e assim produzir análises mais refinadas.

Como ficará claro no curso da pesquisa, a articulação sionista levada a cabo por parlamentares pentecostais contém características particulares ao mundo social destes indivíduos. Nesse sentido, a codificação realizada buscou, tanto quanto possível, chegar ao núcleo tácito da mensagem só verdadeiramente disponível para aqueles já fluentes na linguagem pentecostal, seus subentendidos, a moral interna do grupo, as figuras e representações comuns e tão facilmente reconhecidos pelos nativos, mas tão enigmáticas para os observadores externos.

Para tanto, as declarações públicas emitidas pelo grupo foram privilegiadas no

curso da pesquisa, isto porque tais discursos se constituem como o momento por excelência em que o político dialoga com o público geral. Há uma dimensão simbólica em tal momento, o parlamentar pentecostal se exterioriza, se expõe, ao disseminar suas visões de mundo para o restante da sociedade. Ele oferece seu diagnóstico para os problemas que afligem o país e, também, qual o melhor tratamento para saná-los. Respostas que, é claro, variam segundo a ideologia política do grupo em questão, mas que estabelecem a diferença entre um jeito cristão de fazer política e os demais (MIRANDA, 1999). Nesse sentido, Charaudeau (2006) destaca a importância da linguagem na política.

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito (CHARAUDEAU, 2006, p.21).

No curso de toda sua atuação o político pentecostal lida com o particular problema da instituição da autoridade legítima na democracia representativa, isto é, quem, dentre os inúmeros postulantes, das mais diversas ideologias políticas, representa os verdadeiros interesses coletivos? É através dos discursos, mais do que em qualquer prática, que o político trabalha a sua reputação, transmitindo a visão de que trabalha em prol dos eleitores e não o contrário. Ele busca com isso atenuar aquela habitual suspeita em relação aos políticos que questiona se eles são nossos representantes ou nossos senhores (BARREIRA, 1998; BOURDIEU, 2011).

Os dados foram obtidos através de postagens em redes sociais de parlamentares pentecostais, da página oficial da Frente Parlamentar Evangélica, da reunião do grupo parlamentar Brasil-Israel, debates na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, discussões sobre a aprovação, do impeachment de Dilma Rousseff, de acordos de cooperação entre Brasil e Israel e, com especial destaque, as sessões solenes em homenagem a data da criação do Estado de Israel realizadas frequentemente no Congresso Nacional. O Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação do Congresso (DETAQ) disponibiliza a transcrição de muitas destas sessões, outras foram transcritas manualmente a partir de gravações

disponíveis online da TV câmara. O recorte temporal da pesquisa vai da fundação da Frente Parlamentar Evangélica, no ano de 2003, até 2023, no primeiro ano da 57ª Legislatura (2023-2026).

O primeiro capítulo trata do pentecostalismo. Os conceitos de Dualismo, Teologia da Prosperidade e Teologia do Domínio são explicitados em diferentes seções a partir do foco específico na compreensão da participação política do grupo, sobretudo em relação à Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. O segundo capítulo analisa a literatura sobre o sionismo cristão, a natureza dessas visões de mundo no interior das igrejas, principalmente em relação aos pastores e crentes. O terceiro capítulo é propriamente empírico ao lidar com um tema ainda não tratado com muita profundidade pela literatura: o lobby sionista dos parlamentares pentecostais no Congresso.

2 O PROJETO DE NAÇÃO PRETENDIDO POR DEUS: PENTECOSTALISMO E POTÊNCIA

O trabalho de definição é fundamental para que possamos entender exatamente do que estamos falando. Entretanto, a tarefa torna-se ainda mais complicada que o habitual se tratando de grupos cristãos, haja vista o grande dinamismo aí presente. Nesse sentido, Bourdieu pode mesmo afirmar, “as crenças e práticas comumente denominadas cristãs (sendo este nome a única coisa que tem em comum) devem sua sobrevivência no curso do tempo à sua capacidade de transformação” (BOURDIEU, 1974, p. 52). O quadro do cristianismo brasileiro demonstra tal profusão: católicos, luteranos, presbiterianos, batistas, metodistas, pentecostais, dentre outros, se fazem aqui presentes e a definição dos limites que os separam não é sempre clara.

Se o tamanho da lista já não fosse grande o suficiente, ainda surge a questão de que a religião não é estática, continua sua metamorfose diante de nossos olhos graças às influências do entorno da sociedade em geral, adoção de estratégias exitosas, importações doutrinárias do exterior, sincretismos, idiosincrasias, além de uma habitual tendência ao cisma. Assim que os sociólogos da religião constroem uma definição que abarque determinado grupo mudanças ocorrem, obrigando-os a um novo esforço no mesmo sentido.

A linguagem corrente apresenta um problema adicional a tal questão, afinal na América Latina utiliza-se o termo “evangélico” indistintamente a diversos grupos não católicos. Embora compartilhem uma história comum que começa com a reforma protestante no século XVI, o termo mais atrapalha do que ajuda, ao não levar em conta as diferenças presentes entre as diversas denominações. Dessa forma, a escolha pela variável “pentecostais” ao invés de “evangélicos” nesta pesquisa se justifica pela especificidade do primeiro em relação ao tema do sionismo cristão (a ser trabalhado nos capítulos seguintes) que nos permita ser mais inequívoco em seu exame.

De maneira geral, o pentecostalismo é o mais recente movimento religioso protestante, surgiu no início do século XX no norte global, difundindo-se a partir do trabalho de missionários para o restante do mundo. Até os dias de hoje uma vasta rede de seminários, congressos e conferências com relevantes pastores internacionais, além é claro do contato com a literatura estrangeira já bastante traduzida garante a centralidade dos Estados Unidos no mundo evangélico/pentecostal. Nesse sentido, os pastores brasileiros são instruídos a partir

dos mesmos valores e visões de mundo do campo evangélico norte-americano. Em um segundo momento as figuras que tiveram contato mais próximo com as inovações estrangeiras as compartilham com demais pastores e lideranças político-religiosas locais, influenciando o campo pentecostal brasileiro de maneira geral (FREESTON, 1993; MARIANO, 2014).

No aspecto doutrinal, sua diferença em relação aos seus “irmãos mais velhos”, o chamado protestantismo histórico (luteranos, presbiterianos, metodistas e batistas), se dá pela crença na contemporaneidade dos dons do Espírito Santo. Explica-se, entre católicos e protestantes históricos é comum a crença de que os cristãos do tempo da igreja primitiva entraram em contato com a energia do Espírito Santo, o que permitia feitos fantásticos por parte deste grupo originário. Segundo a Bíblia, a descida do Espírito Santo para os apóstolos e cristãos primitivos se deu na festa de pentecostes, 50 dias após a crucificação de Jesus. Atos 2 narra o evento:

E, cumprindo-se o dia de Pentecostes, estavam todos concordemente no mesmo lugar; E de repente veio do céu um som, como de um vento veemente e impetuoso, e encheu toda a casa em que estavam assentados. E foram vistas por eles línguas repartidas, como que de fogo, as quais pousaram sobre cada um deles. E todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem (BÍBLIA, Atos, 2:1-4).

Desta forma, católicos, protestantes históricos e pentecostais, em geral, concordam que este estágio inicial do cristianismo é marcado pela multiplicação de milagres e crescimento exponencial da igreja. Entretanto, para os dois primeiros essa energia extraordinária teria se afastado da humanidade após a época do cristianismo primitivo. Os pentecostais diferenciam-se destes por colocar ênfase na ideia de que o contato com o Espírito Santo ainda é disponível para os cristãos modernos, em resumo, creem na continuidade dos dons em oposição aos outros dois grupos cessacionistas. Daí a importância associada à festa de pentecostes, primeiro contato com a energia fantástica, que dá nome ao movimento.

Do ponto de vista pentecostal o contato com essa energia engendra qualidades extraordinárias no indivíduo, são os chamados dons do Espírito Santo. Daí pode-se mencionar a glossolalia, a capacidade de falar em línguas estranhas, exatamente como no relato bíblico citado anteriormente, símbolo exterior do encontro individual com o Espírito Santo que gera essa “língua divina” incompreensível para os simples mortais” (KEPEL, 1991, p.113). Destaca-se ademais a capacidade de curar doenças, expulsão de demônios, distribuição de bênçãos e dons espirituais, bem como

profecias sobre o futuro. Este último ponto é importante como um exemplo para se compreender sua visão de mundo. Para o pentecostalismo o profeta não está propriamente inventando uma predição sobre o futuro, ele é, na verdade, um porta-voz. As palavras que ele diz não são dele exatamente, mas ele as recebe diretamente de Deus e anuncia o futuro para os demais (AGAMBEN, 2017).

O exemplo já ilustra uma tônica constante, para os pentecostais a transcendência “desce” do plano espiritual para atuar diretamente no nosso mundo. Não há tanta distância entre o homem e o sagrado, a divindade não está distante no céu, está “aqui” e o contato íntimo entre ambos é possível. Daí que os crentes se dizem “cheios do Espírito Santo” ou “ungidos”, isto é, o indivíduo é ele mesmo possuído, impregnado, atravessado pela divindade. Nesse sentido, o pentecostalismo se aproxima do êxtase na busca por transportar os indivíduos para além de si mesmos através da prática religiosa (DESROCHE, 1985). Por isso mesmo a crítica pentecostal costuma denunciar a ausência de milagres do Espírito Santo, a frieza e a monotonia dos cultos protestantes (que se aparentam mais à aula de um professor). Por seu turno, os cultos pentecostais são emotivos, mais próximos do espetáculo. Pode-se observar, por diversas vezes, membros chorando copiosamente nos cultos e a ainda a “queda no Espírito Santo”, fenômeno em que o indivíduo literalmente cai durante as orações, sendo geralmente segurado pelos obreiros da igreja (MARIANO, 2014). Assim compreende-se a presença da música, da pregação quase berrada e da dança nesta religião, instrumentos que buscam provocar este estado de êxtase no crente. O culto protestante seria “frio”, em oposição ao “calor” do contato pentecostal com o Espírito Santo ou, na comparação de um crente pentecostal que exalta a própria igreja, “aqui, onde Cristo é mais forte” (BRANDÃO, 1980, p. 295).

Entrar em contato com a energia do Espírito Santo engendra um novo modo de ser no mundo, nesse sentido a conversão e o batismo são encarados como um verdadeiro segundo nascimento, início de uma nova identidade que altera profundamente a história individual, rompendo com hábitos, companhias e estados mentais anteriores (FERNANDES, 1998). Essa lógica separa dois tempos, o primeiro é o tempo crítico anterior, da vida desregrada, infeliz e repleta de malogro. Em seguida, a partir da conversão e do contato especificamente pentecostal com os poderes sobrenaturais do Espírito Santo, uma ruptura completa com este passado que se transfigura em uma vida ordenada e prazerosa. Os cultos reafirmam essa representação através dos repetitivos testemunhos de crentes que relatam

casamentos restaurados, curas milagrosas, superação de depressão, alcoolismo, vício em drogas, envolvimento em crimes, a “abertura” das portas do emprego, etc.

Como se pode ver ao longo de tal representação, o pentecostalismo é encarado pelo indivíduo como um ganho de “força”, “potência”, contato com o “fogo do Espírito Santo”. O termo bíblico *dunamis* vai no mesmo sentido, ele é a raiz do termo “dinamite” ainda presente na língua portuguesa. No contexto do cristianismo primitivo significava o poder sobrenatural adquirido pelos cristãos que se manifestava pelos dons, milagres, crescimento exponencial do número de conversões e grande transformação social. Assim, Atos 4:33 conta que “com grande poder (*dunamis*) os apóstolos continuavam a testificar da ressurreição do Senhor Jesus e grande favor estava sobre eles”. Tornar-se um pentecostal é, para o indivíduo que assim procede, de alguma forma tomar para si um pedaço desta força, nascer de novo como um indivíduo na segunda potência. É verdade que essa absoluta dependência para com a divindade soa como um obstáculo à liberdade individual para a sensibilidade moderna, entretanto do seu ponto de vista a conversão não é sentida tanto como um dever que se impõe a ele, limitando-o, mas como uma solução legítima para os perigos da anomia e da contingência na realidade (ELIADE, 1992; BERGER, 2009).

Esta recente inovação no interior do cristianismo busca uma espécie de volta às origens mais puras do cristianismo primitivo que teria se perdido por séculos. Uma reintegração à situação primordial, do “verdadeiro” contato com a transcendência em contraposição aos desvios de demais grupos, o que contém uma crítica nem tão velada assim a católicos e protestantes históricos. Por isso mesmo em cada culto a experiência originária de pentecostes, da chegada do Espírito Santo é criada e recriada continuamente.

Já no sentido demográfico, o pentecostalismo se destaca como o movimento religioso mais dinâmico do país. Historicamente o Brasil foi, e ainda é, um país de maioria católica, entretanto os dados do IBGE demonstram uma nova tendência no interior do campo religioso brasileiro. O censo de 1980 marcou a primeira vez em que pentecostais e protestantes históricos foram diferenciados, constatou-se que 6,6% dos brasileiros se identificavam como evangélicos, sendo 51% pertencentes a igrejas protestantes históricas. O censo subsequente de 1990 mostrou um pequeno aumento na população evangélica, agora em 9% do país. Mas com 66,1% dos evangélicos identificando-se como pentecostais, dado que indica um declínio nas denominações protestantes históricas. A tendência continuou no censo de 2000, em que os

evangélicos representavam agora 15,4% da população, ali apenas os autodeclarados pentecostais já ultrapassavam 17 milhões de pessoas. Por sua vez, o mais recente censo disponível em 2010 viu o percentual de evangélicos subir para 22,2%. Em números absolutos 25 milhões de brasileiros se autodeclararam pentecostais, representando em torno de 66% do campo evangélico como um todo (IBGE, 2010). Em síntese, houve um aumento significativo na população evangélica no Brasil, passando de 6,6% em 1980 para 22,2% em 2010. Esse crescimento levou os estudiosos a prever que, se a tendência continuar, o Brasil poderá se tornar um país de maioria evangélica até 2032, uma perspectiva aguardada ansiosamente por muitas lideranças evangélicas (BALLOUSSIER, 2020).

O quadro demonstra como a grande perdedora parece ser a tradicional Igreja Católica Romana, instituição dominante no campo religioso por mais de cinco séculos. Em 1980, 89,2% dos brasileiros se identificavam como católicos, mas em 2010 esse número caiu para 64,6% (IBGE, 2010). Soma-se a isto o fato de que uma grande parcela dos católicos não pratica a religião de fato, assim a mensagem católica parece estar perdendo ressonância entre a população brasileira, particularmente a partir da segunda metade do século XX (PIERUCCI, 2004; MARIANO, 2013).

Já o perfil socioeconômico dos que se convertem ao pentecostalismo difere do estereótipo muitas vezes associado ao protestantismo. A própria origem do movimento pelo trabalho de W.J. Seymour - um garçom negro nascido como escravo nos Estados Unidos - já demonstra este ponto (FREESTON, 1993). No Brasil quase 60% dos pentecostais são pretos ou pardos, esta religião é praticada principalmente por moradores de periferias urbanas com renda e escolaridade abaixo da média nacional (SPYER, 2020). Assim, o pentecostalismo é preferencialmente uma religião dos extratos mais pobres.

A comparação da distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade por rendimento mensal domiciliar per capita revelou que (...) evangélicos pentecostais formavam o grupo religioso com a maior proporção de pessoas pertencentes a classes de rendimento até 1 salário mínimo (63,7%) (IBGE, 2010, p. 105).

Por outro lado, o fenômeno do pentecostalismo conta com intenso dinamismo interno e muitas diferenças entre as denominações. Seguimos a tipologia de Freston (1993) que divide as formações pentecostais em três ondas, conforme nomeadas por Mariano (2014) - pentecostalismo clássico (ou primeira onda), deuteropentecostalismo (segunda onda) e neopentecostalismo (terceira onda). A primeira onda ocorreu de

1910 a 1950, com a chegada do pentecostalismo no país graças ao trabalho de missionários do norte global que estabeleceram a Congregação Cristã e a Assembleia de Deus. Do ponto de vista sociológico, o pentecostalismo clássico destaca-se por uma clara oposição entre “mundo” e “igreja”. Nesta lógica o primeiro termo é compreendido negativamente como uma esfera de ignorância, malogro, vaidade, hedonismo, materialismo e, principalmente, danação eterna. Por seu turno, a igreja, enquanto reino de Deus na terra, representa ordem, paz, felicidade que por fim leva o indivíduo à salvação.

Nesse sentido, esta fase é marcada por seu intenso ascetismo de rejeição do mundo e pela visão negativa da natureza humana, portanto esperava-se que seus seguidores aderissem a rígidos códigos morais e práticas austeras como forma de demonstrar sua condição de salvo. Isso envolvia abster-se de vários prazeres mundanos, como álcool, jogos de azar e fruição das benesses que o dinheiro pode trazer, bem como evitar o rádio, os meios de comunicação (influência maligna na vida no crente) e o sexo, permitido apenas para procriação (FREESTON, 1993). Buscava-se por estes meios “controlar e superar a malignidade da criatura na própria natureza do agente.” (WEBER, 1982, p. 374). A estética individual já exprime a força dessa visão de mundo religiosa, de onde surge o estereótipo clássico do “crente”: o homem simples de terno e Bíblia debaixo do braço e a mulher com saia longa e cabelo preso, nada mais distante em relação à estética “mundana”. Há também uma estratégia de fuga em relação ao restante da sociedade e construção de uma comunidade separada com o mínimo de contato possível entre ambas. Daí compreende-se uma frase repetida à exaustão pelos pentecostais “o crente está no mundo, mas ele não é do mundo”, por isso mesmo a autoexclusão da participação social e o apoliticismo são característicos dessa fase.

Em relação às populações pobres convertidas, a primeira onda do pentecostalismo enfatizava, ora a esperança de gozo da vida eterna no paraíso, ora a abrupta volta de Cristo à terra. Nesse sentido, cabia ao crente aceitar com resignação suas difíceis condições sociais. Além disso, sua teologia destaca o dom de falar em línguas estranhas como elemento central da experiência mística com o Espírito Santo. Sobre a Congregação Cristã e a Assembleia de Deus, Mariano (2014) ressalta que

No início, compostas majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, discriminadas por protestantes históricos e perseguidas pela igreja católica, ambas caracterizam-se por um ferrenho anti catolicismo, por enfatizar o dom de línguas, a crença na volta iminente

de Cristo e na salvação paradisíaca e pelo comportamento de radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior. (MARIANO, 2014, p.29).

A segunda onda, vai dos anos 1950 até 1970 e não contém grandes mudanças em relação ao pentecostalismo clássico. Podem-se destacar duas alterações: 1) a crítica anteriormente vigente que enxergava o rádio e os meios de comunicação de massa como uma má influência para o crente é superada quando as igrejas percebem seu potencial de atrair mais fiéis. 2) A ênfase anterior no dom de falar em línguas é agora deslocada para a cura divina. O Crente poderia testemunhar no dia a dia da igreja a cura de doenças e enfermidades, bem como a realização de milagres pelo Espírito Santo, o que atraiu uma população que buscava alívio para suas dores físicas e emocionais. O relato do pastor pentecostal evidencia a relação da religião com a cura

Imagine uma pessoa que está com a saúde perfeita, vivendo bem, e de repente aparece um problema que os médicos não conseguem diagnosticar. Fazem exames e nada. Às vezes experimentam um remédio para ver se dá resultado, mas não dá. Essa é uma doença de fundo espiritual (SMIDERLE, 2011, p.110)

Assim, os cultos pentecostais focados na cura divina buscam associar-se a figuras tais como “cadeiras de rodas vazias” e “muletas abandonadas no chão”. Já os testemunhos falam sobre diabetes e depressões curadas, tumores que desaparecem e cegos que voltam a ver. Em síntese, a Igreja passa a ser vista como um hospital em segunda potência, cuidando, ao mesmo tempo, do corpo, da alma e da mente, para onde o indivíduo vai quando os hospitais usuais não conseguem mais oferecer tratamento (ORO, 2001). Novamente a ideia de que tornar-se um pentecostal significa para o indivíduo um ganho de “força” e “poder”.

Juntos, o proselitismo através dos meios de comunicação de massa e a ênfase na cura divina trouxeram grande incremento quantitativo na base de fiéis. Subsequentemente, graças ao relativo sucesso da empreitada, o pentecostalismo chama pela primeira vez a atenção da mídia e da academia, iniciando uma dinâmica, até hoje presente, de crítica ao charlatanismo, irracionalismo e as curas falsas neste meio (FREESTON, 1993; MARIANO, 2014).

A terceira onda surge a partir dos anos 70 com igrejas como Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo e Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, dentre outras. O neopentecostalismo inicia uma ruptura

com padrões anteriormente vigentes no campo pentecostal. A clara oposição entre mundo e igreja é parcialmente enfraquecida, o primeiro termo passa a não ser visto tão somente como um antro de pecado e perdição, mas é valorizado como um espaço de realização para o crente. Portanto, o neopentecostalismo procura integrar-se ao mundo ao invés de fugir dele, o que leva à dessectarização e à liberalização, ao menos parcial, dos estereotipados usos e costumes de santidade que os faziam ser facilmente reconhecidos pelos demais.

Também a noção de prazer deixa de ser vista como um perigo à salvação eterna passando a ser mesmo buscada pelo crente. Para o neopentecostalismo, este mundo não é um lugar de sofrimento e tristeza, e sim de felicidade. O pessimismo expresso na resignação frente às injustiças da situação terrena do crente é substituído pelo otimismo e a esperança de uma vida melhor e mais feliz aqui e agora. Deus é poderoso e bom, pois sempre está disposto a ajudar seus filhos com seus problemas. Essa mudança de perspectiva leva à diminuição da ênfase no apocalipse, na segunda vinda de Cristo e no porvir do paraíso pós-vida. No seu lugar, conceitos como “vitória” e “prosperidade” (a serem trabalhadas nas seções seguintes) são repetidos à exaustão nos cultos

Antes, a conversão implicava que os fiéis se fechassem em casa e na igreja, se resguardassem castos, puros e santos para a volta de Cristo e o Juízo Final, se comportassem de modo ascético, sectário e estereotipado. Conduzia-os invariavelmente ao quietismo, à greve social e cultural. Isso mudou. Hoje, diferente de outrora, eles, em especial os neopentecostais, querem ter vez e voz ativas. Anseiam por respeitabilidade social, poder político e econômico. Ambicionam, sem culpa moral, consumir, ganhar mais dinheiro, conquistar um lugar ao sol, se dar bem na vida. Estão em busca de satisfação pessoal. (...) Querem ser como todo mundo e ao mesmo tempo diferentes. Mas desejam ardentemente que sua distinção religiosa seja reconhecida, valorizada e vangloriada pelos outros como integralmente positiva. Tal mudança não é em si mesma nem desabonadora nem salutar. (MARIANO, 2014, p. 232-233).

Esse quadro busca traçar algumas características gerais presente no campo pentecostal. Contudo, quando descemos do nível teórico percebe-se como as fronteiras internas entre as três ondas não são de todo estáticas, cada igreja tenta imprimir um estilo próprio. De todo modo, alguns traços são mais ou menos compartilhados pelas três ondas: uma leitura transcendente do real, ênfase na experiência religiosa subjetiva, os dons espirituais, uma religião preferencialmente dos extratos mais pobres e escuros, líderes fortes e, o principal para presente pesquisa, a participação na política partidária.

Além disso, a dinâmica interna de luta pela aderência dos fiéis leva à adoção de novas estratégias. As inovações - teológicas, publicitárias, oratórias, estéticas, dentre outras (FREESTON, 1993) - que obtêm sucesso para o crescimento de determinadas igrejas chegam ao conhecimento das concorrentes, e acabam por moldar sua atuação. Assim pode-se compreender como igrejas de primeira e segunda onda vão se “neopentecostalizando”, isto é, enfraquecendo a histórica fuga de mundo aí presente para participar na sociedade (FERREIRA, 2014).

Tal dinâmica não é interna ao campo pentecostal. O sucesso dessa religião no país influencia até mesmo os protestantes históricos, aí compreende-se como desde a segunda metade do século XX algumas denominações presbiterianas, batistas, metodistas vem “renovando-se”, ou seja, aderindo às inovações pentecostais como a noção de contemporaneidade dos dons do Espírito Santo mencionada anteriormente (MARIANO, 2014). Um exemplo importante nesse sentido é a Igreja Batista da Lagoinha, originalmente pertencente ao protestantismo histórico, mas que adere posteriormente às inovações pentecostais.

Após estabelecer uma definição básica, resta adentrar nas características essenciais da religião pentecostal de que se trata. Para tanto, as próximas seções lidam com traços particulares do pentecostalismo que, como veremos mais adiante, se relacionam com sua participação na política brasileira.

2.1 Dualismo

A teodiceia é um problema que toda religião ética baseada em um Deus universal e supramundano têm necessariamente de enfrentar. Trata-se de explicar a coexistência do poder e da bondade divina com a imperfeição e a maldade existentes no mundo por ele criado (WEBER, 1982). Surge então a pergunta essencial de porque o Deus todo-poderoso da salvação não elimina os infortúnios e sofrimentos como a fome, a doença, a guerra e, talvez o mais importante, a morte, para aqueles que nele creem. Como podemos reconciliar o poder infinito de Deus com o estado imperfeito do mundo? Com a observação corriqueira de que o mal triunfa e recompensa aqueles que dele se utilizam?

O antiquíssimo problema da teodiceia enfrenta exatamente a questão de saber como pode dar-se que um poder, apresentado, ao mesmo tempo, como onipotente e bom, haja criado este mundo irracional, povoado de sofrimentos imerecidos, de injustiças não castigadas e de incorrigível estupidez. Ou esse poder é onipotente e bom, ou não o é,

ou nossa vida é governada por princípios inteiramente diversos de recompensa e de sanção, princípios que só é possível interpretar por via metafísica, se é que não escapam inteiramente à nossa capacidade de compreensão (WEBER, 2011, p. 146).

Tal questionamento não é exclusivo do intelectualismo de teólogos preocupados com a pureza conceitual de sua própria fé, mas é constantemente presente mesmo entre leigos iletrados. Conforme apontado por Berger (2009), a mãe que se pergunta como Deus pôde permitir a morte de seu bebê inocente está em busca de uma teodiceia, e, como veremos, tal questão influi diretamente nas visões de mundo do indivíduo, moldando seu comportamento. Por sua vez, Weber (1982, 2015) analisa os três tipos puros de teodiceia do sofrimento, elas são o carma, a predestinação e o dualismo.

O carma está intimamente ligado à noção de reencarnação própria de religiões orientais como o hinduísmo e o budismo. Ele postula que toda situação humana é consequência de ações individuais em vidas passadas. Há assim uma implacável lei de causa e efeito que tudo governa, “nada fica, por assim dizer, de fora. Toda ação humana tem suas consequências necessárias e toda situação humana é consequência necessária de ações humanas passadas” (BERGER, 2009, p.94). Mesmo o mais injusto dos sofrimentos é explicado como retribuição pelas faltas cometidas pelo indivíduo em vidas passadas. Assim a bondade e a onipotência divinas podem se manter sem grandes contestações no curso de tal explicação, o indivíduo não tem a quem culpar além dele mesmo pelo sofrimento, afinal ele é criador do seu destino. Nesse sentido, Weber (2015, p.354) destaca como o carma é a “solução formalmente, mais perfeita do problema da teodiceia”.

Por sua vez, a ideia de predestinação exerceu mais influência no judaísmo e no protestantismo clássico analisado por Weber na *Ética Protestante* (1983). Esta vertente postula uma enorme distância entre o Deus criador do universo e os homens, a providência divina arbitrária em seus decretos opera assim além de todo juízo humano e de qualquer tentativa de compreensão. Nesse sentido, o destino individual durante a vida neste mundo, aí incluídos os sofrimentos e as alegrias desigualmente distribuídos, já foi determinado de antemão pela transcendência. A existência do mal seria, em última análise, parte de seu plano, mesmo que não possamos entendê-lo. Como observado pela tragédia de Jó, a teodiceia da predestinação contém uma imagem bastante arbitrária de Deus, ao ponto que Weber (1983, p.72), em um momento de pouca neutralidade axiológica, chega mesmo a aponta sua “patética

desumanidade”.

Por fim, o dualismo se originou no zoroastrismo na Pérsia antiga, e influenciou bastante o quadro do cristianismo. Esta vertente, postula a existência de duas forças transcendentais em constante intercâmbio no universo: os poderes da luz, verdade, virtude e pureza, de um lado, e os poderes das trevas, mentira, vício e impureza, do outro. A humanidade está assim apanhada no meio do embate entre estas duas forças, o que resolve a questão da coexistência do mal com o Deus supramundano. O sofrimento humano existe por conta desse cabo de guerra cósmico com o antagonista cruel, e não como desígnio do Deus a quem as orações são dirigidas (WEBER, 1982, p.409).

Por sua vez, o neopentecostalismo encontra-se bastante influenciado pela teodiceia dualista supracitada. Esta religião compreende que o mundo material está repleto de espíritos bons e maus, até mesmo naquilo que há de mais cotidiano e regular. O demônio, antagonista cristão por excelência, torna-se o culpado pelos males que assolam o crente em sua vida, aí contidas as doenças do corpo, a depressão e a ansiedade tipicamente modernas, o desemprego e a pobreza, problemas familiares e decepções amorosas. De modo geral as experiências individuais angustiantes se acham plenamente explicadas pelo pentecostalismo por meio da menção ao demônio.

Dessa forma, os cultos da igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, fazem menção constante a entidades como demônios, diabos, exus, pomba-giras, etc. Daí compreende-se o sentido específico de alguns ritos que chocam o observador não-religioso por sua aparente irracionalidade, como o uso corriqueiro dos exorcismos, objetos benzidos e “sessões de descarrego” - para libertar o fiel da influência demoníaca -, ou ainda a repetição exaustiva da expressão “tá amarrado em nome de Jesus”. Mariano (2014) condensa a visão de Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, sobre o tema

[...] Para Macedo, os demônios são responsáveis por “todos os males que afligem a humanidade. Doenças, misérias, desastres e todos os problemas”. “Os demônios, espíritos destruidores, estão nos germes, bacilos e vírus”. São “a principal causa das doenças”. Eles “fazem das pessoas o que bem entendem. Cuidam de todos os aspectos da vida delas, desde a maneira de se vestir até os casos amorosos; se intrometem e submetem os seus seguidores através de conselhos ou ameaças”. Astuciosos, “os demônios agem de acordo com a mentalidade da pessoa, de acordo com sua posição pessoal e também é claro de acordo com suas necessidades”. Apossando-se de mentes e corpos, “os demônios têm levado muitas pessoas para o hospício,

primeiro porque tem prazer na destruição do ser humano, segundo porque atuando em uma mente destruída estão a salvo de uma rejeição consciente. (MARIANO, 2014 p. 114).

Há um óbvio descompasso entre a ênfase pentecostal dualista e o *ethos* tipicamente moderno. Do ponto de vista religioso, a realidade é explicada não em função de qualquer lógica imanente e impessoal, mas sim por meio da intervenção transcendental na vida individual, nos fenômenos sociais e naturais. Essa lógica “postula uma continuidade entre o empírico e o supraempírico, entre o mundo dos homens e o mundo dos deuses. (...) Desse modo, tudo o que ocorre “aqui em baixo” no plano humano corresponde um “lá em cima” no plano dos deuses” (BERGER, 2009, p. 152-153). Uma doença como o câncer não é assim compreendida meramente como a reprodução celular desenfreada que atrapalha o corpo, mas sim como interferência direta das forças demoníacas no ser. Da mesma forma, a intervenção cirúrgica exitosa que retira o tumor se deve não à habilidade e aos anos de estudo do médico, mas sobretudo a Deus. De maneira análoga, a própria história não seria uma sequência de fenômenos humanos contingentes e imanentes, mas a vontade consciente de algo maior, que a minúscula inteligência humana não nos permite enxergar. Nesse sentido, a lógica encantada pode mesmo afirmar que “o acaso é somente o labéu da ignorância” (DA SILVA LIMA, 2019, p.109).

Além disso, a autonomização da vida em diferentes esferas com lógicas próprias típicas da modernidade – as esferas econômica, política, estética, erótica, intelectual, para citar os exemplos weberianos – é relativizada ante a centralidade das visões de mundo religiosas. Para o indivíduo convertido, a fragmentação moderna se reintegra por meio do alargamento do religioso tomado como plano fundante do real. Não há assim necessidade da desagradável administração de diferentes lógicas por parte do indivíduo, o mundo é “concebido como totalidade lógica, hierarquizada, com a divindade ocupando um lugar central para a explicação de todas as ordens de fenômenos” (SMIDERLE, 2011, p. 64).

Por fim, resta pouco espaço para a noção moderna de um indivíduo autônomo que faz sua própria história, na lógica dualista pentecostal o indivíduo é frágil e dependente de Deus, sem o qual se torna vítima das forças malignas. Noções como autodeterminação, livre-arbítrio, culpa são relegadas ao segundo plano, os desvios e faltas individuais se devem sobretudo a este inimigo oculto. O indivíduo não é tão responsável pelos seus próprios atos, “não há ideia de pecado como escolha

individual. Por isso não se prega o arrependimento, mas a ‘libertação’ do mal”. (MARIZ, 1994, p. 221).

Graças ao seu impressionante dinamismo, bem como a suas diferenças em relação a noções tipicamente modernas, o pentecostalismo gera inúmeros debates em torno de sua influência na sociedade brasileira. De um lado existem aqueles que compreendem o processo como uma “volta do sagrado”, ora vista negativamente como ameaça fundamentalista, beligerante e irracional aos avanços da sociedade moderna secularizada, ora positivamente como um protesto contra o caráter rígido e opressor da mesma (OLIVEIRA, 2012).

Entretanto, falar em termos como “volta do sagrado”, “revanche de Deus” (KEPEL, 1991) acerca do pentecostalismo no Brasil não faz muito sentido, afinal os convertidos para essas religiões não se assemelhavam anteriormente àqueles setores hiper-racionalizados do mundo desenvolvido (NEGRÃO, 2005). A grande maioria deles veio dos universos religiosos católicos e afro-brasileiros já profundamente encantados. Nesse sentido, o pentecostalismo significa muito mais a continuação de um *ethos* encantado quando se esperava exatamente pela diminuição da influência da religião em nossa sociedade (MARIZ, 1999).

No mínimo, a persistência de uma religião como o pentecostalismo representa uma suspeita em relação às promessas de um mundo irreligioso e ao *ethos* tipicamente moderno. Do ponto de vista do crente, as associações entre causas cósmicas e acontecimentos terrenos aí contidas oferecem-lhe grande segurança, “quer dizer que tudo o que venha a acontecer, embora possa ser terrível, tem sentido para ele” (BERGER, 2009, p. 153). Há também uma crítica aos limites da busca científica por desvendar as leis que governam o mundo, para esta perspectiva “pode-se procurar, mas o mundo oferecerá somente a relação causal empiricamente observável e nada mais” (ASSUNÇÃO, 2012, p. 35). O que resulta evidentemente numa perda de sentido, a razão parece ser incapaz de definir a verdade, guiar o indivíduo entre os múltiplos cursos de ação possíveis e conferir sentido à vida, “apenas a fé parece ser capaz de definir a verdade” (MARIZ, 1995 p. 44). O próprio critério moderno de validação da verdade é desafiado pelo pentecostalismo, suspeito que é de todo conhecimento que não faz referência a Deus.

2.2 Teologia da prosperidade

A tensão entre a religião e a "esfera econômica", particularmente entre a ética da salvação e o dinheiro, está presente desde a origem das religiões. Isso não é surpreendente visto que o dinheiro é o "elemento mais abstrato e "impessoal" que existe na vida humana" (WEBER, 1982, p. 379). Pela ótica da religião o apego às coisas materiais é suspeito de estabelecer o interesse cínico como guia das relações pessoais a partir de expectativas de vantagens e lucros, causando assim divisão entre os irmãos de fé, afinal como amar verdadeiramente o outro se o foco do indivíduo é o dinheiro? Daí pode-se compreender com mais clareza toda a celeuma em torno da proibição da cobrança de juros em diversas religiões, é que num limite a obstinada busca pelo lucro pode chegar mesmo a ser considerada heresia antibíblica segundo certas expressões cristãs. Fato é que as diversas religiões têm dado soluções únicas ao problema da riqueza. Em um extremo podemos encontrar a renúncia total à propriedade como no caso dos monges católicos medievais que apenas usufruíam do que a natureza e as pessoas lhes ofereciam voluntariamente (WEBER, 1982, p. 381). No entanto, dado o desejo persistente das massas de desfrutar dos benefícios que a riqueza oferece, diversos compromissos tornaram-se necessários.

Em se tratando do pentecostalismo, como visto anteriormente, em seus estágios iniciais o movimento foi caracterizado pelo intenso sectarismo e ascetismo. A primeira onda pentecostal promoveu uma verdadeira "rejeição de mundo" com uma crítica da riqueza material, fonte de egoísmo, orgulho e paixões que afastam o indivíduo de Deus (FERREIRA, 2014). No entanto, desde a década de 1970, uma nova solução para a velha questão da riqueza surgiu e transformou o pentecostalismo. A terceira onda pentecostal enfraquece a noção de negação dos prazeres e passa mesmo a conter a promessa de uma vida melhor e mais feliz aqui e agora, afinal o próprio Deus, por sua suprema bondade, está disposto a ajudar o crente com seus problemas neste mundo. Tal processo se exprime através de uma reinterpretação da bíblia, sobretudo uma ênfase maior em versículos como "eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância" (João 10:10), no lugar daquele que afirma como "é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus" (Marcos 10:25).

Assim, a teologia da prosperidade é uma doutrina religiosa que mudou a visão tradicional que condenava o dinheiro e lucro, passando mesmo a afirmar que Deus deseja que seus seguidores tenham o direito de desfrutar os benefícios da sociedade de consumo. O resultado de tal processo é de que a partir de então a busca pelo lucro

não é mais vista como uma heresia, mas a riqueza torna-se signo da benção de Deus. Nesse sentido, a Igreja Universal do Reino de Deus frequentemente faz referência à situação financeira de seus seguidores em seus ensinamentos, enfatizando o potencial de bênçãos materiais como resultado da fé. Focados no aqui e no agora, os convertidos parecem estar mais interessados nos planos de Deus para este mundo ao invés do próximo. Assim, a teologia da prosperidade

(...) promete prosperidade material, poder terreno, redenção da pobreza nesta vida. Ademais, segundo ela, a pobreza significa falta de fé, algo que desqualifica qualquer postulante à salvação. Seus defensores dizem que Jesus veio ao mundo pregar o evangelho aos pobres justamente para que eles deixassem de ser pobres. Da mesma forma, ele veio pregar aos doentes porque desejava curá-los. Deus não é sádico, tem grande prazer no bem bem-estar físico e na prosperidade material de seus servos. O contrário não tem respaldo nem sentido bíblico. Os reais servos de Deus não são nem nunca serão párias sociais. Durante muito tempo o Diabo obscureceu a visão dos crentes a respeito dessas verdades, mas agora, conscientes da ardileza satânica, eles começam a tomar posse das promessas divinas (MARIANO, 2014 p.159).

Como apontado por Smith (2017), a posição social do indivíduo influencia diretamente no conteúdo de suas crenças, sobretudo no sentido de atender as necessidades específicas daquele que adere à religião. O pentecostalismo não foge desta dinâmica, configurando-se como uma típica religião popular no duplo sentido do termo, tanto como uma religião preferencial dos extratos mais pobres, quanto por destinar-se às necessidades deste grupo. Dessa forma, Weber (2015) destaca como a religiosidade dos extratos mais baixos tende à busca por objetivos concretos e imediatos como saúde, riqueza e felicidade. Entretanto, essa característica deve ser parcialmente relativizada, mesmo aquelas religiões mais voltadas para o “além” atendem ao praticante aqui e agora neste mundo. O protestante histórico, antítese do pentecostal nesse ponto, obtém da sua religião sentimento de ser amado por Deus ao experimentar sua misericórdia e perdão, o indivíduo desfruta com isso a tranquilidade serena da bem-aventurança cristã. Se ali estamos falando de um sentimento interno ao praticante, por sua vez, sobretudo a partir da terceira onda, as promessas pentecostais focam em objetivos concretos e imediatos, como a cura de doenças, uma promoção no emprego, um carro novo, o encontro com a pessoa amada, a felicidade familiar, a riqueza material, etc (SMITH, 2017).

Para a obtenção das bênçãos de Deus nesta vida o pentecostal deve, ele também, fazer sua parte, daí a enfática importância dada ao dízimo nessa religião,

sentido não apenas como um dever imposto ao indivíduo para a manutenção da igreja. O princípio básico é claro: para receber as bênçãos deve-se cumprir sua parte com Deus demonstrando sua fé por meio da doação financeira, de onde surge o lema “dar para receber” repetido pelos pastores. Esse toma lá dá cá pentecostal com a divindade exprime uma certa continuação da tradição do catolicismo popular (de onde veio a maioria dos crentes pentecostais) em que homens e santos trocam favores bem concretos entre si. Tal proximidade leva a uma verdadeira concorrência entre os cultos pentecostais e os centros de romaria católicos pelo monopólio da distribuição da cura e do milagre (BRANDÃO, 1980). A comparação é bem clara, o romeiro católico dá seu relato:

Pela cura da filha doente, prometeu 7 anos de Romaria e 7 anos sem cortar o cabelo dela; “Cabelo mais lindo, tratado, nem pentear molhado ele deixa, para não quebrar”. Inteirando os 7, leva a menina junto, corta o cabelo rentinho e deixa ele para o santo (FERNANDES, 1982, p.44).

De maneira semelhante, o crente pentecostal demonstra o interesse pela cura através de sua prática religiosa:

De sábado de madrugada eu comecei a sentir uma dor tremenda daqui até aqui embaixo (enquanto aponta a barriga). E eu gritava e tava (sic) quase desmaiando, mas eu comecei mesmo desse jeito em oração, dali dez minuto (sic) eu não tinha mais nada, glória a Deus! (SOARES, 2020).

Como se pode ver, ambas as tradições contêm uma relação de reciprocidade com o sagrado em torno de objetivos bastante concretos. Mas a estrutura específica do sacrifício é diferente, o católico paga a promessa recebida doando-se a si mesmo ao tomar a rota da romaria e deixar o ex-voto ao santo. Já o universo pentecostal, especialmente a partir da terceira onda, estabelece duas diferenças principais: 1) o dinheiro desempenha um papel central nesta troca, o sacrifício toma a forma de um valor monetário ofertado periodicamente e não da viagem ou do gesto/objeto significativo. 2) O sacrifício é esperado antes que o pedido de bênçãos seja atendido, e não depois (GARRARD-BURNETT, 2011).

Uma segunda assimetria entre ambos os credos pode ser salientada: a relação de troca com os santos e o foco nos milagres são tema de crítica e desconforto por parte da estrutura oficial da Igreja Católica. De modo geral, os padres observam tais práticas como uma “magia primitiva” por parte de leigos ainda não educados na fé legítima. Tal distensão chega ao ponto de existirem simultaneamente dois “catolicismos”, o oficial na figura da estrutura eclesiástica e o popular, dos fiéis. O

pentecostalismo, por outro lado, apaga completamente tal diferença ao introduzir o interesse leigo por bens concretos em sua própria linguagem oficial. Assim os pastores são em geral explícitos e articulados em relação às promessas contidas na teologia da prosperidade. Enquanto o padre relata com resignação: “Eles fazem lá as suas festas. A gente respeita, mesmo sabendo que ali tem muito de superstição. (...) Mas é da Igreja. Como é que a gente vai deixar de ir?” (BRANDÃO, 1980, p.285) O pastor garante triunfalmente: “o negócio que Deus nos propõe é simples e muito fácil: damos a Ele, por intermédio de Sua Igreja, dez por cento do que ganhamos e, em troca, recebemos d’Ele bênçãos sem medida” (SOARES, 1985, p.61).

Sem dúvida, a promessa de felicidade a ser obtida através do consumo no mundo moderno, bem como as péssimas condições de trabalho e de vida nas periferias urbanas brasileiras, facilitam a disseminação da teologia da prosperidade entre os extratos mais pobres. Em grande maioria os crentes estão inseridos em um sistema econômico que lhes promete tudo, mas não cumpre tal promessa. Assim eles se encontram presos às necessidades imediatas, na dúvida quanto ao salário do próximo mês, do alimento para a família, aos problemas de saúde mal resolvidos, na inquietação crônica do amanhã. Na perspectiva deste indivíduo, sua vida está sujeita a forças impessoais além de próprio controle e o futuro passa a ser visto como um verdadeiro jogo de azar, o que engendra evidentemente grande ansiedade e angústia subjetiva.

Em meio a tal desespero, as promessas da teologia da prosperidade se constituem para o crente como uma promessa para a resolução de seus problemas que não podem ser resolvidos autonomamente. Nesta perspectiva, a esperança na intervenção do Deus que dá fim à tragédia é “a única mira do futuro que se oferece a uma classe desprovida de futuro objetivo” (BOURDIEU, 1979 p. 102). Assim, Brandão (1980) destaca como os mais pobres têm tendência a observar a religião como um recurso a mais em uma vida repleta de provações, o sagrado ali não se impõe tanto de forma vertical, como uma realidade à qual o indivíduo deve prostrar-se, mas é também útil para usos cotidianos bem concretos, a cura do corpo, o conforto da alma, a satisfação das necessidades, etc.

Por outro lado, a crítica dirigida por meios seculares à teologia da prosperidade acusa as igrejas e os pastores de fraude e de charlatanismo com a fé do povo ignorante e inocente em suas mãos. Afinal, “é chocante ver gente tão pobre, magra, desdentada e mal vestida, dar tanto dinheiro para pastores jovens bem vestidos, com

saúde, com carro e com aparência de uma classe mais elevada” (MARIZ, 1995, p.46). Nesse sentido, Pierucci (1996a) chega mesmo a defender a intervenção do Estado no âmbito da religião com o objetivo de proteger o consumidor religioso.

O tema é sensível, pois, do ponto de vista do próprio crente, a oferta de dízimos é legítima e vantajosa. A partir do momento em que se compreende que o mundo dos homens é influenciado diretamente pelo plano cósmico, quem melhor que o próprio Deus para ajudar o indivíduo a obter aquilo que ele sozinho não consegue? “Busca-se através da doação, selar um acordo com o divino. Dar é se assenhorar, é se tornar credor. Ser credor de Deus é ter bastante poder” (MARIZ, 1995, p.46). Em vez de vítimas, eles são muito mais sócios no jogo de trocas desenrolado pela teologia da prosperidade. Tem-se assim duas representações, uma nativa e a outra secular, completamente díspares sobre a relação entre religião e dinheiro. Para os crentes, a promessa de riqueza e felicidade aqui e agora é sedutora, oferecendo uma sensação de esperança e propósito que pode ser difícil de encontrar de outra maneira. Isso explica por que “são raros os casos de acusação de abuso econômico por parte dos seus membros” (ORO, 2001, p.79).

Por outro lado, ao promover a ideia de que o dinheiro e o consumo de bens materiais trarão aos crentes a felicidade de que não dispõem, a teologia da prosperidade tem por consequência não intencional a inibição do pensamento crítico sobre o sistema econômico (MERTON, 1970). Essa teologia não tece “uma única crítica sequer ao capitalismo, nem à injustiça e desigualdade sociais, nem aos desequilíbrios econômicos do mundo globalizado” (MARIANO 2014, p. 185). Daí a crítica de que esta teologia acaba por moldar nos crentes “uma visão arrivista de mercado, complementar à ideologia individualista e atomizante do capitalismo contemporâneo.(...) Ideal de indivíduo como único responsável por sua sorte, estabelecendo uma peculiar versão do self-made man” (ANTONIO, 2014, p.77).

O contraste entre o pentecostalismo e outros movimentos cristãos, particularmente a teologia da libertação, é gritante neste ponto. Enquanto o pentecostalismo abraça a prosperidade material como um objetivo legítimo e desejável para os crentes, a teologia da libertação combinou o marxismo com ensinamentos cristãos a partir de uma interpretação diametralmente oposta dos textos sagrados

(...) os teólogos da libertação recorrem diretamente aos textos sagrados, onde encontram as parábolas que justificam seu

compromisso socialista. Assim, o êxodo dos hebreus do Egito faraônico simboliza a necessária emancipação das classes oprimidas e a luta contra a burguesia exploradora e o imperialismo. (KEPEL, 1991 p.58).

Os padres católicos que aderem à teologia da libertação adotam uma abordagem completamente diferente daquela do pentecostalismo em relação à "esfera econômica". Os primeiros criticam abertamente uma ordem social julgada como injusta e defendem o estabelecimento de um novo sistema econômico mais igualitário de acordo com aquilo que eles entendem como os verdadeiros princípios cristãos. Sua postura reflete uma militância político-teológica em total contraste com a atitude pentecostal que promete uma salvação "dentro" e "através" da sociedade de consumo, sem qualquer mudança transformadora da ordem social existente.

2.3 Teologia do domínio

Assim como a economia, a relação entre a religião e a esfera política é tensa e nunca completamente resolvida, o que faz com que diferentes respostas tenham sido oferecidas a esse dilema ao longo dos séculos. Por vezes o líder político torna-se uma figura quase divina dotada de qualidades sobre-humanas, o que gera grande admiração e entusiasmo em torno de si. Entretanto, ao apropriar-se de qualidades reservadas à divindade, ele entra em clara concorrência ao culto do Deus "verdadeiro" e ao governo que a religião e seus sacerdotes imprimem sobre os homens. Nesse sentido, o verdadeiro fanatismo provocado por algumas figuras políticas é costumeiramente encarado como uma idolatria por parte do cristianismo.

Além disso, o pragmatismo dos meios, a necessidade constante de compromissos, bem como o interesse pela conservação de poder inerente à atividade política soam, aos ouvidos religiosos, como uma aberração antiética que não respeita valores superiores. Conseqüentemente, a política é encarada como uma manipulação interesseira que busca o poder pelo poder, o que leva a suspeita religiosa de suas promessas. Tal ceticismo observa que não importa quão puras sejam suas intenções iniciais, os projetos políticos de reconstrução da ordem vigente acabam por ser tomados por interesses econômicos e pela ambição humana de mais poder. Um sentimento de que ao fim e ao cabo substituiu-se um regime opressor por outro exatamente igual ou pior, num ciclo vicioso de uma utopia terrena sempre adiada. Afinal de contas o vitorioso é frequentemente não o justo, mas o mais astuto. Como

afirma Weber (1982), o político prega que se deve resistir às injustiças do mundo, por vezes de maneira revolucionária, já o evangelho contém a afirmação que escapa completamente a lógica política: “não resistam ao perverso. Se alguém o ferir na face direita, ofereça-lhe também a outra”. (Mateus 5:39)

Entretanto, ao longo de seus mais de dois milênios de história, fato é que as circunstâncias sempre moldaram a resposta do cristianismo ao problema do Estado e da política. Weber (2015, p.396) constrói uma tipologia

1) repúdio absoluto ao Império romano existente – cuja perduração até o fim do mundo foi considerada óbvia por todos na Antiguidade tardia, inclusive pelos cristãos – como império do Anticristo; 2) indiferença total em relação ao Estado, isto é, tolerância passiva da violência (sempre ilegítima) e, por isso, cumprimento ativo de todas as obrigações que não põem diretamente em perigo a salvação religiosa, assim particularmente o pagamento de impostos (a frase "a César o que é de César" não significa, como a entende a moderna tendência harmonizadora, um reconhecimento positivo, mas a absoluta indiferença perante as coisas deste mundo); 3) distância relativamente à comunidade política concreta, porque a participação nela leva necessariamente ao pecado (culto ao imperador), mas reconhecimento positivo da autoridade, inclusive da infiel, como instituição desejada por Deus, ainda que pecaminosa, representando ela, como todas as ordens deste mundo, um castigo pelos pecados, ordenado por Deus, que nos trouxe a queda de Adão e que o cristão tem de aceitar obedientemente; 4) juízo positivo da autoridade, inclusive da infiel, como meio de supressão – inevitável no estado de pecado – dos pecados condenáveis até para os pagãos religiosamente não-iluminados, em virtude da compreensão natural que Deus lhes deu, e como condição geral de toda existência terrestre querida por Deus (WEBER, 2015, p. 396-397).

Essas soluções compartilham a visão do Estado e da política como um infortúnio presente neste mundo, consequência da “queda” do homem, arranjo incomparável ao esplendor do verdadeiro reino de Deus. No entanto, a postura específica diante da autoridade varia amplamente. Indo do anti-politicismo, presente nas esperanças escatológicas de estabelecer o reino de Deus na terra, o que substitui a esfera política por completo, até à aceitação hesitante que surge de sua resignação pessimista diante da realidade da vida terrena, como contido em João 18:36: “meu reino não é deste mundo”.

Nesse sentido, o movimento pentecostal brasileiro historicamente se aliou mais estreitamente com o segundo tipo ideal descrito por Weber. Durante décadas, seu sectarismo em busca do estreito caminho da salvação, com todas as suas necessárias renúncias, levaram o grupo a se afastar tanto quanto possível da sociedade em seu entorno, compreendida como antro de perdição, para fundar um microcosmo religioso

livre do pecado. Suas promessas de redenção eram localizadas ora no paraíso pós-vida, ora na iminente vinda de Cristo que irrompe dos céus sem qualquer participação humana, o que levava à apatia política diante da ordem social existente. O lema repetidamente manifestado por pastores pentecostais, “crente não se mete em política”, prioriza o apoliticismo quietista no lugar da inquietação e efervescência social.

No entanto, nas últimas décadas, o movimento pentecostal brasileiro vem passando por mudanças. Uma vez confinados em suas comunidades de fé, os crentes agora aspiram por engajamento social sem receio ou vergonha. Observamos a alteração do velho lema religioso “crente não se mete em política” para a nova “irmão vota em irmão”, o que gera uma curiosa imbricação entre religião e política, igreja e Estado que seria impensável nas primeiras décadas do movimento

O modo como os neopentecostais combatem o mundo é bem diferente daquele do pentecostalismo que o precedeu. Pois tanto a observância, pelo fiel, dos preceitos de santidade quanto sua luta contra o mundo não se processam via fuga, afastamento. (MARIANO, 2014 p. 228).

Do ponto de vista doutrinal, a inovação tem sua base na chamada “teologia do domínio”, um conjunto não sistemático de textos com discrepâncias segundo os diferentes autores, mas que compartilham um denominador comum. Seu cerne está no mandamento de Deus para os cristãos contido em Gênesis 1:28: “tenham muitos e muitos filhos; espalhem-se por toda a terra e a dominem. E tenham poder sobre os peixes do mar, sobre as aves que voam no ar e sobre os animais que se arrastam pelo chão”. A alteração interpretativa entende que “espalhem-se por toda a terra e a dominem” não se restringe somente à relação da humanidade com a natureza, mas, sobretudo, à ideia de um mandato cultural para que cristãos dominem as demais instituições humanas. De modo geral são destacadas sete “esferas”, ou “montanhas” nas quais existe necessidade de influência cristã: religião, família, educação, comunicação, a esfera dos negócios e da economia, o mundo das artes e do entretenimento e, o principal para a presente pesquisa, a esfera política (HEUSER, 2021).

Cabe ressaltar, entretanto, como tal visão teológica por vezes não chega a ser definida com clareza ou explicitada pelos pastores, ao invés disso ocorre uma espécie de discurso difuso em vias de formação. Mesmo sem o conhecer o termo, alguns líderes pentecostais aparentam estar profundamente embebidos pela teologia do domínio de maneira a legitimar a incursão política de sua própria igreja. Há também

uma aversão nativa ao termo "domínio" por estar sujeito a críticas que denunciem seu viés teocrático, autoritário e desrespeitoso da laicidade moderna, daí sua corrente substituição por termos mais brandos como "liderar", "influenciar" (HEUSER, 2021). De todo modo, ambas as apresentações criticam a visão de que a religião se refere tão somente ao foro privado do indivíduo e, portanto, não deveria intervir na política.

Os conceitos elaborados nas seções anteriores nos permitem compreender o surgimento de tal visão. Como visto anteriormente, o pentecostalismo vem passando por uma diminuição da ênfase na segunda vinda de Cristo e no porvir do paraíso pós-vida. Sem tal mudança todas as esferas "mundanas" geram desinteresse ao agente religioso, daí a fuga e a apatia anteriormente verificadas frente à esfera política, afinal qual a importância das coisas deste mundo diante da eternidade do reino de Deus? (WEBER, 1982) Por sua vez, a recente valorização da vida terrena operada pelo neopentecostalismo abre diversas janelas de interesse, por tudo aquilo que pode ser feito pelo homem neste mundo em busca de redenção. Em virtude do foco no aqui e no agora, os convertidos a esta religião parecem estar mais interessados nos planos de Deus para este mundo, o que tem complicações políticas enormes.

Do mesmo modo, o exacerbado dualismo pentecostal citado anteriormente também se faz implicitamente presente no empenho de influenciar as demais esferas sociais. O engajamento social só se justifica pela ideia de que as últimas estão repletas de impurezas, trevas, imoralidades, numa clara oposição aos verdadeiros valores e princípios cristãos. Nesse sentido, o ímpeto neopentecostal destacado anteriormente por acomodar-se ao mundo deve ser parcialmente relativizado, pelo menos do ponto de vista das lideranças mais vocais sobre o tema.

A obra "Plano de Poder: Deus, os Cristãos e a Política", de Edir Macedo (2008), será analisada por constituir-se como exemplo da visão nativa sobre o tema. Como veremos adiante a Universal no Reino de Deus tem ligação com deputados no Congresso Nacional, assim a obra foi escrita pelo líder máximo da Igreja de maneira a justificar a incursão eclesiástica na política para os próprios membros.

Primordialmente, do ponto de vista de seus defensores, o mandamento divino pela expansão das fronteiras do religioso para as demais esferas de vida terá consequências positivas para a sociedade. Sua crença é de que trazer o reino de Deus para a terra significa consertar a imperfeição do mundo, de tal modo que após a conclusão do processo se possa usufruir plenamente da vida terrena, assim essa teologia vislumbra o estabelecimento de uma nova ordem social repleta de justiça, paz

e alegria. Nesse mesmo sentido, Macedo (2008) põe ênfase no potencial da religião em promover uma transformação social ampla, o autor afirma que a Bíblia contém um projeto de nação mais justa, próspera e igualitária, conforme o versículo repetido regularmente “Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor, e o povo ao qual escolheu para sua herança” (Salmo 33:12). Desse ponto de vista, o livro sagrado cristão sugere uma forma específica de poder político, como demonstra a mensagem de Deus para Moisés contida no Antigo Testamento

Lá em cima do Monte do Sinai, Moisés ponderou com Deus sobre como convenceria o povo Hebreu de que o Senhor havia aparecido para ele e de que existia um plano de nação, que reverteria toda a situação daquela gente e reescreveria sua história (MACEDO, 2008. p. 67).

Como visto anteriormente a conversão significa para o crente um ganho de força em sua vida, entretanto para a lógica contida na teologia do domínio, a potência religiosa vai muito além de um novo nascimento individual, ao suscitar também ampla transformação social. A lógica, contudo, é a mesma, dois tempos opostos, antes e depois da conversão, e duas sociedades, uma ímpia e outra pura, com a mudança de um registro para o outro se dando através do contato com a energia sagrada. Em ambos os casos a guerra espiritual se mantém, a mudança de registro da vida infeliz anterior à conversão e sua transfiguração em uma vida repleta de bem-aventurança se dá através do choque entre forças do caos e da ordem. De maneira análoga, a cristianização da sociedade busca livrá-la das impurezas anteriormente vigentes para dar vazão a um novo mundo. A diferença se refere sobretudo ao objeto, para a teologia do domínio a orientação dessa batalha espiritual não se refere unicamente ao nível da conduta individual, sendo transposta também para os cenários políticos como um todo, aos problemas estruturais que afligem a sociedade (HEUSER, 2021).

Assim, há um esforço da parte dos pastores pela desconstrução de uma postura, há muito arraigada, da política como um domínio essencialmente “impuro” e “mundano” ao qual a religião se opõe categoricamente e, portanto, deveria evitar. Opera-se uma mudança sutil em relação à tipologia de Weber (2015) exposta anteriormente, a política continua a estar associada à imoralidade, com termos como “ciúme”, “inveja”, “ânsia pelo poder”, entretanto essa dicotomia entre igreja e mundo não engendra o comportamento de fuga por parte do crente. Nada garante a continuação de tal estado de coisas. Sua crítica não os leva a uma postura antipolítica, mas sim a uma visão negativa do establishment político atual, eles sim os verdadeiros

culpados pelas mazelas do povo. Tal lógica religiosa suspeita profundamente das elites políticas do país, passando a crer que “a política em si não é uma coisa ruim, ela apenas foi corrompida pelos maus políticos aos quais está entregue” (MIRANDA, 1999, p. 113).

Desta forma, a ausência de religião na esfera política transfigura-se para o crente imbuído por esta teologia como uma crença distorcida no homem e nas promessas do humanismo secular. Dada sua própria imperfeição, o homem não pode construir a sociedade por si próprio, tal tentativa só reflete a arrogância humana de se colocar no centro do mundo. Sem referência a padrões éticos exteriores, ele se esquece dos verdadeiros princípios e tudo se torna moralmente relativo. A participação religiosa é compreendida nesse sentido como um sinônimo de ordem diante do caos e dos problemas de uma ordem política dessacralizada, “o não-engajamento e o não-comprometimento por parte dos cristãos, naturalmente, vinham contribuindo de forma negativa com o grande projeto de nação pretendido por Deus” (MACEDO, 2008 p.52). Tal visão crítica explicitamente o quietismo anteriormente vigente no campo pentecostal como culpado pela predominância do mal e da injustiça nas demais esferas sociais. Segundo Goldberg (2006), para a perspectiva da teologia do domínio, a crise da representatividade democrática, as constantes dificuldades econômicas e a decadência moral da sociedade teriam sua causa primária no distanciamento dos homens em relação à religião.

O cerne da questão reside na impossibilidade de êxito do esforço humano em construir por si só, isto é, a partir de uma ordem política secular, uma sociedade mais justa sem referência a Deus. Nos entraves que surgem da própria natureza do mesquinho jogo pelo poder que o cotidiano da política brasileira parece confirmar.

Esses entraves são vários, e os mais perceptíveis são o preconceito entre classes sociais, a falta de políticas mais eficazes, as oposições quando feitas de maneira irresponsável e pessoal, conotando o ciúme e a inveja por parte de adversários políticos ou de desafetos declarados e inescrupulosos.(...) Toda nação séria, que deseja alcançar o status de Primeiro Mundo, deve entender que estará sempre excluída desta classificação se houver, entre seus filhos, um grande número de excluídos sociais. Quando a ânsia do poder pelo poder cega os que o disputam, os interesses pessoais de poucos passam a imperar e impedir que as necessidades de muitos sejam supridas (MACEDO, 2008 p.108-109).

Se a realidade está dividida entre uma esfera “pura” e outra “impura” é responsabilidade dos verdadeiros cristãos lutar pelo triunfo do primeiro sobre o último

neste mundo. No lugar do escapismo anteriormente vigente, o pentecostalismo passa a promover enfrentamento. No lugar da espera resignada pela vinda de Cristo, a participação direta para “tomar posse para Deus, por meio da guerra espiritual e da ação concreta, das coisas de que o diabo se apoderou e por muito tempo governou” (MARIANO, 2014 p. 228). Em vez de retratar o Cristo misericordioso que oferece a outra face e não resiste às injustiças, a ênfase agora está em um Cristo que veio não para trazer a paz, mas a espada (PIERUCCI, 2006). Numa perspectiva que preconiza grande transformação social levada a cabo por cristãos.

Por sua esperança em uma felicidade terrestre coletiva para a humanidade em breve, tal visão contém em si uma filosofia bastante otimista da história. A teologia do domínio antevê um futuro radioso realizável neste mundo e não no futuro longínquo do pós-vida, como se a idade de ouro perdida estivesse diante de nós e suas promessas fossem exequíveis com a participação humana direta, o que difere do quietismo gerado pela ênfase na ruptura brutal de uma transcendência que desce por sua própria vontade do reino dos céus para o nosso mundo sem que possamos fazer nada (DESROCHE, 1985; DELUMEAU, 1997).

Por sua vez, o mal-estar diante da política secular, da cultura e da razão moderna promovem a interpretação do ingresso de lideranças pentecostais na esfera pública como alternativa viável para a resolução dos problemas vigentes, em uma solução religiosa diante do eterno sentimento de crise no sistema político. Como se pode ver, o engajamento individual é essencial para a alteração de tal dinâmica, conscientes da doutrina correta os cristãos agem de modo a alterar as realidades do mundo material. Daí a frase repetida à exaustão pelos pastores de que os cristãos são “sal da terra, luz do mundo”, conforme (Mateus 5:13-16), isto é, dada a revelação que lhes foi dada, o grupo tem por tarefa influenciar positivamente o ambiente a sua volta que ainda não tomou conhecimento da verdade. É evidente que tal representação contém uma estima bastante elevada em torno de si próprios. Os cristãos teriam uma superioridade moral em relação ao restante da sociedade e, por isso mesmo, podem consertá-la (MACHADO e BURITY, 2014).

Em tal estratégia a ênfase é colocada na eleição, encarada como momento privilegiado para que cristãos possam ser alocados nas esferas de influências da sociedade. Há um claro personalismo em tal mensagem, busca-se substituir os quadros políticos habituais por outros, imbuídos de atributos individuais diferentes. Daí compreende-se a importância dada pelos pentecostais à religião do candidato no

momento da eleição (SMIDERLE, 2011). Quando chega à esfera política, o cristão eleito não é só mais um político, ele é um missionário para fora dos muros da igreja, atuando politicamente como um instrumento de Deus. O mandato que ele exerce não é verdadeiramente “seu”, esse político age por procuração, “em nome” do evangelho e dos valores sagrados no interior da esfera política.

A partir de seu foco nas características particulares do candidato, o personalismo visa influenciar contextos gerais (LEAL, 2010). Tal processo está fundado no entendimento de que as esferas sociais são compostas por pessoas, assim a verdadeira mudança na natureza da política começaria com a mudança dos atributos individuais dos candidatos eleitos. Nesse sentido, o pertencimento religioso transforma-se numa espécie de selo de boas práticas para os políticos pentecostais. A partir dos “princípios e valores cristãos” por ele professados, esse político não sucumbiria à mesquinhez e a incessante busca do poder pelo poder tão naturais na esfera política e o bem-geral da nação seria alcançado. Nesse contexto a corrupção é destacada por ser

(...) a antítese dos princípios cristãos de valorização da comunidade, do bem comum e da fraternidade, constituindo-se no inimigo do bem-estar dos cidadãos. A corrupção justifica e legitima o ingresso na política, uma vez que eles se consideram uma espécie de “reserva moral” da sociedade (ORO, 2003, p.57).

Nos seus próprios termos, a teologia do domínio busca fazer com que os membros de uma comunidade pentecostal outrora minoritária e marginal saiam de seus casulos para assumir posições de destaque na esfera política. Seu objetivo agora é de reconstruir a sociedade dominante a partir de “dentro”, viver “nela” e substituí-la por uma forma mais pura e evoluída (DESROCHE, 1985). Ou, também, segundo a terminologia nativa, “ganhar a nação para o senhor”. Na base, reside a crença de que os cristãos conscientes do real significado dos mandamentos divinos promoverão a transformação social prometida pelo próprio Deus, “Imagine (...) o povo de Deus, com sua dignidade e respeitabilidade, governando com justiça social pelo temor que lhes é peculiar” (MACEDO, 2008 p.72). Tal argumentação, uma vez disseminada no interior das igrejas, busca estabelecer a diferença entre o jeito cristão de fazer política e os demais, “se o mundo compreendesse mais a Bíblia, a palavra de Deus, a gente saberia perdoar, ser humilde, fazer coisas boas” (MIRANDA, 1999, p. 83).

Em síntese pode-se destacar a compreensão, por parte deste grupo religioso, de que a política está no jugo das forças maléficas que impedem a consecução da

prosperidade geral, entretanto as recentes inovações doutrinárias fazem com que o grupo não reaja a esta impureza com fuga, e sim enfrentamento. A política pode estar tomada pelo mal, mas nada garante sua fixidez em tal situação. Em lugar do juízo negativo que levava ao quietismo social por parte dos pentecostais, a teologia do domínio estrutura uma visão positiva do Estado e da política – mas não dos políticos tradicionais -, como meios para a construção de uma sociedade mais justa, espécie de salvação oferecida ao crente aqui e agora neste mundo. Assim, a prédica da teologia do domínio poderia ser resumida em três eixos centrais: 1) promessa de uma nova sociedade mais desenvolvida, justa e igualitária neste mundo; 2) a não-participação religiosa não contribui para o cumprimento dessa promessa; 3) o engajamento de quadros cristãos “dentro” da esfera política promoverá grande transformação social dada a superioridade moral do grupo.

2.4 A Frente Parlamentar Evangélica

Como se pode ver, a teologia do domínio legitima a incursão religiosa na política com base num quadro de referência cósmico, desta forma “as construções históricas da atividade humana são olhadas de um ponto privilegiado que, na sua própria autodefinição, transcende a história e o homem” (BERGER, 2009, p. 56). Tal legitimação permite ao observador externo compreender como é possível o engajamento pentecostal na vida pública do país: com base nos mandamentos do próprio Deus os crentes devem votar no candidato cristão. Isto é, a ação humana é encarada a partir de uma perspectiva sagrada, a própria transcendência delinea como deve se dar o comportamento individual diante da esfera política.

Por terem conhecimento das Escrituras e contato privilegiado com o sagrado, os pastores tornam-se os emissários desta mensagem. Daí que eles podem por vezes outorgar-se a condição de representantes da mensagem de Deus na terra. A força social de tal construção é evidente, aos olhos do membro de sua igreja, o pastor carismático não é apenas mais um homem comum, mas é dotado de qualidades extraordinárias. Por isso mesmo esta figura detém grande potencial de influência sobre o crente, exercitando “um domínio sobre os homens, seja predominantemente externo ou interno, a que os governados se submetem (WEBER, 1982, p.207).

Nesse sentido, a teologia do domínio vista na seção anterior não é apenas um conjunto de ideias estéril reservado para as grandes discussões teológicas. Uma vez

disseminada no interior das igrejas, estas justificações se tornam um instrumento de ação coletiva, buscando imbuir o voto individual de sentidos religiosos. Ou seja, inúmeras igrejas das três ondas do pentecostalismo brasileiro fazem verdadeira propaganda política durante os cultos ou através das mídias ligadas à igreja. Oro (2003) reúne algumas destas estratégias

Ao final dos cultos mais concorridos, sobretudo os dominicais, não somente era mencionado o nome e o número dos candidatos da Igreja aos cargos eletivos, mas, algumas vezes, os próprios candidatos eram apresentados aos fiéis/eleitores ou, em caso de sua ausência, os bispos ou os pastores faziam subir no “palco/altar” alguns banners com fotos dos candidatos. Além desses procedimentos, em 2002, em Porto Alegre, um mês antes das eleições, uma grande faixa foi afixada no fundo da “catedral da fé” contendo os dizeres: “vamos orar pelos nossos representantes” (seguiam os seus nomes), após o que aparecia a (...) passagem de Provérbios 29:2: “Quando se multiplicam os justos o povo se alegra; quando porém domina o perverso o povo geme”. E ainda, em alguns domingos um banner de uma urna eletrônica foi levado ao altar. Com ele o bispo ou o pastor que presidia a reunião ensinava, de forma bastante didática, seus fiéis a votarem em seus candidatos (ORO, 2003, p. 2003, 55-56).

Tal dinâmica materializa-se na eleição de políticos ligados a essas igrejas nas diversas instâncias políticas, principalmente no Congresso Nacional. Ali, mais do que em qualquer outro lugar, a “bancada evangélica” chama atenção da mídia, da academia e do público geral pelo uso sem precedente do discurso religioso na esfera política (PIERUCCI, 1996b). Mas isso não se deve somente ao fato destes parlamentares serem excêntricos, dado o seu tamanho sua presença no Congresso simplesmente não pode ser ignorada. Os pentecostais começaram a entrar na esfera política durante a Constituinte na segunda metade dos anos 1980, 33 dos 559 constituintes eleitos ali eram ligados a igrejas evangélicas, mais de 50% deles eram pentecostais. Desde então, o grupo manteve sua influência no Congresso Nacional. Embora tenha havido uma ligeira queda no número de evangélicos eleitos em 1990, com 23 dentre 503 cadeiras, seu número só cresceu nas quatro legislaturas seguintes: 30 deputados em 1994, 56 em 1998 e 66 em 2002. No pleito de 2006 o grupo sofreu reveses graças a denúncias de corrupção, resultando em apenas 61 deputados eleitos. Entretanto, a partir de 2010, a bancada recuperou posições, com o número de parlamentares aumentando para 73 em 2015, 84 nas eleições de 2018 e 73 em 2022. Em síntese, o crescimento do grupo na política nacional é enorme, passando de 23 deputados evangélicos em 1990 para 73 nas eleições de 2022, o que significa que aproximadamente 15% do Congresso Nacional é composto por políticos ligados a

igrejas evangélicas (DANTAS, 2011; DIAP, 2018, 2022).

A identidade dos políticos aí presentes está intimamente associada à religião, de maneira geral eles fizeram sua formação na própria igreja, são cantores gospel, apresentadores de mídia evangélica, evangelistas itinerantes, membros da família do líder ou detentores de cargos importantes. Ou seja, pessoas destacadas no mundo pentecostal que investiram exitosamente seu capital religioso de maneira a adentrar na esfera política. Por sua vez, a escolha de membros “de dentro” como candidatos oficiais das igrejas em detrimento de “forasteiros” tenta dificultar a ação de aproveitadores que se utilizam da esfera religiosa apenas para angariar votos. Tal estratégia visa assegurar a dependência do político eleito perante a autoridade pastoral e as pautas de interesse da igreja que o apoiou (FREESTON, 1993).

Se a prioridade está posta na relação de dependência com a igreja, a estrita disciplina partidária é desvalorizada. Assim, os candidatos alocam-se nos partidos que lhes ofereçam mais espaço com o menor controle possível sobre o mandato, o que explica a grande dispersão partidária do grupo. Na legislatura 2007-2011, por exemplo, haviam deputados ligados ao PT, PSDB, PMDB, DEM, PTB, PP, PV, dentre outros (DANTAS, 2011, p.54). No máximo, pode-se dizer que o Republicanos - antigo PRB - está mais associado à igreja Universal, enquanto o PSC tem ligação mais próxima com a Assembleia de Deus (VALLE, 2018).

A organização do grupo enquanto uma bancada no Congresso, ou, na linguagem oficial, uma “Frente Parlamentar Evangélica”, significa que apesar de pertencerem a diversos partidos políticos, os deputados aí presentes unem-se para votar acerca de temas específicos. O Congresso Nacional, por sua vez, conta com diversas frentes parlamentares como “Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social”, “Frente Parlamentar Mista em Defesa da Prisão em Segunda Instância”, “Frente Parlamentar Mista em Defesa da Propriedade Intelectual e de Combate à Pirataria”. Esta organização significa que os diversos deputados evangélicos podem apresentar comportamentos divergentes em relação a temas ligados à economia e ao tamanho do Estado enquanto atuam conjuntamente sobretudo nas pautas morais (DANTAS, 2011), denominador comum já desde a Constituinte, quando o grupo atuou

(...) contra o aborto (considerado crime em nome do preceito bíblico “não matarás”), contra o jogo (que afronta o preceito bíblico segundo o qual devemos ganhar o pão com o suor do rosto, e leva a desagregação da família), contra o homossexualismo (sic)

(considerado por eles perversão e falta de vergonha que atraem a maldição de Deus sobre um povo), contra as drogas (porta de entrada para a criminalidade violenta), contra o feminismo (que destrói a hierarquia da família patriarcal), contra a pornografia, contra ilimitada dissolução da sociedade conjugal pela liberação do número de divórcios e a liberação dos métodos contraceptivos abortivos (PIERUCCI, 1996b, p. 175).

Há por parte do grupo um claro verniz conservador na defesa das tradições morais e forte oposição à liberação dos costumes e aumento da liberdade sexual característicos das tendências modernizantes. Entretanto, “conservador não é aqui uma categoria acusatória, trata-se de uma categoria nativa ou mais precisamente um atributo avaliado de forma positiva pela liderança religiosa em questão” (MACHADO, 2020, p.278). Ou seja, esses deputados podem afirmar, sem receio ou vergonha, serem conservadores e diametralmente contrários ao progressismo, relacionado negativamente por eles ao relativismo moral e à decadência cultural da sociedade, e não ao progresso. Como se pode ver, há por parte do político pentecostal grande ênfase no comportamento individual privado, na moral sexual e na vida familiar de maneira a legislar contra a “normalização” do pecado na sociedade moderna. O deputado constituinte João de Deus expressa tal foco

Não estamos aqui defendendo os pretensos interesses de uma minoria depravada e pervertida, que está tentando chegar a esta Carta para receber direitos que não tem. Estamos defendendo, aqui, a família, os valores morais, que estão desaparecendo. Podemos dizer, até, usando um termo simbólico, que somos os "últimos dos mohicanos". Estamos aqui defendendo os últimos resquícios da célula mater da sociedade, que se esforça por manter-se em meio ao apodrecimento dos costumes e da moral nessa sociedade licenciosa. [...]. Estamos aqui porque este é o tempo que Deus nos trouxe. Nós somos sal e estamos temperando esta sociedade que ainda espera alguma coisa de nós. (BRASÍLIA, 1987, p. 30).

Quando chegam a mencionar grandes questões públicas, tais como as taxas de juros, o aumento da dívida pública ou as privatizações, será principalmente no sentido de apontar a imoralidade, corrupção e devassidão dos detentores do poder, ou seja, sua ênfase recai com frequência no caráter pecaminoso dos atos privados (BERGER, 2011, p.127). Assim, os “princípios e valores cristãos” defendidos pela bancada evangélica referem-se sobretudo a delitos pessoais, não há de sua parte coesão em torno de uma visão religiosamente orientada que delimite quais deveriam ser as funções do Estado moderno, para citar um imbróglio típico.

A competição no interior do campo religioso também está intimamente ligada a

irrupção política do grupo, de maneira a se defender da concorrência da igreja católica no campo religioso o grupo atua de maneira a obter benesses do Estado providência moderno (MARIANO, 2011), principalmente em torno de pautas como aumento da isenção de impostos para igrejas e concessão dos meios de comunicação para propagação da mensagem religiosa. Assim, a bancada é correntemente acusada de corporativismo na defesa exclusiva dos próprios interesses grupais em detrimento do bem-comum. Entretanto, com isto perde-se de vista a autoimagem do grupo, na tradição pentecostal a maior caridade que se pode fazer com outra pessoa é contribuir para sua conversão individual, entendida como ponto de ruptura entre dois modos de vida (SPYER, 2020). Nesta perspectiva, a disseminação da palavra de Deus àqueles que ainda não chegaram a ela, através da concessão de meios de comunicação para igrejas, transfigura-se como uma pauta política que terá consequências positivas para a sociedade como um todo. É o que afirma o deputado pentecostal Zequinha Marinho (PMDB-PA)

Hoje, tem que correr, correr contra o tempo, buscar rádio, buscar televisão, buscar todos os meios de comunicação, pra que o evangelho realmente faça a diferença, porque senão daqui uns dias a gente vai ter um país insuportável, né? (...) Se a igreja chegar com o evangelho na família do bandido, enquanto esse bandido não nasceu, está nascendo, ou tenha nascido, e seja uma criança, o evangelho muda o destino, correto? O remédio pro Brasil passa por isso.” (CUNHA, 2017, p.24).

Tal argumentação busca constituir uma identificação completa entre os valores e interesses particulares ao grupo com o bem-estar geral da nação. Por sua proximidade com a revelação do evangelho, eles veem a si mesmos como agentes moralizantes e civilizadores diante de um mundo pecaminoso e seriam, por isso mesmo, aptos e capazes de promover uma melhora generalizada na sociedade (CUNHA, 2017). Uma lógica análoga vale para sua atuação em torno das pautas morais no Congresso. A crítica externa de que a bancada evangélica representa a imposição intolerante da moral religiosa para o restante da sociedade transfigura-se, a partir da lógica nativa, em um serviço prestado pelos cristãos “para” a sociedade, de maneira a salvá-la, evitando o caos e a impiedade. Neste ponto de vista, tanto a defesa intransigente dos valores cristãos de cunho conservador no ordenamento jurídico do país, quanto o pretense corporativismo do grupo exprimiriam, na verdade, o interesse geral que o restante da sociedade, por sua negação da religião, não consegue ainda enxergar (ELIADE, 1992).

A partir de tal quadro, o observador não-religioso poderia facilmente pontuar a má-fé e a enganação presentes nas representações pentecostais. Entretanto, a realidade parece ser mais complexa, essa curiosa alquimia moral presente na autorrepresentação dos cristãos como “sal na terra, luz do mundo” regularmente não se processa através do cinismo e da mentira. Elas são de modo geral pré-reflexivas e automáticas, exprimem a sincera opinião do indivíduo que as profere. No fundo, não parece haver um quadro de referência comum entre o ponto de vista pentecostal e o não-religioso em se tratando da inserção política do primeiro. Ali, especialmente, os indivíduos de dentro e de fora deste universo social habitam universos cognitivos completamente diferentes, sem compartilhar modos de experiência e de interpretação da realidade. Compreende-se dessa forma como não é tanto como se estes indivíduos estivessem mentindo, mas sim que seus critérios de validação da verdade divergem sobremaneira (MANNHEIM, 1952). Nesse sentido, Berger (2011, p.52) reúne alguns exemplos dessa alquimia em diversos grupos sociais, “a autoimagem do corretor de seguros como um afetuoso conselheiro de casais jovens, ou da strip-teaser de cabaré como artista, ou do publicitário como perito em comunicação, ou do carrasco como servidor público”.

Entretanto, se é verdade que os mais diversos grupos sociais contêm uma lógica interna própria, a lógica política/religiosa expressa por grupos pentecostais se destaca por chocar-se com o ideal secular moderno. Assim, suas visões de mundo particulares aparecem de forma ainda mais intensa do que a média, gerando curiosidade de todos e atenção especial de seus adversários políticos. O que implica em desafios políticos enormes para disseminação das representações nativas, bem como para a atuação da bancada evangélica no Congresso.

Em síntese, observamos como, para o indivíduo que assim procede, o contato com a energia do Espírito Santo significa um ganho de “potência”. A conversão para o pentecostalismo é encarada por ele como um segundo nascimento que altera profundamente a história individual. Essa lógica separa dois tempos. O primeiro é o tempo crítico anterior, da vida desregrada, infeliz e repleta de malogro que dá lugar, logo em seguida, a uma ruptura completa com este passado, transfigurando-se em uma vida ordenada e prazerosa. Por sua vez, os cultos reafirmam essa representação através dos repetitivos testemunhos de crentes que relatam casamentos restaurados, curas milagrosas, superação de depressão, alcoolismo, vício em drogas, envolvimento em crimes, a “abertura” das portas do emprego, etc.

Do ponto de vista político, o mais relevante para a presente pesquisa é que a representação do pentecostalismo como potência não se limita somente ao plano individual, a religião também é vista como geradora de ampla transformação social. A lógica, contudo, é a mesma, dois tempos opostos, antes e depois da conversão, e duas sociedades, uma ímpia e outra pura, com a mudança de um registro para o outro se dando através do contato com a energia sagrada. Tais representações se fazem presentes no interior de inúmeras igrejas pentecostais brasileiras no sentido de legitimar suas candidaturas políticas para os membros. A prédica pastoral observada repetitivamente pode ser resumida em três eixos centrais: 1) promessa de uma nova sociedade mais desenvolvida, justa e igualitária neste mundo; 2) a não-participação religiosa não contribui para o cumprimento dessa promessa; 3) o engajamento de quadros cristãos “dentro” da esfera política promoverá grande transformação social dada a superioridade moral do grupo. Daí a frequente citação de que os cristãos são o "sal da terra" e a "luz do mundo" (Mateus 5:13-16), o que implica que eles devem influenciar positivamente o ambiente ao seu redor com base na revelação que receberam. Essa representação reflete uma autoestima bastante elevada, sugerindo uma suposta superioridade moral dos cristãos em relação à sociedade em geral e, portanto, sua capacidade de consertá-la a partir da eleição de políticos pentecostais. Veremos como tais representações religiosas se fazem presentes no curso da atuação política do grupo.

3 “POR MEIO DE VOCÊ TODOS OS POVOS DA TERRA SERÃO ABENÇOADOS”: A APROXIMAÇÃO ENTRE CRISTIANISMO E JUDAÍSMO

Nos seus primórdios, o cristianismo surgiu como um movimento interno ao Judaísmo, apenas mais tarde consolidando-se como uma nova religião. É importante notar que ambas as tradições compartilham parte de seus textos sagrados. Isso significa que há todo um conjunto de referências comuns, símbolos, personagens e mitos presentes em uma e outra (ARIEL, 2013; FROSSARD, 2013). Quando atende ao culto dominical, o pentecostal brasileiro do século XXI escuta regularmente histórias acerca do povo judeu e a geografia de Israel está presente nesse imaginário: o mar da Galileia, rio Jordão, Belém, Jericó, Jerusalém e seu grande templo (HALBWACHS, 2009).

Nos últimos anos uma alteração vem se produzindo no interior do campo pentecostal brasileiro. Topel (2011) observa como algumas igrejas passam por um processo de judaicização estética, adoção de práticas filossemitas e defesa do sionismo. Cabe uma sucinta definição dos termos: a judaicização estética é a incorporação de elementos simbólicos judaicos por parte das igrejas e dos crentes, como a estrela de Davi, bandeira de Israel, menorá, shofar, mezuzá, quipá, talit, réplicas da Arca da Aliança e passagens escritas em hebraico. O Templo da Universal construído pela Igreja em São Paulo é um ótimo exemplo nesse sentido (GOMES, 2004). Já o filossemitismo é o cultivo de sentimentos de apego e valorização do povo judeu, contrapondo-se ao antissemitismo do cristianismo ao longo da história. O sionismo cristão, por sua vez, tem ênfase política, ele relaciona-se com o direito de existência do Estado de Israel no Oriente Médio. Machado, Mariz e Carranza (2022) compreendem que os fenômenos são próximos, mas não coincidentes. Uma igreja pode adotar símbolos judaicos e não ser propriamente sionista. Da mesma forma, um pastor filossemita pode valorizar a origem judaica do cristianismo e não se engajar em defesa do Estado de Israel, embora grande parte dos sionistas cristãos apresentem práticas filossemitas.

Para dar sentido à aproximação entre cristianismo e judaísmo, pesquisas têm o hábito de tomar as caravanas evangélicas para Israel como objeto de pesquisa. O objetivo é compreender o crescente interesse do público evangélico por Israel e qual significado esses indivíduos atribuem a essa prática. A maioria dos autores mencionados neste contexto participou pessoalmente das caravanas evangélicas

para a “terra santa”. Halsell (1986) aponta como os tours servem principalmente a interesses políticos. Para a autora, os cristãos acabam sendo expostos à narrativa sionista, o que gera o apoio internacional que o Estado israelense necessita no conflito israelo-palestino. Segundo tal interpretação, os turistas evangélicos precisam estar cientes de que estão visitando Israel, a terra santa da Bíblia. Isto é, é preciso deixar claro como a terra santa, a Israel bíblica e o Estado moderno são sinônimos. Não é que aquele território de grande importância para o cristianismo passou a partir das contingências da história ao controle dos judeus na modernidade, mas sim de que esse processo se refere a um destino já contido nas Escrituras. A terra santa é, e sempre foi, um direito irrevogável dado por Deus ao povo judeu, a terra pertence aquele povo, e, por consequência, não aos palestinos.

Em contraste, o estudo de Belhassen e Ebel (2009) destaca uma discrepância entre os operadores de turismo, guias e pastores responsáveis pela organização das caravanas e os evangélicos que participam dessas viagens. Enquanto os operadores de turismo demonstram um claro interesse na legitimação política do Estado de Israel, há uma certa negociação com o indivíduo receptor da mensagem que a interpreta de acordo com sua própria perspectiva. Paradoxalmente, os crentes têm o hábito de negar o caráter político da viagem ao mesmo tempo em que imbuem o Israel moderno de sentidos religiosos, como na resposta obtida pelos autores: “There are no connections between these trips and politics. I feel that the state of Israel is a God given gift to the Jewish people. (...) I know that the Bible says that God gave the Jewish people the land.” (BELHASSEN e EBEL, 2009, p.371). Os autores compreendem que na perspectiva dos indivíduos essa não seria uma declaração política, antes uma declaração de fé. Observa-se aí mais um exemplo daquilo que Berger (2009) chama de legitimação religiosa. O que acontece no mundo dos homens se encontra plenamente justificado pelos desígnios divinos. E é claro, ao sacralizar construtos humanos com base em um quadro de referência cósmico, tal mecanismo impossibilita a crítica a estas mesmas instituições..

Já Kaell (2014) captura certo desinteresse dos evangélicos norte-americanos em relação à dimensão política da viagem. Para frustração dos guias, os viajantes lidam com o tópico com bastante relutância, sem adotar propriamente a perspectiva sionista, eles acabam expressando opiniões repletas de senso comum acerca da história política israelense. Quando o guia explicava detalhadamente o conflito entre Israel e Síria, a viajante demonstra sua indiferença: “just politics. (..) “I just feel for the

children, they're lambs of God.”(KAELL, p.158). Ou ainda “Knowing about [the Israeli-Palestinian conflict] has no value to me. I just look at it as another part of this fallen world. I feel bad for the people living there, what they have to go through, but it's not related to what I'm looking for”(KAELL, p.158).

A conclusão de Paganelli (2018) sobre o turismo religioso realizado por evangélicos brasileiros vai no mesmo sentido. Para o autor, esses indivíduos não são movidos prioritariamente por fatores de ordem política. Além disso, Paganelli realizou entrevistas com evangélicos após a volta ao Brasil para compreender se as percepções sobre o conflito teriam mudado com a viagem. Apesar dos esforços dos organizadores em expor a perspectiva pró-Israel, a viagem não gerou alterações profundas nas percepções sobre o conflito por parte dos evangélicos no sentido de aumentar o apoio a Israel. O autor compreende que alguns turistas ficam até mesmo sensibilizados com os palestinos ao observar a precária situação econômica de suas cidades no curso da viagem.

Para Williams (2015) no lugar de objetivos políticos, os evangélicos se sentem atraídos por Israel a partir do desejo de obter uma experiência religiosa autêntica. O conceito de relativização como elaborado por Berger (2003) é útil nesse sentido. O autor analisa como a modernidade põe em xeque a ordem das tradições religiosas, a partir de então as antigas certezas se apresentam como apenas uma dentre múltiplas respostas possíveis para a busca humana por sentido. Sem dúvida essa relativização pode trazer consigo uma grave crise de sentido e desorientação para grupos religiosos que passam a encarar a determinação social/histórica da própria tradição. Assim, Westbrook (2014) analisa como as viagens evangélicas para Israel funcionam como uma poderosa reafirmação da identidade religiosa, o evangélico tem a oportunidade de observar com seus próprios olhos os locais da narrativa bíblica tal como a gruta em Belém onde Jesus teria nascido, o mar da Galileia onde ele exerceu grande parte de seu ministério, o seu local do batismo no Rio Jordão, o Cenáculo de Jerusalém local da última ceia, etc. A mera existência física dos locais descritos na Bíblia funciona aos olhos desses indivíduos ávidos pela comprovação da identidade religiosa como provas tangíveis da existência histórica de Jesus e da verdade da fé. Sem dúvida essa prática serve de grande alívio ao indivíduo, a identidade religiosa contestada pelo pluralismo e ceticismo próprios da modernidade pode ser revigorada. Ao viajar para Israel, o crente defende-se contra a possibilidade da dúvida e readquire a certeza, ao menos momentânea, de que a história da Bíblia é real.

Já Frossard (2013) observa uma distinção na peregrinação a Israel entre grupos protestantes históricos e pentecostais. Enquanto para os primeiros, a importância reside no que aconteceu historicamente no local, para os últimos, a essência divina aí continua profundamente enraizada. Em tal perspectiva, Israel se torna o centro do mundo, a comunicação entre indivíduo e divindade se torna mais fácil, a oração lá é mais forte. Daí que a publicidade voltada para o público pentecostal pode afirmar “Visite a TERRA SANTA. Sua vida nunca mais será a mesma” (FROSSARD, 2013, p.191). A experiência mais próxima com o divino engendra um ganho de “força”, “potência”, “bençãos” para o indivíduo (ELIADE, 1992).

Dentro do roteiro seguido pelos pentecostais em suas caravanas para Israel, o rito de batismo no Rio Jordão sem dúvida alguma se destaca por demonstrar de forma mais evidente tais características. A pesquisa de Shapiro (2019) relata a oração do pentecostal brasileiro

Dear Father, our God, we will descend into this supernatural water so that miracles will take place; [and so that] extraordinary things will surprise us when we shall return to Brazil. Surprise us with your power, my father, [because] we claim [your bliss] this morning and declare our Faith [in you] ... Father, eradicate our infirmities, both spiritual and physical. Father, make a miracle in the cartilages of my knee! I want a miracle, my Lord, My God! I did not undergo a surgery in Brazil so that I could come here to Israel. Everything I have done was to serve you in the best possible way so I will be able to walk ... [And therefore] I ask for a miracle in this morning... Amen (SHAPIRO, 2019, p.57).

Se para grupos protestantes históricos o batismo se configura apenas como um sinal exterior de uma mudança já realizada no íntimo do crente, para grupos pentecostais o rito ganha contornos sobrenaturais. Para tal perspectiva, a purificação das águas rompe com o passado individual ao dar início a um novo modo de ser no mundo. Mas as águas do Rio Jordão elevam ainda mais a potência do rito, o rio não é apenas o local onde Jesus teria sido batizado segundo a narrativa bíblica, a essência divina aí continua impregnada até nossos dias, produzindo efeitos para aqueles que entram em contato com ela. Daí que o viajante procure a cura milagrosa a partir da noção de sacrifício tão claramente pentecostal ao invés de buscar a medicina tradicional.

Nesse mesmo sentido, algumas igrejas pentecostais vêm incentivando seus membros a participar da festa dos tabernáculos em Jerusalém. A celebração, também conhecida como Sukkoth, é um dos mais importantes feriados judaicos. Ela marca os quarenta anos em que o povo Hebreu viveu no deserto a caminho de Israel após o

êxodo do Egito. Por sua vez, a ênfase pentecostal na celebração se dá a partir de Zacarias 14:16-17

E acontecerá que, todos os que restarem de todas as nações que vieram contra Jerusalém, subirão de ano em ano para adorar o Rei, o Senhor dos Exércitos, e para celebrarem a festa dos tabernáculos. e acontecerá que, se alguma das famílias da terra não subir a Jerusalém, para adorar o Rei, o Senhor dos Exércitos, não virá sobre ela a chuva (BÍBLIA, Zacarias 14:16-17).

Partindo desses versículos, o apóstolo Renê Terra Nova, um dos maiores promotores das caravanas, garante que a participação na festa dos tabernáculos em Jerusalém traz “chuva”, entendida aqui no sentido figurado, para o viajante. Segundo Shapiro (2019), para esses grupos pentecostais a festividade marca um período cósmico durante o qual Deus se compromete em derramar suas bênçãos de prosperidade sobre aqueles que visitam a cidade santa de Jerusalém. O sermão de Terra Nova em Jerusalém garante: “quando nós voltarmos pra casa vamos ter notícias que alegrarão o nosso coração” (ICEJ, 2017). Assim, Frossard (2013) afirma que o interesse prático em receber chuva sobre sua colheita no próximo ano é a principal motivação para as viagens pentecostais para Israel.

Mariano (2014) observa a repetitividade do discurso pentecostal sobre a superação dos problemas pessoais através do sacrifício que traz as bênçãos divinas. Por seu turno, a invariabilidade da estrutura desta promessa acarreta uma necessidade constante de variação das formas rituais por parte das igrejas de modo a manter o interesse do público ativo. O autor faz um inventário do repertório simbólico presente no universo pentecostal: “encontramos corrente: de Jó, de Davi, do tapete vermelho, dos 12 apóstolos, do nome de Jesus, da mesa branca, do amor, das 91 portas; campanha do cheque da abundância, vigília da vitória sobre o diabo, semana da fé total” (MARIANO, 2014, p.135). A partir dessa perspectiva, a ênfase na celebração da festa dos tabernáculos se configura como mais um produto que se oferece para suprir os desejos do público pelas bênçãos divinas.

É claro também que celebrar a festa dos tabernáculos não é uma tradição comum no universo simbólico cristão, o que representa uma aproximação deste com o judaísmo. Mas essa inovação não representa na perspectiva dos nativos qualquer tipo de distorção indevida do Cristianismo. O site oficial do Ministério Internacional da Restauração (MIR) - afiliado a Terra Nova - expressa uma clara oposição ao catolicismo para justificar o fenômeno: “somos despertados pelo Apóstolo Renê Terra

Nova para amarmos Sião e retornarmos aos princípios da Palavra, saindo de Roma e voltando para Jerusalém (...) consolamos o povo israelita e celebramos as Festas Bíblicas” (BANDEIRA, 2023). Em outras palavras, essa abordagem implica também uma crítica ao catolicismo – adversário histórico do pentecostalismo no país – no contexto da competição religiosa. Busca-se por estes meios uma volta às origens do cristianismo primitivo “puro” e anterior às distorções nos “princípios da Palavra” relacionados à Igreja católica (JOVEGELEVICIUS, 2018; CARPENEDO, 2021).

Já no plano estético tal aproximação se traduz na incorporação de símbolos judaicos. Nesse sentido, algumas igrejas pentecostais são adornadas com a estrela de Davi, a menorá, etc. Ao ponto de um observador desinformado poder pensar que o templo em questão se trata de uma sinagoga e não de uma igreja. Novamente a visão nativa não compreende o fenômeno como uma deturpação da tradição cristã e muito menos como uma apropriação indevida de símbolos que pertencem a outra religião. Em tal perspectiva os objetos se conectam com a autenticidade e pureza do cristianismo primitivo, eles seriam “bíblicos” e não propriamente “judaicos”. Por exemplo, ao observar que cristãos estavam comprando a mezuzá – espécie de pergaminho que os judeus afixam na ombreira direita das portas – Frossard (2013) percebe a tentativa por parte do grupo de atrair a proteção de Deus sobre suas casas.

De modo geral, compreende-se como o princípio que guia a recente judaização do pentecostalismo é a tentativa de volta às origens mais “puras” do cristianismo primitivo, época em que Cristo e seus apóstolos realizavam milagres na terra. Tal lógica compreende que esse contexto original foi sendo esquecido e abandonado ao longo dos séculos, isto é, a igreja vai se tornando impura e distante de sua essência. Assim, a aproximação com o judaísmo e Israel reflete uma busca por autenticidade por parte do público pentecostal.

Por outro lado, tal aproximação não é notável apenas pela inovação disruptiva que traz no interior do cristianismo, mas também pelos desdobramentos políticos que dela surgem. A pesquisa conduzida por Miller et al, (2013) revela que os pentecostais brasileiros são mais inclinados a apoiar Israel. Conforme os resultados, 37% dos pentecostais manifestam simpatia por Israel, em comparação com 20% da população em geral. Nesse sentido, a literatura aponta a existência de um sionismo em certos segmentos pentecostais ao redor do mundo. Definir o fenômeno é uma tarefa complicada porque ele toca inúmeros pontos sensíveis: o conflito Israel/Palestina, terrorismo, antissemitismo, anti-colonialismo, fundamentalismo religioso e

secularização. De modo geral, estamos de acordo com a definição ampla de Lewis (2021, p.10), para quem o sionismo cristão é “a Christian movement which holds to the belief that the Jewish people have a biblically mandated claim to their ancient homeland in the Middle East”. Compreende-se como há um inerente objetivo político atrelado ao fenômeno, esses cristãos buscam influenciar seus respectivos Estados a tomar partido pelas causas sionistas no interminável conflito entre Israel-Palestina, como veremos em detalhes no capítulo seguinte. Sem dúvida o fenômeno choca os observadores externos, afinal de contas os judeus não creem em Jesus e a igreja tem um grande histórico de antissemitismo. Contudo, não há motivo para procurar incessantemente por motivos escusos, como se, na verdade, esses cristãos estivessem apoiando causas judaicas apenas para atingir o objetivo de converter judeus. De modo geral o apoio cristão é sincero e generoso, por vezes beirando o exagero (HUMMEL, 2019). Nesse sentido, pesquisas sobre o sionismo cristão tentam dar sentido a um fenômeno que aparenta um contrassenso, de onde surgiria tão irrestrito apoio de segmentos cristãos ao Estado de Israel, as doutrinas que se relacionam ao tema. Sem dúvida a renovada ênfase no Antigo Testamento é fundamental para o movimento. De forma geral, as histórias aí contidas descrevem a relação de Deus com o povo de Israel ao longo dos séculos. Como exemplifica o discurso de Moisés

O Senhor Deus os amou e escolheu, não porque vocês são mais numerosos do que outros povos; de fato, vocês são menos numerosos do que qualquer outro povo. Mas o Senhor os amou e com a sua força os livrou do poder de Faraó, o rei do Egito, onde vocês eram escravos. Ele fez isso para cumprir o juramento que tinha feito aos nossos antepassados. Lembrem que o Senhor, nosso Deus, é o único Deus. Ele é fiel e mantém a sua aliança. Ele continua a amar, por mil gerações, aqueles que o amam e obedecem aos seus mandamentos, porém castiga de uma vez os que o rejeitam. Ele não demora em castigá-los e destruí-los. Obedeçam, pois, às leis e aos mandamentos que hoje eu estou dando a vocês e façam tudo o que eu mando. — Se vocês derem atenção a essas leis e as cumprirem fielmente, o Senhor, nosso Deus, manterá a sua aliança e continuará a amá-los, conforme prometeu aos nossos antepassados. Ele os amará, e abençoará, e fará com que se tornem mais e mais numerosos. Ele lhes dará muitos filhos, boas colheitas de cereais, uvas e azeitonas e muitas crias de gado e de ovelhas. Deus lhes dará todas essas bênçãos na terra que ele vai lhes dar, conforme o juramento que fez aos nossos antepassados. Vocês serão o povo mais abençoado do mundo (...) (BÍBLIA, Deuterônimo 7:7-14).

O excerto já evidencia a noção de uma aliança especial entre Deus e os judeus, seu “povo escolhido”. Os últimos são considerados abençoados pela divindade com

uma vida longa em sua terra, fertilidade e prosperidade, desde que permaneçam fiéis aos ensinamentos de Deus. Além disso, há uma ênfase significativa na promessa, presente de forma inequívoca até mesmo na Bíblia cristã, sobre o retorno do povo judeu ao território de Israel. como em “Assim diz o Senhor Deus: Hei de ajuntar-vos do meio dos povos, e vos recolherei das terras para onde fostes lançados, e vos darei a terra de Israel.” (BÍBLIA, Ezequiel 11:17). O dilema surgido a partir da renovação realizada por Jesus diz respeito à reconciliação das mensagens encontradas no Novo e no Antigo Testamento. Apesar de sua origem judaica, Jesus de Nazaré deu início a uma transformação disruptiva no quadro religioso da época. Dessa forma, na perspectiva cristã, seus ensinamentos inauguraram um novo pacto entre Deus e a humanidade. Dentro do cristianismo, surge então uma controvérsia interna que busca responder a várias questões: qual é a validade da antiga aliança entre Deus e os judeus? O que aconteceria com as promessas contidas nesse pacto para a nova fé? Teria a palavra do próprio Deus se expirado com a vinda de Cristo? E, o que é mais importante do ponto de vista político, qual a validade da promessa de retorno dos judeus à terra prometida para o cristianismo? Seria a soberania judaica sobre aquela região baseada em uma irremediável reivindicação divina? (AMSTUTZ, 2013)

Historicamente a ortodoxia do pensamento cristão respondeu a este conjunto de questionamentos a partir daquilo que é conhecido como teologia da substituição ou supersessionismo. Essa teologia afirma que com a chegada de Jesus Cristo, a “velha aliança” que garantia um tratamento especial de Deus para os judeus chegou ao fim, sendo substituída por um renovado acordo entre Deus e os homens, na crença em Cristo como salvador e no pertencimento a igreja cristã em substituição ao judaísmo. Todas as promessas feitas aos judeus no Antigo Testamento teriam sido herdadas pelo cristianismo, sua “nova Israel”. Como se pode ver há uma relação ambígua com o judaísmo, a partir da teologia da substituição o cristianismo reconhece a tradição judaica de onde surgiu, ao mesmo tempo em que busca estabelecer-se como religião superior, incorporando dessa forma parte daquele quadro religioso de onde surgiu, com a cristianização dos profetas e patriarcas do Antigo Testamento (SPRINGER, 2010; LEWIS, 2021).

Conseqüentemente, tal abordagem acaba por desvalorizar o território de Israel e a cidade de Jerusalém. A igreja se torna a “nova Israel”, substituta, a partir da vinda de Cristo, como local de adoração a Deus na vida do cristão. Assim, a prédica do Pastor presbiteriano Augustus Nicodemus pode afirmar

O Antigo Testamento era sombra, era Cristo chegando, então coisas como sacrifícios, os sacerdotes, os altares, a casa do senhor, Jerusalém, o tabernáculo, o templo eram sombra. Era sombra que Deus estava projetando porque Cristo estava chegando, eles eram a sombra de Cristo. Quando Cristo veio eu não preciso mais da sombra, eu olho pro Antigo Testamento como sombra das realidades que já aconteceram(...) Jerusalém não é mais, pra nós, Terra Santa, não é mais o centro religioso do mundo (...) Nós adoramos a Deus em qualquer lugar (NICODEMUS, 2016).

Por sua vez, a teologia da substituição acaba também por constituir uma visão do judaísmo como um ramo rejeitado, ao não aceitarem a mensagem de Cristo os judeus teriam perdido seu direito à salvação. Delumeau (2009) compreende que tal esquema de pensamento influenciou largamente o relacionamento do ocidente com o judaísmo ao longo da história. O autor analisa a atuação militante da igreja medieval no fomento de um verdadeiro racismo religioso em direção aos judeus, sobretudo com a ideia de que os últimos teriam participado ativamente do assassinato de Jesus, como em Lucas 23: 18-21 que conta como a multidão de judeus escolheu pela libertação de Barrabás e crucificação do Cristo.

A partir da acusação de deicídio, a cristandade na Idade Média identifica os judeus com o outro absoluto, o diabo, o mal, uma criatura sub-humana com o desejo de destruir a civilização ocidental, o que contribuiu para a toda a perseguição vivenciada pelos judeus na Europa medieval. Na obra *Dos Judeus e Sua Mentiras* (1971) Lutero reforça tal perspectiva na tradição protestante

They vent their curses on us openly every Saturday in their synagogues and daily in their homes. They teach, urge, and train their children from infancy to remain the bitter, virulent, and wrathful enemies of the Christians (...) They have been blood thirsty bloodhounds and murderers of all Christendom for more than fourteen hundred years in their intentions, and would undoubtedly prefer to be such with their deeds. (LUTERO, 1971, p. 74).

Como se pode ver não há muita piedade em relação a este grupo, nessa perspectiva até mesmo a diáspora judaica ao redor do mundo se configura como justa punição divina por não aceitar o messias (TRACHTENBERG, 1961). Entretanto, a partir da década de 1970 importantes lideranças do mundo evangélico norte-americano começam a manifestar-se distintivamente, gerando uma profunda transformação no que diz respeito ao seu relacionamento com os judeus. No lugar da tradicional ojeriza, um amplo setor evangélico passa a orientar os cristãos a “amar”, “confortar”, “defender” os judeus. Billy Graham, talvez o maior dos evangelistas norte-americanos, pode mesmo afirmar “Too many devout Jews feel that Christianity is

hostile to them. (...)Let's say to the Jews of the world, 'We ask your forgiveness for the sins of our fathers; we love you (HUMMEL, 2019, p. 40). Já Jerry Falwell assevera: "If this nation wants her fields to remain white with grain, her scientific achievements to remain notable, and her freedom to remain intact, America must continue to stand with Israel" (SPECTOR, 2009, p. 24).

Machado, Mariz e Carranza (2021) afirmam que dado o fato de que os Estados Unidos funcionam como um centro irradiador de inovações doutrinárias no mundo evangélico, o sionismo cristão vai sendo "exportado" para demais países. Assim, alguns dos mais relevantes pastores brasileiros manifestam-se no mesmo sentido que seus correlatos americanos, Malafaia afirma "nós aprendemos e ensinamos na nossa igreja a termos um amor por Israel como nação e pelo povo que tá vinculado a essa nação que é o povo judeu" (MALAFAIA, 2015) Já Renê Terra nova assegura "Deus escolheu um povo para dar suporte, eu sou um desses, escolhido por Deus, para dar suporte irrestrito a Israel e para entender a doutrina de Jerusalém" (ICEJ, 2017).

O primeiro conjunto de explicações para o surgimento do sionismo cristão se refere às doutrinas dispensacionalistas, configurando-se como a resposta mais tradicional e corriqueira para esse dilema. Conforme é comum no meio evangélico, essa teologia tem suas raízes no hemisfério norte, tendo surgido na Inglaterra no século XIX e posteriormente se popularizado nos Estados Unidos. O dispensacionalismo, de modo geral, consiste em um conjunto não sistemático de doutrinas escatológicas que variam de acordo com cada teólogo, sendo notável por sua natureza enigmática. Essa teologia adota uma interpretação radicalmente diferente daquela apresentada pela teologia da substituição discutida anteriormente. Para os adeptos do dispensacionalismo, as promessas feitas aos judeus no Antigo Testamento não foram transferidas para os cristãos, mas permanecem válidas para os judeus contemporâneos. Nessa perspectiva, os judeus e o Estado de Israel desempenham um papel fundamental na segunda vinda de Cristo à terra. O dispensacionalismo divide a história humana em sete períodos, conhecidos como dispensações, cada um caracterizado por um tipo específico de relacionamento entre Deus e a humanidade. A ressurreição de Cristo, por exemplo, inaugurou o quinto período, no qual a humanidade ainda se encontra. Esse esquema também incorpora uma filosofia da história, na qual a Bíblia contém profecias sobre os eventos que precedem a volta de Cristo à terra. Os judeus participariam ativamente destes desdobramentos

God's end-time purpose for the Jews is expressed in Restorationism. The destiny of the Jewish people is to return to the land of Israel and reclaim their inheritance promised to Abraham and his descendants for ever. This inheritance extends from the River of Egypt to the Euphrates. Within their land, Jerusalem is recognised to be their exclusive, undivided and eternal capital, and therefore it cannot be shared or divided. At the heart of Jerusalem will be the rebuilt Jewish Temple to which all the nations will come to worship God. Just prior to the return of Jesus, there will be seven years of calamities and war known as the Tribulation which will culminate in a great battle called Armageddon during which the godless forces opposed to both God and Israel will be defeated., Jesus will then return as the Jewish Messiah and king to reign in Jerusalem for a thousand years and the Jewish people will enjoy a privileged status and role in the world (SIZER, p.134).

Como se pode ver, o esquema contém uma boa dose de pessimismo, o mundo vai de mal a pior, milhões de pessoas seriam massacradas nesse conflito tenebroso, incluindo aí uma grande parcela de judeus, entretanto há também uma esperança, todo indivíduo que aceitar a mensagem cristã será salvo. Por sua vez, os partidários dessa teologia acreditam ter a obrigação de se envolver politicamente no sentido de acelerar a chegada desse cenário, de onde se compreende o sionismo do grupo, simplesmente um dispositivo utilizado para a conclusão de tal processo (SPECTOR, 2009). Ou seja, o amor cristão aos judeus não seria altruísta, mas estaria carregado de segundas intenções. Ariel (2013) observa o dispensacionalismo como teologia central para a explicação do sionismo cristão “The positive elements in evangelical attitudes toward the Jewish people, as well as activity on the Jews’ behalf, have derived primarily from evangelicals’ unique perception of the Jews’ role in God’s plans for humanity”. (ARIEL, 2013, p. 251). Focando sua atenção no sionismo cristão brasileiro, a conclusão de Topel vai no mesmo sentido

quase todas as igrejas neopentecostais, como parte das correntes do protestantismo histórico brasileiro, defendem a visão escatológica (...) que apoia a existência de um Estado judeu nas Terras de Israel por acreditar que o mesmo tem papel central no plano Divino, constituindo um pré-requisito para a volta de Jesus e o início de seu reinado messiânico (TOPEL, 2011, p.40).

A explicação dispensacionalista é suficientemente frequente e influente para ultrapassar as barreiras dos circuitos acadêmicos. Com toda a atenção pública direcionada ao conflito israelo-palestino, inúmeras reportagens jornalísticas brasileiras nos últimos anos se propõem a explicar para o grande público as motivações do apoio evangélico a Israel, tal teologia é privilegiada como fundamento do fenômeno. (BERCITO, 2019; DUCHIADE, 2019; SCHREIBER, 2019, MORI 2023;

BALLOUSSIER, 2023).

Entretanto, nos últimos anos críticas têm sido direcionadas ao foco exclusivo no dispensacionalismo para a explicação do surgimento do sionismo cristão. Em primeiro lugar destaca-se o caráter acusatório contido nessas descrições. Os evangélicos são aí representados como fanáticos/fundamentalistas buscando acelerar o apocalipse que causará a morte de inúmeros judeus (WESTBROOK, 2014).

A segunda crítica é metodológica. Se é verdade que a escolha das fontes influencia diretamente as conclusões, observa-se a existência de uma disposição em tomar a intelectualização de teólogos como representativas do movimento como um todo. O estudo de Ariel (2013) citado anteriormente é um bom exemplo nesse sentido, o autor realiza uma análise do pensamento de teólogos evangélicos acerca dos judeus do século XV até o século XX para compreender o surgimento do sionismo cristão. Por sua vez, Belhassen e Ebel (2009) afirmam que cristãos leigos têm apenas uma vaga noção do papel dos judeus nos últimos dias. Já Engberg (2011) crítica o foco excessivo no desenvolvimento histórico do sionismo cristão, embora concorde com a preponderância do dispensacionalismo em estágios iniciais do fenômeno, o autor destaca a importância de pesquisas que lidam diretamente com os indivíduos que são portadores desta mensagem no século XXI. Lewis (2021) tem a posição de que embora o sionismo cristão esteja crescendo no sul global, poucas pesquisas se concentram em analisar o fenômeno fora do hemisfério norte.

Nesse sentido, pesquisas recentes têm mudado o foco no estudo do sionismo cristão, oferecendo respostas diferentes do dispensacionalismo para o dilema constante de explicar o surgimento do fenômeno. Naquilo que Lewis (2021) e Westbrook (2014) chamam de “Renewalist Zionism” enquanto Hummels (2019) nomeia a corrente como “Spirit-centered Zionism”, isto é, uma forma de sionismo cristão de cunho especificamente pentecostal. Duas passagens bíblicas são centrais para esta segunda perspectiva. A primeira delas é a promessa de Deus a Abraão, um dos patriarcas que seria o antepassado comum de todos os judeus até nossos dias

Saia da sua terra, do meio dos seus parentes e da casa de seu pai, e vá para a terra que eu lhe mostrarei. Farei de você um grande povo, e o abençoarei. Tornarei famoso o seu nome, e você será uma bênção. Abençoarei os que o abençoarem, e amaldiçoarei os que o amaldiçoarem; e por meio de você todos os povos da terra serão abençoados. (BÍBLIA, Gênesis 12:1-3).

Como afirma Westbrook (2014), embora a passagem apresente a relação de

Deus com Abraão, alguns cristãos têm tendência a interpretá-la de maneira mais ampla, para eles essa promessa não se encerra na figura do patriarca, mas teria se estendido para toda a comunidade judaica que seria sua descendência direta. Em clara oposição a hermenêutica da teologia da substituição, essa teologia considera que as promessas contidas no Antigo Testamento para os judeus continuam válidas mesmo com a chegada da igreja. Os judeus são o povo escolhido de Deus, assim como a igreja, mesmo que tenham rejeitado a Cristo (AMSTUTZ, 2013).

Por sua vez, a injunção divina contida na passagem estabelece que todos os povos da terra devem abençoá-los. O termo é bastante amplo, mas de modo geral entende-se que a ação de abençoar a descendência de Abraão pode tomar diferentes formas, como apoio político, financeiro, caridade, preces individuais, etc. Contudo, não se trata da generosidade pura de quem dá sem esperar nada em troca, tais gestos implicam também em benefícios como contrapartida para o atuante. Como contido na expressão “todos os povos da terra serão abençoados”. O dispositivo pode se referir tanto a indivíduos quanto a coletividades e países, de modo geral, qualquer gesto positivo é visto como gerador de bênçãos para aquele que assim procede. Em tal lógica, Israel e os judeus seriam excelentes veículos de bênçãos. Obtém-se o favor divino ao obedecer ao mandamento de apoiar o Estado de Israel e o povo judeu. Se é abençoado ao abençoar. Inversamente, o indivíduo ou Estado obtém malogro ao reter seu apoio às causas judaico-israelenses (WESTBROOK, 2014).

A segunda passagem bíblica é o Salmo 122:6-7 que afirma “Orai pela paz de Jerusalém; prosperarão aqueles que te amam. Haja paz dentro de teus muros, e prosperidade dentro dos teus palácios”. A interpretação corrente estabelece que os cristãos devem apoiar a paz para a cidade sagrada. Mas é claro, se poderia questionar exatamente qual configuração traria paz para a cidade já que muitos palestinos e israelenses a reivindicam como sua capital. Veremos no capítulo seguinte o esforço político dos sionistas cristãos brasileiros nesse sentido, por ora cabe salientar a importância da cidade para o movimento. A segunda parte do salmo “prosperarão aqueles que te amam”, repete as contrapartidas já inscritas na promessa de Deus a Abraão analisadas anteriormente.

Por seu turno, discursos de relevantes pastores fazem implícita ou explicitamente referência a estes versículos a partir da hermenêutica exposta acima. O sermão do pregador americano John Hagee assegura “Do you want to receive financial blessings that you cannot contain? When you are facing the pain at the pump,

you need the blessing of God. Bless the nation of Israel and the Jewish people” (DURBIN, 2013, p.221). Pastores brasileiros seguem a mesma interpretação, Silas Malafaia afirma: “A gente aprende desde novo a amar Israel, por um princípio bíblico. Porque há uma bênção sobre Abraão, que Deus deu sobre Abraão, dizendo: eu vou abençoar os que te abençoarem e vou amaldiçoar os que te amaldiçoarem” (MALAFAIA, 2015). O sermão de Edir Macedo vai no mesmo sentido

Nós quando torcemos por Israel, quando nós oramos por Israel, nós estamos orando para o povo escolhido por Deus, do qual nós também estamos inseridos. Quem ora pela paz de Jerusalém tem a garantia de Deus, prosperarão. Você quer prosperar? Então tá na hora agora, levante a sua mão pro céu, em nome de Jesus. Meu pai, nós estendemos as mãos e te pedimos por Jerusalém. Jerusalém, a capital eterna de Israel. Aleluia, ó soberano de Israel, em nome do senhor Jesus, nós te pedimos por este povo. Bispo Edir Macedo (TEMPLO DE SALOMÃO, 2018).

Cabe destacar como essa teologia com foco nas bênçãos que vêm de Israel carece de sistematizações textuais profundas. Se a teologia dispensacionalista citada anteriormente é objeto de inúmeros tratados teológicos que procuram explicá-la nos mínimos detalhes, essa segunda explicação pode ser mais facilmente capturada a partir dos sermões pastorais ou, alternativamente, no contato direto com cristãos sionistas de modo geral, daí inclusive a dificuldade de tomá-la em conta nas análises sobre o tema.

No que diz respeito aos crentes, tal dificuldade metodológica torna-se ainda mais presente. Quando indagado sobre o tema, o indivíduo pode não conseguir oferecer uma explicação para um apoio tão irrestrito ao Estado de Israel. Não existem propriamente motivos, antes um certo senso de pertencimento subjetivo que prescinde de justificação. Regularmente, para os leigos, a conexão com Israel e os judeus se dá de maneira não-racional, pré-teórica e repleta de sentimentalismo (WESTBROOK, 2014). Nesse sentido, Spector (2009) chega mesmo a mencionar o amor pelo povo da bíblia, gratidão pela contribuição judaica para o cristianismo e remorso pelo histórico de antissemitismo na igreja como bases para o apoio evangélico a Israel.

Essa discussão ressalta um outro ponto, tão importante quanto: embora a literatura sobre o sionismo cristão compreenda o caráter evidentemente político do fenómeno, carecem pesquisas que lidam com o lobby sionista no Congresso, focando não nas figuras do pastor ou do crente, mas do político pentecostal, responsável por representar os interesses do grupo no interior da esfera política.

Em síntese observa-se como existem múltiplas crenças cristãs em relação ao

judaísmo e ao Estado de Israel, a literatura sobre o sionismo cristão encontra-se dividida acerca do dilema de explicar os fundamentos deste apoio por parte do grupo. Alguns autores centralizam as explicações dispensacionalistas, enquanto outros dão proeminência a explicações de um sionismo com base na prosperidade e nas bênçãos. Contudo, esse quadro não significa que elas sejam necessariamente excludentes, inúmeras motivações podem ser simultaneamente válidas para um grupo específico, o sermão pastoral pode fazer referenciar as duas teologias a depender da ocasião, como demonstra o trabalho de Durbin (2013) o que complexifica ainda mais o trabalho de análise.

Por sua vez, Lewis (2021) afirma que o sionismo cristão está em constante estado de fluxo, ambas as hermenêuticas apontadas anteriormente estão presentes no interior do movimento concorrendo pelo estabelecimento da sua visão como dominante. Tal disputa relaciona-se à mudança pela qual o campo evangélico vem passando desde o início do século XX com a explosão pentecostal no sul global e o desafio que ela impõe à primazia do protestantismo histórico no campo evangélico. Já segundo Mariano (2014) o pentecostalismo é, em sua maioria, uma religião voltada para o aqui e agora, há uma diminuição na ênfase no apocalipse e na segunda volta de Cristo para este grupo. Compreende-se de modo geral que a explicação dispensacionalista está mais atrelada a grupos protestantes históricos, enquanto o sionismo com foco nas bênçãos relaciona-se com o pentecostalismo. Nesse sentido, em oposição a tese de Ariel (2013) acerca da proeminência do dispensacionalismo no movimento, Westbrook (2013) afirma que os fundamentos teológicos do sionismo cristãos foram pentecostalisados ao longo do século XX, sobretudo fora dos Estados Unidos. Na visão de Lewis (2021) os sionistas cristãos pentecostais vêm assumindo posições de destaques nas grandes instituições educacionais cristãs, o que leva uma crítica à tradicional ênfase escatológica em relação ao Estado de Israel no movimento.

De todo modo, ambas as leituras compartilham alguns pontos: 1) uma maior ênfase no Antigo Testamento característica da reforma protestante, em contraposição à teologia da substituição exposta anteriormente (WEBER, 1983; AMSTUTZ, 2013); 2) reivindicação de uma leitura “literalista” que siga a Bíblia em sua completude, sem desvios e figurações (GOLDMAN, 2007; DURBIN, 2013). Embora ironicamente ambas as leituras “literalistas” cheguem a conclusões bastante diferentes acerca do judaísmo; 3) a ideia de que a “terra prometida” pertence aos judeus por um decreto divino; 4) Israel tem “promessas” a ele relacionadas, com conteúdo variável, segunda vinda de

Cristo para uns, bênçãos de prosperidade para outros. E, por fim, 5) os cristãos deveriam apoiar e defender o moderno Estado de Israel, por motivos diferentes, é verdade.

Compreende-se como, para o sionista cristão, Israel não é apenas mais um Estado como qualquer outro. Há uma camada extra de significado em torno daquela nação não facilmente acessível para observadores externos. A própria divindade a quem se dirigem as preces tem, para tal perspectiva, um relacionamento especial com o povo judeu e com a autoridade política que o circunscreve. O Estado Israelense não seria apenas mais um ponto no mapa, mas estaria envolto pela própria essência divina. Daí pode-se compreender como muitos crentes pentecostais anseiam por grande mudança no curso de suas vidas com a viagem para aquele país, É que a experiência mais próxima com o divino engendra um ganho de potência. Veremos em seguida como os parlamentares pentecostais se relacionam, ao seu próprio modo, com tais representações no curso de sua atuação sionista Congresso.

4 O PASTOR SE TORNA POLÍTICO: O SIONISMO CRISTÃO NO CONGRESSO BRASILEIRO

O presente capítulo busca contribuir para a discussão do campo ao analisar um tema ainda não tratado com muita profundidade pela literatura: o lobby sionista dos parlamentares pentecostais no Congresso. Nesse sentido, as perguntas que atravessam a pesquisa podem ser formuladas da seguinte forma: como políticos pentecostais inserem o sionismo cristão em sua articulação no Congresso? Como dar sentido a ação destes parlamentares? Que racionalidade aí se faz presente? O texto analisa o desafio da construção de um discurso político embasado por argumentos religiosos em torno do Estado de Israel por parte de parlamentares pentecostais brasileiros, do entrelaçamento das lógicas religiosa/política, as representações aí presentes de modo a compreender mais profundamente o *ethos* político pentecostal. Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma análise de conteúdo nos discursos dos parlamentares pentecostais em relação aos judeus e ao Estado de Israel.

Os dados foram obtidos através de postagens em redes sociais de parlamentares pentecostais, da página oficial da Frente Parlamentar Evangélica, da reunião do grupo parlamentar Brasil-Israel, debates na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, discussões sobre a aprovação de acordos de cooperação entre Brasil e Israel no Congresso e, com especial destaque, as sessões solenes em homenagem à data da criação do Estado de Israel realizadas frequentemente no Congresso Nacional.

A centralidade deste último tópico demanda algumas explicações, diferentemente das sessões ordinárias em que deputados debatem projetos de lei, as sessões solenes são sobretudo simbólicas, servem para homenagear figuras e instituições, bem como para celebrar datas importantes. Em maio de 2000, por exemplo, foram realizadas oito sessões solenes na Câmara, são elas: homenagem ao Dia Internacional do Trabalho; ao 36º aniversário do jornal Zero Hora; ao Centenário da Casa Publicadora Brasileira; editora dos Adventistas do Sétimo Dia; aos 65 anos do Programa A Voz do Brasil; ao 191º aniversário da Polícia Militar do Distrito Federal; uma homenagem póstuma ao ex-Deputado Álvaro Valle; à memória do Sr. Marcantônio Vilaça e ao 30º Aniversário do Sistema Verdes Mares de Comunicação.

Mas o fato de que as sessões solenes sejam simbólicas e não-deliberativas não significa que elas tenham menor importância no processo político. Por permitir que o parlamentar suba à tribuna do Congresso para proferir seu discurso, as sessões solenes oferecem uma oportunidade ímpar para que ele dialogue com sua base, seja ela qual for, e exponha seu trabalho no Congresso. De modo geral as homenagens são utilizadas pelos parlamentares como estratégias para aumentar seu reconhecimento junto ao público, ao agir dessa forma ele procura estabelecer para si a reputação de que ele trabalha em prol dos eleitores e não o contrário (BOURDIEU, 2011). Isto é, se o candidato recebeu apoio dos operadores de segurança pública do Distrito Federal, nada mais natural de que ele, uma vez eleito como deputado, realize uma sessão solene em homenagem aos policiais militares daquela localidade. Ainda mais quando se tem em mente que este público será importante para sua reeleição no futuro. Pinto (2013, p.127) destaca a importância das homenagens para a construção da identidade política do parlamentar, “homenageando-se ONGs ambientalistas, talvez o parlamentar se crie como um ambientalista na câmara; condecorando dirigentes sindicais, ele pode se criar como defensor das demandas trabalhistas”.

Para que uma sessão solene ocorra é preciso que ela seja requerida por um deputado, além de contar com a assinatura de 1/10 dos deputados ou de líderes que representem esse número, ou seja, tais sessões são fruto de uma articulação ativa por parte dos parlamentares (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023a). Por sua vez, as sessões solenes em homenagem a Israel são programadas quase anualmente para maio, mês que marca a fundação do Estado de Israel. Elas sempre foram requeridas por membros da Frente Parlamentar Evangélica e, por isso mesmo, contam com a participação de dezenas de parlamentares pentecostais. Em menor número o evento também conta com a participação de outros grupos, via de regra o embaixador de Israel no Brasil, o presidente da Confederação Israelita (CONIB) e parlamentares de origem judaica discursam. Discursos proferidos por políticos não-pentecostais não foram analisados em profundidade, um exemplo importante: a deputada Carla Zambelli tem inúmeros discursos sionistas, mas é católica. Em alguns momentos discursos de outros grupos políticos foram citados a partir do intuito de compreender a especificidade do *ethos* pentecostal.

A pesquisa encontrou doze sessões solenes em homenagem a Israel no Congresso nacional - nos anos de 2005, 2007, 2008, 2009, 2014, 2015, 2016, 2017,

2018, 2019, 2022 e 2023. Dados das 10 primeiras foram obtidos por meio do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (DETAQ) que transcreve os discursos parlamentares. As sessões solenes de 2022 e 2023 só estão disponíveis em formato de vídeo no canal oficial da Câmara dos Deputados no Youtube (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022, 2023b), nesse caso os discursos foram transcritos manualmente. O objetivo foi codificar o emaranhado de dados obtidos em temas principais de modo a chegar a uma compreensão mais profunda do lobby pentecostal pró-israel.

4.1 Figuras religiosas presentes no lobby pentecostal

Como dito no capítulo anterior, Lewis (2021, p.10) define o sionismo cristão como “a Christian movement which holds to the belief that the Jewish people have a biblically mandated claim to their ancient homeland in the Middle East”. Conscientemente a definição do autor não especifica exatamente quais os fundamentos para a manifestação do fenômeno, isso porque múltiplos argumentos podem ser levantados simultaneamente pelos indivíduos portadores dessa mensagem com base no livro sagrado cristão. Ao longo deste capítulo espera-se especificar como um conjunto bem definido de representações bíblicas, com uma hermenêutica particular, guia o lobby sionista no Congresso.

Destarte, observa-se como uma convicção importante contida na argumentação dos parlamentares analisados é de que os judeus continuam sendo o povo escolhido de Deus, tal como presente no Antigo Testamento cristão. A partir dessa perspectiva este povo não teria perdido seu status especial com a chegada da mensagem de Cristo, a aliança entre Deus e os judeus continua válida concomitantemente a salvação Cristã

O povo judeu é diferente de todos. O povo judeu que, sem dúvida alguma, fora escolhido por Deus, deu uma mensagem muito bonita de liberdade. Ontem comemoramos aqui os 120 anos da libertação dos escravos. Mas Deus deixou claro, quando ungiu um líder, Moisés, dando-lhe uma missão, e disse-lhe: "Liberta o meu povo". Sen. Mão Santa PMDB - PI (DETAQ, 2008).

A história do povo de Israel mostra que os impérios, os reis tentaram extirpar Israel da Terra. Foi assim no cativeiro do Egito, durante mais de 400 anos. Foi assim no Império Assírio, que comandou o mundo por quase 300 anos. Vieram depois os impérios que por 650 anos comandaram o mundo, como o Império da Babilônia, o Império Medo-Persa, o Império Grego e o Império Romano. Veio a Diáspora. Veio o holocausto. Contudo, não conseguiram e não conseguirão extirpar

Israel. Não pela sua beleza, pelo engrandecimento dos israelitas, mas porque esse foi o povo escolhido por Deus, o único Deus, aquele cujo domínio é eterno e cujo reino é de geração em geração e nele está a paz. Dep. Raimundo Santos PL - PA (DETAQ, 2005).

Esse relacionamento especial implica em diversos privilégios para os judeus. O segundo trecho destacado acima já evidencia um deles, a sobrevivência deste povo ao longo dos milênios, apesar de todas as tentativas de domínio deve-se, sobretudo, ao zelo divino. Tal representação contém uma leitura bastante transcendente do real, relegando pouco ou nenhum espaço para a ação humana independente, à impessoalidade dos fenômenos sociais e às contingências da história. A fala seguinte parte do mesmo pressuposto, mas explora um outro benefício obtido da relação especial entre Deus e os judeus:

Israel transformou-se em uma potência mundial e vem se destacando em setores como a indústria aeroespacial que ao longo dos anos desenvolveu e construiu satélites, aviões, tecnologia de ponta para caças, radares avançados e vários outros produtos. Mesmo localizado em território com 85% de terras desérticas e com escassos recursos naturais, Israel desenvolveu intensamente sua agricultura e indústria. Exportando tecnologia nestas áreas, inclusive para o Brasil. A indústria de software israelense tornou-se referência Internacional com inúmeras empresas listadas na Nasdaq, a bolsa de valores de tecnologia norte-americana, também, na medicina, Israel tornou-se uma potência mundial sempre a frente de pesquisas que são verdadeiras fontes de inspiração para os grandes cérebros do mundo, só pra dizer um pouco. Israel é hoje referência na área de fertilidade e ostenta recorde mundial em tratamentos de fertilização in vitro. Em outra notícia descobrimos que 2 dos 3 remédios contra esclerose múltipla foram descobertos em Israel no instituto Heisman. Todo esse destaque demonstra o inequívoco cuidado divino para com o povo que segundo a bíblia é escolhido de Deus. Dep. Aroldo Martins REPUBLICANOS - PR (DETAQ, 2019).

O trecho enfatiza o desenvolvimento econômico em vez da história. A capacidade judaica de prosperar em um território árido ao longo de apenas sete décadas e sua excelência nas áreas de ciência e medicina são apresentados como evidências claras da escolha divina em favor dos judeus. Percebe-se como a argumentação não focaliza somente os versículos bíblicos que afirmam a relação especial entre ambos. Os parlamentares pentecostais repetem por diversas vezes o raciocínio de buscar na própria realidade empírica evidências que sustentam sua argumentação religiosa, voltaremos a esse ponto mais adiante. Por hora cabe reter como a sobrevivência judaica ao longo dos milênios, bem como a prosperidade obtida em tão curto espaço de tempo, demonstram, para a perspectiva pentecostal, a relação

especial dos judeus com a divindade.

Como visto no primeiro capítulo, o pentecostalismo mudou radicalmente a visão tradicional de condenação ao lucro e ao dinheiro para afirmar, no seu lugar, que Deus promete riqueza aos seus seguidores. Há aí um certo elogio da riqueza alheia como signo incontestável do tocar de Deus, como superação diante das adversidades a ser emulada. Essa mesma atitude pode ser observada nos discursos em relação a Israel, os parlamentares pentecostais tratam com certo encanto e admiração o inquestionável desenvolvimento israelense, como se quisessem espelhar o mesmo processo no Brasil. Em virtude do seu desenvolvimento, Israel surge nos discursos parlamentares como uma referência a ser seguida

É notório que todos esses dados com resultados tão grandiosos demonstram a capacidade de superação de um país que se ergueu, mesmo em meio as características adversas, acreditando no potencial do seu povo, de suas terras e de suas tradições, louvável que toda sua trajetória sirva de legado para todos os demais. Tenham o nosso respeito, a nossa admiração, israel simbolo de, não apenas modernidade, mas, meu embaixador, de superação. Dep. Gilberto Abramo REPUBLICANOS - MG (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023b).

Em um momento de dificuldades como o que estamos enfrentando no Brasil, não podemos nos esquecer de que Israel é o primeiro país do mundo em empreendedorismo, adaptabilidade, habilidades em tecnologia de informação e inovações científicas, sendo, portanto, um Estado que deve ser a nossa referência para vencermos as dificuldades. Dep. Jony Marcos PRB - SE.(DETAQ, 2016a).

No curso desta argumentação, os parlamentares pentecostais acabam por elaborar uma nova representação bastante positiva desse outro. Como afirmado no capítulo anterior, durante a Idade Média o cristianismo construiu um conjunto de figuras bem fixas em torno do judeu: como feiticeiro, culpado pela peste negra, guiado pelo diabo, assassino de Cristo. Essencialmente uma criatura sub-humana presente no interior da civilização cristã (DELUMEAU, 2009). Por sua vez, parlamentares pentecostais o destacam como uma figura particularmente inteligente e obstinada, Jefferson Campos (PTB-SP) cita como os judeus são um “povo perseguido, subjugado, obrigado a dispersar-se pelo mundo, mas perseverante, aguerrido” (DETAQ,2009). Marcelo Crivella (REPUBLICANOS-RJ) os define como um “povo valente e por demais resiliente” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023b). Já para Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) eles são um “povo criativo e determinado”

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023b), daí que se possa mesmo mencionar o alto número de judeus que receberam o prêmio Nobel e as inovações dadas a humanidade por este povo

Eu estava fazendo um estudo há poucos dias e descobri que, até o ano de 2011, 850 pessoas do mundo foram contempladas com o Prêmio Nobel da Paz. Dessas 850 pessoas — pasmem, senhoras e senhores! —, 180 eram judeus, 180 eram filhos de Abraão, homens e mulheres que modificaram a história do mundo moderno, como nós conhecemos hoje. (...) Uma nação que deu ao mundo mais de 200 inventos. Repito, foram mais de 200 inventos! Anotei alguns, porque muitas pessoas não sabem que foram dos judeus: aspirina, jeans da Levi's, sabão, cotonetes, aparelho de barbear, cinema com som, disco de vinil, tevê a cores, penicilina, controle remoto, pílula anticoncepcional, Internet, vídeo game, Waze, cirurgia de catarata, cateterismo cardíaco, computador pessoal ou PC, vacina contra a hepatite B, cirurgia a laser para olhos, câmeras de telefone, pendrive, Google, tratamento para esclerose múltipla, que já foi aqui citado, câmera de vídeo dentro de uma cápsula, Facebook, drones, e até mesmo aquele tomatinho cereja que nós comemos quase todos os dias no Parlamento. Dep. Marco Feliciano PODE - SP (DETAQ, 2019).

Essa metamorfose talvez seja uma das características mais curiosas em relação ao fenômeno. Observamos a passagem de uma representação cristã claramente antissemita e repleta de estereótipos negativos em relação aos judeus para outra que contém outros estereótipos, positivos desta vez. O ódio de outrora dá lugar a declarações filossemitas repletas de amor: “quem ama Deus, quem ama a Bíblia, também ama Israel. Não há como não amar. Sabemos do compromisso de Deus com o seu povo”. Dep. Zequinha Marinho PSC-PA (DETAQ, 2019).

Nesse sentido, a rusga histórica entre cristãos e judeus não aparece em momento algum dos discursos analisados. Os parlamentares acabam citando muito mais os patriarcas do Antigo Testamento, comuns a ambos os credos, do que Jesus, ponto de distensão entre eles. Não há, no curso dos pronunciamentos analisados, espaço para a ideia de que os judeus não aceitaram Jesus, para a denúncia de que eles participaram de seu assassinato e nem mesmo para a expectativa de que os judeus têm de se converter no futuro. Nas poucas vezes em que é citado, Jesus aparece nos discursos parlamentares como um judeu israelense:

Senhoras e senhores, Jesus era judeu, Israel era sua pátria. Como cristão, reconheço naquele povo e naquele território um instrumento usado por Deus para abençoar todas as nações com o Messias. O cristianismo, doutrina e fé abraçada pela maioria dos brasileiros e da população de grande parte dos países ocidentais, ensina-nos que Deus fez uma aliança eterna com Israel. É, pois, nosso dever cristão honrar a aliança, na esperança de que Israel experimente a paz plena,

bem como sua restauração política, territorial e espiritual. Dep. Marcelo Aguiar DEM-SP (DETAQ, 2017).

Mas a principal consequência política da aliança entre Deus e judeus é sem dúvida a promessa de retorno à terra prometida, como já contido no Antigo Testamento: “Assim diz o Senhor Deus: Hei de ajuntar-vos do meio dos povos, e vos recolherei das terras para onde fostes lançados, e vos darei a terra de Israel.” (BÍBLIA, Ezequiel 11:17). No curso da argumentação dos parlamentares, essa promessa já teria sido cumprida com a fundação do Estado de Israel em 1948. A Israel bíblica e o moderno Estado de Israel se tornam sinônimos

Após a Segunda Guerra, quando o mundo ainda estava sob o impacto do terrível massacre de ao menos 6 milhões de judeus no holocausto, a demanda de lideranças políticas e religiosas judias por um território nacional ganhou força. E a promessa bíblica de retorno à terra prometida finalmente se concretizou em 1947, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o plano de partilha da Palestina, propiciando a criação do Estado israelense, no dia 14 de maio de 1948. Dep. Geovânia de Sá PSDB - SC (DETAQ, 2019).

Foi longo o exílio desse povo, que, no entanto, jamais esqueceu sua conexão com aquela terra. Afinal, foi ali que se desenrolou parte importante de sua história, foi ali que se formou uma identidade nacional, religiosa e cultural que sofreu ataques diversos em muitos momentos desse percurso, mas não deixou de resistir e ainda hoje resiste. Há 71 anos os judeus puderam, enfim, regressar ao seu lar, a sua terra prometida. Dep. Roberto de Lucena PODE-SP (DETAQ, 2019).

Há milênios o povo judeu peregrinou mundo afora, quando Moisés, por 40 anos, buscou, intrepidamente, para seu povo, a terra prometida por Deus. Por muitos e muitos séculos, o povo judeu sofreu perseguições e, por intermédio das diásporas, tornou-se cidadão do mundo. Mas faltava a terra que embala os sonhos de quem sempre quis ter um lar. Em 1948, 3 anos após o fim da fatídica Segunda Guerra Mundial, o povo judeu teve seu sonho realizado, concretizado por meio da criação do Estado de Israel. Dep. João Mendes de Jesus PSL-RJ (DETAQ, 2005).

Uma representação que separa a Israel bíblica, divinamente inspirada do Antigo Testamento, e o moderno Estado de Israel, esse sim uma construção bem humana que surge como resposta ao antissemitismo vivenciado durante séculos na Europa, faria com que os parlamentares não adentrassem tão apaixonadamente em toda a incansável querela em torno do conflito Israel-Palestina. Mas tal separação inexistente, os discursos deixam claro como a terra santa é, e sempre foi, um direito irrevogável dado por Deus ao povo judeu. A terra pertence àquele povo e, por consequência, não aos palestinos. O fato de que romanos, bizantinos, dinastias islâmicas e o império

otomano dominaram a região pelos últimos dois mil anos é lido como uma apropriação indevida do que não lhes pertence. Para tal perspectiva, a criação do Estado de Israel em 1948 se refere a um destino divino, tal como já contido nas escrituras, “Deus, ao levar o seu povo à dispersão, disse também que o traria de volta para a terra de seus ancestrais”. Dep. Fátima Pelaes (PMDB-AP) (DETAQ, 2014). Dessa forma, Alan Rick (PRB-AC) liga a fundação de Israel em 1948 a profecias bíblicas contidas no livro de Isaías 66:8 “Poder-se-ia fazer nascer uma terra num só dia? Nasceria uma nação de uma só vez?” Depois de citá-las, o parlamentar assegura

Escritas há cerca de 600 anos antes de Cristo, nós observamos nelas o cumprimento da profecia de que Israel seria a nação a nascer num só dia. De fato, foi no dia 29 de novembro de 1947, numa histórica reunião da Assembleia Geral da ONU (...) que se votou o Plano de Partilha da Palestina, que culminou na criação do Estado de Israel. No ano seguinte, em 1948, precisamente às 16 horas do dia 14 de maio, foi assinada a declaração de independência do Estado de Israel. Eis aí a nação nascida em um só dia sobre a qual falou o profeta. Israel é a nação fênix, a nação milagre, a que renasce após os agouros, que se reergue de muitas guerras, que se recria das cinzas! Dep. Alan Rick PRB - AC (DETAQ, 2016a).

É necessário pontuar aquilo que é exatamente novo no fenômeno. O cristianismo apresentou historicamente um interesse naquele território. De onde se compreende as viagens cristãs, pelo menos desde o século IV até os dias de hoje, nas quais o indivíduo busca ver com seus próprios olhos os locais por onde Jesus passou. De outra forma, as cruzadas na Idade Média visavam tomar aquela terra das dinastias islâmicas que a dominavam em nome da cristandade (HALBWACHS, 2009).

Por seu turno, o sionismo dos parlamentares pentecostais analisados retoma e expande essa tradição, não estimula as peregrinações e nem busca tomar a terra santa, dessa vez a autoridade política judaica sobre aquele território é sacralizada. Isto significa que o moderno Estado de Israel é completamente legitimado com base em um quadro de referência cósmico, para além das vicissitudes humanas (BERGER, 2009). Nesse sentido, a defesa daquele país se torna, para esse conjunto de parlamentares, não tanto um simples apoio político, mas uma declaração de fé e, por isso mesmo, acima de qualquer discussão humana sobre a validade ou não da existência daquele Estado (BELHASSEN e EBEL, 2009).

4.2 Os parlamentares pentecostais frente aos desenvolvimentos do conflito israelo-palestino

Vimos até agora duas premissas religiosas no discurso dos parlamentares: 1) Os judeus continuam sendo o povo escolhido de Deus; 2) o moderno Estado de Israel é sua terra prometida. Cabe pontuar como os parlamentares se relacionam com as atualizações do eterno conflito israelo-palestino no Oriente Médio ao longo do tempo. De modo geral, o habitual sentimento pentecostal de perseguição contra as coisas de Deus se estende a Israel, ele também inocentemente atacado pelo seu entorno. Toda a responsabilidade pelo conflito caberia aos seus inimigos político-religiosos que não aceitam a existência legítima daquela nação e à atacam injustamente

Israel, na verdade, é atacado, real e ideologicamente, por aqueles que não aceitaram a legítima votação na ONU. (...) O não reconhecimento persistente daqueles países faz o povo judeu pagar constantemente a eterna vigilância para viver em liberdade. Continuamos a assistir reflexos dessas intransigências. Há poucos dias assistimos mais uma agressão gratuita que Israel sofreu dos vizinhos. Dep. Jony Marcos PRB-SE (DETAQ, 2018).

De acordo com os discursos dos parlamentares, a promessa divina não se limita apenas ao estabelecimento de Israel como Estado em 1948. Após o cumprimento dessa promessa, Deus não se ausenta, mas permanece presente de forma invisível, influenciando os eventos que ocorrem desde então ao proteger Israel e os judeus de seus inimigos. As vitórias israelenses nas guerras encontram seu fundamento no envolvimento divino que impede outros povos de tomar o que lhes pertence

Os lançamentos de foguetes não estavam sendo precisos e não estavam atingindo os alvos para onde eles eram atirados. E no momento talvez de fraqueza, mas naquela verdade forçada, os palestinos disseram que eles não conseguiam entender por que acontecia aquilo, porque eles miravam os foguetes para os lugares certos, mas os foguetes, no ar, eles mudavam de rota e caíam no mar. Então eles apontavam, o foguete ia pra lá e o foguete em pleno ar mudava de rota e caía no mar. E houve uma outra, para quem duvidar, eu posso mandar o link, em que os palestinos dizem assim em relação aos judeus: “o Deus deles desvia os nossos foguetes”. Porque eles não conseguiam explicar a razão pela qual os foguetes não chegavam para onde eles eram mirados, mas em pleno ar eles mudavam de rota e caíam no mar, onde, na verdade, caindo no mar ninguém iria ferir. Dep. Aroldo Martins REPUBLICANOS - PR (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Por sua vez, o mais recente capítulo do conflito, a guerra Israel-Hamas, iniciada em 7 de outubro de 2023, gerou intensa atividade parlamentar em torno de Israel e dos judeus. Se os olhos do mundo estavam voltados para a situação no Oriente Médio, a Frente Parlamentar Evangélica age em uníssonos de modo a apoiar Israel através de

uma nota emitida em seus canais oficiais

A Frente Evangélica do Congresso Nacional vem se solidarizar e apoiar ao Estado de Israel, que sofreu um covarde e repugnante ataque de terroristas palestinos do Hamas contra a sua população civil, resultando em dezenas de mortos e centenas de feridos. As cenas de violência e barbarismo contra os israelenses são chocantes e merecem a condenação de todas as pessoas de bem, da comunidade brasileira e mundial. O governo brasileiro deve condenar, sem restrições, esses ataques em solidariedade a Israel e seu povo, inclusive reconhecendo o direito legítimo de Israel à autodefesa. (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2023).

A nota é interessante por vários motivos, primeiramente pelo seu contexto, sendo fruto de um consenso. Os discursos em torno de Israel elencados até o presente momento foram emitidos individualmente pelos parlamentares ora na tribuna da câmara, ora em discussões nas comissões. Por seu turno, o conflito gerou unidade entre a multiplicidade de visões internas em torno de um discurso conjunto.

Em segundo lugar percebe-se que o tom claramente religioso, das referências à bíblia e ao Deus cristão não se faz presente, não há nada de especificamente pentecostal neste pronunciamento, voltaremos a este ponto mais adiante. Por hora cabe mencionar como, ao agir assim, os parlamentares pentecostais juntam-se a diversos outros setores sociais, judaicos ou não, que expressaram seu descontentamento com a ação do Hamas.

Por fim, percebe-se o caráter eminentemente ético aí contido, o grupo toma claro partido na guerra de representações vinculada ao conflito. Se vozes pró-palestina costumam observar a violência do Hamas como uma reação natural e legítima às violações diárias sofridas pelo povo palestino, sobretudo à ideia de ocupação e expulsão do seu território, a visão da Frente Parlamentar Evangélica é de que Israel é o verdadeiro inocente a ser atacado, eles estariam do “lado certo” da história. Nessa perspectiva, a ação do Hamas é condenada eticamente como um uso injustificável da violência. Em síntese, para a Frente Parlamentar Evangélica, defender Israel se transfigura em tomar partido pela justiça e pelo bem diante de seus adversários.

Por sua vez, o reconhecimento do direito a legítima defesa na parte final da nota é consequência direta dessa perspectiva, a firme resposta israelense com bombardeios e invasão terrestre da Faixa de Gaza, tão criticadas como uso desproporcional da força, se acha plenamente justificada, sobretudo quando se pensa nas mortes de civis - encaradas aqui como causalidades eventuais e inevitáveis da

guerra. O discurso de Sóstenes Cavalcante aprofunda esta visão

Todos acompanhamos com muita solidariedade e tristeza a luta entre Israel e o Hamas. Vocês viram este grupo terrorista chamado Hamas, sanguinário, decepou cabeça de bebês, sequestrou mulheres, estupraram mulheres, assassinaram gente a sangue frio em nome do que eles acreditam, que nem estado são. Agora vem a resposta de Israel (...) lamentavelmente com a ação do Hamas vem a reação de um estado soberano que tem legislação na ONU e legislações internacionais e decretou estado de guerra. A partir daí é guerra, lamentavelmente vidas vão ser ceifadas e até inocentes, porque guerra, tristemente isso acontece. Nós sempre advogamos a paz, mas com grupo terrorista não existe paz, não tem que tergiversar, nem negociar com terrorista. Terrorista não tem amor a ninguém, não tem amor ao ser humano, eles são como já diz o nome “terroristas” e tem que ser enfrentados. Dep. Sóstenes Cavalcante PL - RJ (CAVALCANTE, 2023).

Ao assumir como sua a versão oficial do governo do premiê israelense Benjamin Netanyahu, tal postura acaba por servir como uma voz de apoio às medidas adotadas por Israel no conflito do Oriente Médio. Retransmitindo-as internamente ao público brasileiro, os parlamentares pentecostais participam ativamente da sustentação internacional de que o governo de Netanyahu tanto precisava naquele momento para dar prosseguimento a guerra contra o Hamas.

Se Israel é visto como um inocente violentamente atacado, as representações em torno dos seus adversários só poderiam ser carregadas de juízos negativos. Os discursos dos parlamentares pentecostais enfatizam reiteradamente uma suposta intolerância, agressividade e barbárie inerentes a populações árabes e ao islã - um outro adversário histórico do cristianismo, cabe dizer. De todo modo, os parlamentares pentecostais não são os primeiros a estimular tal visão, a ideia de que o islam seria uma religião mais violenta é um tanto comum desde os ataques do 11 de setembro (RIZVI, 2011). O conflito de 2023 reatualiza as representações aí vigentes, a responsabilidade pelo interminável confronto recai sobre o lado palestino-árabe-islâmico que não aceita a paz na região

O mundo viu estarecido o que é ser terrorista, Senadora Damares. Velhos, idosos, mulheres estupradas, órfãos, crianças sequestradas, colocadas em gaiolas, Senador Jayme, como animais de circo, animais de zoológico e sendo zombadas, anarquizadas dentro da Palestina (...) O mundo árabe cerca Israel. Israel quer paz, e eles não querem paz. Eles não querem alargar o território palestino; eles querem aniquilar os judeus. Eles querem aniquilar toda e qualquer pessoa que diz amar Israel. Sen. Magno Malta PL-ES (DETAQ, 2023a).

Sabem quando teremos paz no Oriente Médio? Nunca. Porque está

no Estatuto do Hamas não um Estado independente palestino, não está isso no estatuto. Está no estatuto a destruição do Estado de Israel, é o que está no estatuto deles. Eles não querem paz. Desde 1936, Israel já tentou cinco vezes – cinco vezes, Sr. Presidente! – uma opção de paz concedendo territórios aos palestinos para que cada nação, de forma independente, pudesse tocar suas vidas, criar seus filhos e viver em paz. Cinco vezes as propostas de Israel foram rejeitadas. Tratados propostos pela ONU, pela Liga das Nações, pelos Estados Unidos, pela União Europeia, todos rejeitados. Agora a gente vê o Comissário de Direitos Humanos da ONU falando: "Olha, vamos tentar reverter aquele barril de pólvora". Que barril de pólvora? Aquilo é um assassinato em massa, aquilo, sim, é genocídio! Sen. Alan Rick União-AC (DETAQ, 2023a).

Nessa perspectiva, o lado israelense estaria disposto a acabar com o conflito, oferecendo até mesmo territórios pela paz, enquanto os palestinos desejam a violência. A responsabilidade sobre o conflito recai completamente sobre um lado, se os palestinos abdicassem da violência a guerra terminaria prontamente, as ações israelenses seriam defensivas, tão somente.

Na argumentação teológica exposta por alguns líderes pentecostais, tanto brasileiros quanto norte-americanos, a disputa no plano territorial entre Israel e Palestina espelha uma outra, no plano espiritual. Essa perspectiva explica o surgimento da tensão no Oriente Médio com base no Antigo Testamento, a partir da rivalidade entre Isaque e Ismael, os dois primeiros filhos de Abraão na narrativa bíblica (SPECTOR, 2009). Como dito no capítulo anterior, Abraão teria recebido a promessa de ser o pai de uma grande nação, contudo como ele e sua esposa Sara ainda não tinham filhos naquela época, ela então sugeriu que Abraão tivesse um filho com sua serva Agar, de onde nasceu Ismael a quem os árabes modernos remontam sua descendência. Mais tarde, Abraão e Sara conseguem ter um filho, Isaque, antepassado dos comuns dos judeus modernos, mas o erro já teria sido cometido. Como resultado da desobediência de Abraão e Sara, o conflito entre os irmãos estaria plantado. Deus afirma como Ismael “será homem feroz, e a sua mão será contra todos, e a mão de todos contra ele; e habitará diante da face de todos os seus irmãos” (BÍBLIA, Gênesis 16:12). Nessa narrativa os povos árabes e judeus seriam descendentes de uma mesma linhagem familiar, que começa com o patriarca Abraão, pai de Isaque e de Ismael, cada um deles seguidor do seu próprio caminho. Cabe destacar nesse sentido como a narrativa islâmica está parcialmente de acordo com esta visão cristã ao enxergar Abraão (Ibrahim) e Ismael (Ismail) como seus patriarcas. A diferença essencial reside no fato de que o islã dá mais importância para Ismael

(Ismail) do que para Isaque (Ishaq). O deputado Sóstenes Cavalcante oferece sua própria explicação a partir da perspectiva cristã:

alguns ficam perguntando pela história e aí nós que acreditamos na palavra de Deus que entendemos, isso nasce gente, lá com a desobediência de Abraão. Quando Abraão recebeu uma promessa em Gênesis que vocês conhecem o livro de Gênesis, você já leu, se não leu quero até te incentivar a ler pra entender essa história, pra entender o que vai acontecer. Quando Abraão recebe uma promessa de Deus que seria o pai de uma grande nação, e aí ele já estava velho, Sara velha e não tinham filhos. Sara foi lá e deu ideia pra ele: "deita com a nossa secretária do lar, né? A doméstica, a Agar". Deitou-se e nasceu Ismael, esta é a origem do povo árabe, Ismael. Como Deus tem uma promessa com ele e Deus não falha em suas promessas, vem logo depois de idosos, Sara se engravida (sic) e nasce quem? Isaque, Isaque o filho da promessa de Deus com Abraão, e dali de Isaque saem as doze tribos de Israel, o que depois virou o Estado de Israel. Esse é o estado que Deus prometeu a Abraão, por causa da desobediência de Abraão e de Sara que tiveram um filho extraconjugal porque não ouviram a voz de Deus esta guerra se arrasta. Dep. Sóstenes Cavalcante PL - RJ (CAVALCANTE, 2023).

Observamos aí novamente o exercício de explicar os acontecimentos humanos com base num quadro de referência cósmico por parte de grupos pentecostais. As razões para o surgimento do conflito não se encontrariam na história, mas na narrativa bíblica, matriz de referência para a leitura do real. O que nesse caso acaba por estimular um revanchismo inter-religioso em relação ao islã do tipo "nós" e "eles". Os muçulmanos, o outro por excelência, têm sua origem no erro de Abraão e Sara. Para tal perspectiva esse erro originário carrega reflexos até nossos dias, os muçulmanos agressivos por sua própria natureza representam uma constante ameaça para os judeus e cristãos.

4.3 As bênçãos de prosperidade

Para além das figuras religiosas dos judeus como povo escolhido e de Israel como sua terra prometida, observa-se complementarmente um argumento ético: Israel seria um país inocente injustamente atacado por seus inimigos. Entretanto, nenhuma dessas representações pode explicar por si só qual a necessidade de apoio tão generoso por parte dos parlamentares brasileiros para um país distante. Colocando de maneira mais clara, mesmo que se estivesse de acordo com a visão religiosa de que Israel é a terra prometida por Deus aos judeus e de que este grupo é injustamente atacado, se poderia ainda indagar o motivo pelo qual o sionismo precisa se inserir na atuação política pentecostal. Afinal de contas, qual o interesse do Brasil em assumir

de maneira quase automática um lado em tema tão delicado? Para responder tais questionamentos, grande parte da argumentação utilizada pelos pastores e políticos relaciona-se, direta ou indiretamente, a duas passagens bíblicas. A primeira delas é a promessa de Deus a Abraão, um dos patriarcas judaicos, mencionada no capítulo anterior

Saia da sua terra, do meio dos seus parentes e da casa de seu pai, e vá para a terra que eu lhe mostrarei. Farei de você um grande povo, e o abençoarei. Tornarei famoso o seu nome, e você será uma bênção.abençoarei os que o abençoarem, e amaldiçoarei os que o amaldiçoarem; e por meio de você todos os povos da terra serão abençoados (BÍBLIA, Gênesis 12:1-3).

Como afirma Westbrook (2014), embora a passagem seja direcionada a Abraão, sionistas cristãos têm tendência a interpretá-la de maneira mais ampla, incluindo aí também a comunidade judaica que seria a descendência direta do patriarca, bem como a nação israelense que abriga este povo. Já a expressão “todos os povos da terra serão abençoados” refere-se tanto a indivíduos quanto a coletividades e países. Assim, se poderia compreender tal versículo como um mandamento divino para que todos os povos da terra abençoem os israelenses e judeus. Por sua vez, a ação de abençoar a descendência de Abraão pode tomar diferentes formas, como apoio político, financeiro, caridade, preces individuais, etc. Mas é preciso estar atento, não se trata da generosidade pura de quem dá sem esperar nada em troca, tais gestos implicam também em benefícios como contrapartida para o atuante. De modo geral, qualquer gesto positivo é visto como gerador de bênçãos para aquele que assim procede. Em tal lógica, Israel e os judeus seriam excelentes veículos de bênçãos, obtém-se o favor divino ao obedecer ao mandamento de apoiar o Estado de Israel e o povo judeu, se é abençoado ao abençoar. Inversamente, o indivíduo ou Estado obtém malogro ao reter seu apoio às causas judaico-israelenses. De antemão se percebe como o sionismo pentecostal não significa simplesmente uma obrigação moral do crente para com o seu deus, como se apoiar os judeus fosse uma realidade que a ele se impõe. Na verdade, a conformidade com o mandamento é bem útil para o indivíduo que assim procede, servindo a múltiplos interesses individuais, como veremos nas páginas seguintes. Obrigação religiosa e utilitarismo individual se relacionam intimamente.

Na hora que abençoamos as lutas de Israel que cuidamos de ajudar de levar a consequências boas, o que que acontece? A gente recebe bênção. Israel é abençoado, Brasil também, e é por isso que estamos

aqui, comemorando mais uma vez essa maravilhosa aliança que, afora ser aliança social, política, é uma aliança espiritual. Dep. Pedro Ribeiro PMDB- CE (FRENPAZBRIL, 2011).

A bênção de Abraão permanece sobre o Estado de Israel. Todos os que te abençoarem serão abençoados. Nós estamos hoje aqui, nesta sessão solene, abençoando a nação israelita, o Estado de Israel, os seus membros, o seu Parlamento e todos os que compõem essa grande nação. Dep. Jefferson Campos PTB - SP (DETAQ, 2009).

A promessa a Abraão foi não só para ele, mas também para aqueles que adorassem o Deus de Abraão e fossem amigos de Abraão. Aí está a razão de ser da bênção de Deus. (...) tenho a certeza de que a bênção de Deus vai estar sobre o Brasil também em função dessa amizade, desse carinho, desse respeito e desse amor pelo povo da promessa divina. Dep. Zequinha Marinho PSC- PA (DETAQ, 2019).

A segunda passagem bíblica é o Salmo 122:6-7 que afirma “Orai pela paz de Jerusalém; prosperarão aqueles que te amam. Haja paz dentro de teus muros, e prosperidade dentro dos teus palácios”. Nesse tópico a atuação pentecostal toca um dos assuntos mais sensíveis do conflito árabe-israelense: a questão do status de Jerusalém, reivindicada como sua capital por ambas as partes do conflito. Diversas resoluções da ONU, por exemplo, afirmam que a parte oriental da cidade é ocupada ilegalmente por israelenses. De maneira recorrente, a frase "orai pela paz de Jerusalém" não é compreendida como tendo por objetivo a convivência harmônica de judeus e muçulmanos naquela cidade, mas sim como um mandamento para que os cristãos apoiem unilateralmente as pretensões de soberania judaica sobre toda Jerusalém, compreendida como sua “eterna e indivisível capital”. A segunda parte do salmo “prosperarão aqueles que te amam”, novamente, promete generosas contrapartidas para aqueles que assim prosseguirem.

Daí que, em um movimento paralelo a grupos evangélicos norte-americanos, os parlamentares pentecostais pressionaram o governo brasileiro a transferir sua embaixada para Jerusalém. Explica-se, de maneira a não tomar partido no conflito, os demais países historicamente alocaram suas respectivas embaixadas em Tel Aviv. Transferir a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém significa, nos simbolismos da política internacional, reconhecer que a cidade é de fato a capital israelense, e, portanto, não palestina.

Estamos pedindo a Deus o momento em que a Embaixada do Brasil saia de Tel Aviv e vá para Jerusalém, porque Jerusalém é a Capital de Israel, Jerusalém é a capital da promessa, Jerusalém é, sim, a cidade não escolhida por homens, mas escolhida por Deus. Dep. Dr. JAZIEL PR - CE (DETAQ, 2019).

Fiz um apelo ao governo para que a Nação de Israel seja de fato reconhecida na sua plenitude e para que a capital de Israel seja Jerusalém. Foi, é, e será para sempre. Faço um apelo deste microfone ao nosso governo, para que reconheça Jerusalém como a capital de Israel e para que mude a nossa embaixada para a cidade santa, urgentemente. Dep. Marco Feliciano PODE-SP (DETAQ, 2019).

Presidente Jair Bolsonaro, vossa excelência pode dar um presente ao povo de Israel e ao povo evangélico deste país que sempre lhe foi fiel eleitoralmente. E este presente é, o quanto antes possível, transferir a embaixada do Brasil que hoje está em Tel Aviv para a capital de Israel que sempre foi e sempre será Jerusalém. Nós reiteramos este pedido aqui e temos certeza que, se o presidente decidir por esta tomada de decisão importante, dará ao povo evangélico um presente extraordinário. E segundo trará para a nossa pátria como já disse pessoalmente ao presidente da república, as bênçãos prometidas da palavra de Deus, as bênçãos de Abraão Isaac e Jacó seguirão a nação brasileira. Dep. Sóstenes Cavalcante PL - RJ (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

É claro, entretanto, como uma argumentação enquadrada na lógica religiosa e na Bíblia tomada como base para compreensão da realidade pode entrar em clara contradição com a lógica racional/secular presente na esfera pública. Defender Israel com base em versículos bíblicos pode ser completamente legítimo a partir da visão de mundo religiosa que crê na Bíblia como o real por excelência, um “refúgio de inesgotáveis tesouros de sentido” (FOUCAULT, 1971, p.8), entretanto tal estratégia não convence àqueles que não pertencem ao grupo. Dessa forma, Dantas (2011, p.186) analisa como os deputados religiosos têm de aprender novas estratégias de persuasão ao lidar com um público não-religioso, o que acaba por estabelecer uma diferença, ao menos parcial, entre aquilo que é pregado no púlpito das igrejas e os discursos na tribuna do Congresso. Uma vez eleito, o pentecostal tem o desafio de importar para o campo político uma lógica que lhe é exterior, adaptando-a às demandas específicas da atuação política. O lobby sionista não foge dessa mesma dinâmica. Os parlamentares parecem compreender que a defesa efetiva de Israel não pode se pautar unicamente em mandamentos bíblicos.

Essa cooperação demonstra o nosso reconhecimento de Israel como uma grande referência internacional no desenvolvimento econômico e tecnológico, além de contribuir positivamente para o crescimento e o progresso do nosso país. Apenas como exemplo cito que as empresas israelenses estão na vanguarda da quarta revolução industrial e geram para o seu país um PIB superior a 480 bilhões de dólares. Dep. Marcos Pereira REPUBLICANOS-SP (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023b).

Os governos dos dois Estados contam com uma série de acordos

firmados, entre eles a cooperação no campo educacional, no campo da saúde, no campo de medicamentos e no campo da agropecuária. Detenho-me especialmente neste último: as tecnologias israelenses, que permitem desenvolvimento e conforto para seus cidadãos, mesmo com a escassez de água, devem servir de exemplo para o nosso país. Falo, por exemplo, das técnicas de irrigação, de dessalinização da água e da criação de sementes resistentes à seca, exemplos a serem seguidos pelo Brasil, em benefício do nosso povo e do nosso meio ambiente. Tenho certeza que a aproximação cada vez maior entre os dois países fortalecerá as bases para uma colaboração recíproca ainda mais intensa, e as adversidades que foram superadas lá poderão ser superadas aqui. Dep. Sóstenes Cavalcante DEM-RJ (DETAQ, 2018).

Se não soubéssemos de antemão que os dois discursos acima foram proferidos por políticos pentecostais, a sua identidade poderia passar completamente despercebida. Falta aí a menção aos versículos bíblicos, à lógica encantada tão prontamente reconhecível. São duas as premissas principais aí presentes. A primeira é de que Israel é um país bastante desenvolvido “na vanguarda da quarta revolução industrial”, detentor de tecnologias importantes. A segunda é de que, a partir da cooperação bilateral, o Brasil poderia beneficiar-se destas tecnologias que aqui chegariam por uma espécie de “irradiação”. Pode-se discordar ou não destas premissas, mas o fato é de que não há nada especificamente pentecostal nelas. Um indivíduo laico poderia proferir esses mesmos discursos sem nenhuma dificuldade.

É que o ofício político está, por sua própria natureza, exposto a todo um conjunto de pressões inexistentes ao serviço religioso enquanto tal. Cada declaração fora do tom, exagerada, ainda mais em tema tão sensível, pode ser utilizada pelos seus opositores como uma arma no jogo político. Daí impõe-se a necessidade constante de vigilância por parte do parlamentar com aquilo que fala, as entrevistas que concede, etc (LEITE, 2021). Por seu turno, o pastor tem liberdade para se utilizar das mais variadas hipérboles para defender o seu ponto, desde que consiga justificar sua argumentação com base na Bíblia. Nesse sentido, os discursos sionistas de políticos pentecostais encontrados no curso da pesquisa são mais cuidadosos e tentam distanciar-se do habitual estilo irreverente, beirando a grosseria, de alguém como Silas Malafaia

Querer falar de Jerusalém a partir de 1948 por uma resolução da ONU é um atentado à inteligência da história. Primeiro, quem fundou Jerusalém? O poderoso rei de Israel, o rei Davi. Agora preste atenção a isso: em mais de 3000 anos de história Jerusalém, nunca foi capital de Estado árabe. Sempre foi a capital do estado da nação de Israel.(...) Palestinos não tem cultura palestina ou civilização palestina, são

árabes que habitam ali. (MALAFAIA, 2017).

Nesse sentido, uma análise apressada poderia encontrar na ausência de versículos bíblicos no curso desta argumentação o germe de uma certa laicização do comportamento político pentecostal. É bem verdade, a Bíblia não é sempre utilizada, mas isto não porque o conteúdo do livro sagrado seja implausível, mas sim porque “se trata de um idioma incompreensível aos que não compartilham de sua fé, de sua tradição” (MAURICIO JUNIOR, 2019, p. 122). Busca-se então colocar o argumento em uma roupagem irreligiosa porque os seus ouvintes são portadores de uma racionalidade laica e, por isso mesmo, não conseguem enxergar as verdades religiosas. Não é tanto a diminuição do discurso religioso em nome da razão, mas sim sua tradução para uma audiência não habituada a essa lógica. Eliade (1992) aponta como a lógica religiosa não se entende como menor ou ignorante e sim como mais sábia e profunda. Acredita-se chegar por meio da fé a uma compreensão da realidade mais próxima do real por excelência, conseguindo observar aquilo para o qual o indivíduo não-religioso é cego, acessando aquilo que é inacessível para os demais. Interessante então como, em sua perspectiva, a lógica racional é que seria ignorante no final das contas.

Quando chegam à tribuna do Congresso, os políticos pentecostais analisados buscam traduzir as verdades religiosas de uma maneira compreensível, apontando na realidade sensível aquilo já afirmado pela Bíblia. Se as duas passagens bíblicas analisadas anteriormente afirmam que o apoio a Israel trará bênçãos e prosperidade, os parlamentares apontam todos os benefícios que poderiam surgir dessa relação bilateral. Os problemas de escassez hídrica no Nordeste, a necessidade de inovações tecnológicas e de investimento externo no mundo moderno são mencionados repetidamente neste sentido. O intuito destes discursos é transfigurar as promessas de prosperidade do salmo 122 para o Brasil como um todo. Sua conclusão é de que nosso país só teria a ganhar privilegiando Israel, mas o pano de fundo de tal comportamento é, acima de tudo, religioso.

Estamos felizes, e nossa felicidade se transforma em alegria ao podermos dizer que gostaríamos muito que Brasil e Israel fossem cada dia mais próximos. (...) É dentro desta relação, dentro desse intercâmbio, que temos a certeza de que o Brasil também será abençoado. (...) Sr. Embaixador, tenho certeza de que esta relação com Israel só vai enriquecer o povo brasileiro, só vai enriquecer nossas relações, só vai melhorar nossa condição no dia a dia. Que Deus nos abençoe! Dep. Gilberto Nascimento PSC - SP (DETAQ, 2019).

Com isso, os parlamentares pentecostais buscam transformar o mandamento religioso de apoiar Israel em necessidade imediata para o desenvolvimento do país, este último um objetivo compartilhado até mesmo pelos seus mais frontais adversários. A lógica racional indica os benefícios que podem ser alcançados, apenas para amparar aquela conclusão já contida na passagem bíblica. Ou seja, a realidade sensível é elencada no sentido de comprovar a verdade da mensagem religiosa. Tenta-se dessa forma reagrupar conhecimento e fé não como instâncias excludentes, a verdadeira razão comprovaria a verdade da fé.

Desígnios como “abençoar o Brasil”, “trazer prosperidade para a nação” já explicitam como a atuação política pentecostal em torno de Israel é bastante utilitarista. Nesse mesmo sentido, Lewis (2021) destaca como o sionismo cristão não se trata tanto dos judeus em si. O desenvolvimento nacional brasileiro é essencial em tal discurso, a relação com Israel aí se insere como um meio para se atingir esse fim. É claro, contudo, como uma argumentação que crê em benefícios quase automáticos para o Brasil a partir do apoio ao Estado de Israel poderia ser encarada com bastante ceticismo. Mas não há sentido em denunciar os discursos presentes nesta seção pelo seu cinismo, como se os parlamentares só estivessem inventando motivos, bastante contestáveis, para que o Estado Brasileiro se aproxime de Israel. Na verdade, o interesse religioso é aqui indissolúvel do interesse material, já que o próprio Deus promete bênçãos materiais pelo apoio a Israel. Antes os parlamentares buscam na realidade exatamente aquilo que comprova aquilo que eles já creem. Ignorando aquilo que não está de acordo, como veremos adiante. A partir de tal lógica, o relativo distanciamento e a equidade no envolvimento com as questões políticas do Oriente Médio perdem todo seu sentido.

Por sua vez, o claro utilitarismo religioso com sua ênfase na prosperidade expresso nos discursos não é um mero acidente. Os cultos pentecostais afirmam repetitivamente as bênçãos divinas obtidas a partir da conversão: enriquecimento repentino, casamentos restaurados, curas milagrosas, superação de depressão, alcoolismo, vício em drogas, envolvimento em crimes, a “abertura” das portas do emprego, etc. O pentecostalismo é, em sua maioria, uma religião voltada para aqui e agora, suas promessas prometem a prosperidade do crente neste mundo (MARIANO, 2014). O sionismo deste grupo se insere também nesta lógica, mas ampliando-a para o cenário nacional. A visão contida nos discursos analisados afirma que o apoio a Israel atenderá os interesses do país, bênçãos divinas de prosperidade se destinam

às nações que apoiarem Israel enquanto as maldições recaem àqueles contrários ao país. O Brasil passará por uma ruptura completa com seu passado a partir da aproximação com Israel.

Observa-se como, agindo de tal forma, o grupo dialoga com uma das mais frontais críticas a ele desferidas: a ideia de que a participação política pentecostal representa a inserção de uma lógica particular na esfera pública, lugar onde só deveria haver o interesse de toda a sociedade (BURITY, 2008). Assim se poderia prontamente questionar como o sionismo pentecostal só faz sentido para aqueles que aderem a essa forma de crença, e não deveria, por isso mesmo, tentar influenciar o Estado, autoridade de todos os brasileiros, sejam eles pentecostais ou não.

A repetitiva ênfase nos benefícios obtidos através da relação com Israel busca oferecer uma resposta para tal dilema. É que o desenvolvimento nacional é uma meta compartilhada por todos os grupos políticos presentes no congresso, a discordância reside sobretudo na forma de alcançá-lo. Esquerda e direita podem divergir sobre a importância do Estado em tal processo, mas ambos buscam promover o desenvolvimento. O sionismo pentecostal tenta oferecer uma solução religiosa para o interminável dilema. Se os benefícios são de fato tão evidentes quanto os discursos afirmam, mesmo aqueles não dotados de fé têm de concordar que o Brasil deveria se aproximar de Israel. Tal aproximação representaria o verdadeiro interesse nacional nesta perspectiva. Ou seja, o lobby pró-israel não representaria o interesse mesquinho do grupo que só se importa com os próprios interesses, mas sim o interesse coletivo pelo bem da nação. Todos se beneficiariam desta aproximação, pentecostais ou não, as bênçãos de prosperidade são a chave para o desenvolvimento nacional buscado por todos. Aquilo que soa para observadores externos como uma intervenção indevida na esfera política em nome de interesses particulares, se torna, para os nativos analisados, o verdadeiro universal buscado pelas diversas ideologias políticas modernas.

Atuando dessa forma, os parlamentares pentecostais abordam o contínuo desafio da legitimidade da autoridade dentro do contexto da democracia representativa. Isto é, quem, entre os numerosos candidatos das diversas ideologias políticas, realmente representa os interesses coletivos? Nesse contexto, os discursos sionistas de parlamentares pentecostais são vistos como tentativas de construção de imagens de si mesmos, formulados a partir da noção de uma correspondência direta entre os valores religiosos que professam e os anseios populares pelo

desenvolvimento do país. Essa conduta é habitual ao campo político em si, onde as diversas ideologias políticas disputam a obtenção do monopólio da representação política legítima a partir do emprego de estratégias variadas. O político fala sempre em nome do coletivo, na afirmação mesma dos seus desejos. O que diferencia os parlamentares pentecostais, principalmente, é a maneira como oferecem suas respostas a essa questão. Em essência, eles acreditam que os cristãos são agentes de mudança, promovendo a transformação social tão necessária para uma nação subdesenvolvida, conforme prometido por Deus.

De modo geral, os parlamentares das mais diversas ideologias políticas têm de lidar com a contingência do mundo e, dada sua racionalidade limitada, com a impossibilidade de calcular seguramente os meios e fins relacionados a sua atividade (LEITE, 2021). Diante de tal circunstância, a Bíblia e os valores religiosos – seja de modo implícito ou explícito – surgem como resposta à complexidade do mundo e à limitada racionalidade humana por parte dos parlamentares pentecostais analisados.

A partir do referencial weberiano se poderia analisar a racionalidade que embasa o lobby sionista dos parlamentares pentecostais. À primeira vista percebe-se como tal atuação se aproxima da ideia de uma ação racional referente a valores. A apaixonada defesa de Israel encontra seu princípio na hermenêutica de alguns versículos bíblicos, nesse sentido “é uma ação segundo "mandamentos" ou de acordo com "exigências" que o agente crê dirigidos a ele.” (WEBER, 2015, p.15). Entretanto, não há no curso do lobby sionista qualquer desprendimento em relação aos resultados, tal como contido na clássica definição weberiana da ação racional referente a valores. Os parlamentares sionistas buscam convencer os demais políticos no Congresso, bem como o público geral. Como analisa o próprio Weber (2015), os tipos-puros são raramente encontrados na prática, servindo sobretudo como instrumento conceitual para compreensão do comportamento desses indivíduos. Sem dúvida esses parlamentares religiosos estão conscientes do jogo político e o jogam a sério, calculam suas estratégias, seus discursos são pacientemente redigidos por assessores bem versados em matérias de religião e de política. Eles procuram influenciar efetivamente o Estado brasileiro dado o mandamento religioso de apoiar Israel e não apenas seguir irrefletidamente o mandamento tal como ele se apresenta.

Nesse sentido, os parlamentares procuram confirmar, a partir da realidade sensível, aquilo em que eles já creem. Frequentemente justifica-se tal tomada de posição a partir da ideia de que o país do Oriente Médio é bastante desenvolvido e de

que o Brasil poderia se beneficiar das tecnologias israelenses. Antes foi dito como tal argumentação é a tradução dos versículos bíblicos para um público não cristão. Tal atitude implica em um outro desafio, tão complicado quanto o primeiro, o de justificar adequadamente, com base na lógica instrumental moderna, tal tomada de posição. Para convencer um público não-religioso, o discurso parlamentar não pode apenas manifestar que o Brasil deveria apoiar Israel, mas demonstrar claramente quais razões levam a defesa de tal posição e, sobretudo no presente caso, qual o seu impacto esperado (STEENBERGEN et al, 2003).

Tal dinâmica constitui um obstáculo de difícil superação para o lobby sionista pentecostal. Por um lado os parlamentares apontam que o Brasil irá se beneficiar/ser abençoado a partir da relação bilateral com Israel, mas há uma grande dificuldade em aferir os impactos sociais de tal tomada de posição. Quanto investimento poderia ser realizado em solo brasileiro, quais tecnologias poderiam ser compartilhadas, etc. De modo geral os discursos pentecostais são um tanto vagos, não apresentam justificativas para a afirmação bíblica de que o Brasil “será abençoado”, mas é claro, um auditório pentecostal prescinde de tais justificativas, a Bíblia é compreendida enquanto inerrante palavra de Deus e, portanto, se autojustifica. Um segundo caso se dá quando os discursos parlamentares apontam o incontestável desenvolvimento israelense, o alto PIB do país, elencam suas tecnologias, sem explicar como elas chegariam ao Brasil. O discurso seguinte é uma exceção nesse sentido, nele a parlamentar empenha-se em fornecer um exemplo prático dos benefícios que advém de Israel

Por último, Sr. Embaixador, o que mais me chamou a atenção nessa visita foi a questão da dessalinização da água do mar. É possível, em 30 minutos, tirar a água salgada do fundo do mar, Sr. Luiz Carlos, e transformá-la em água potável. Nós que moramos no Estado do Rio de Janeiro, Deputado Hélio Bolsonaro, sabemos que boa parte das nossas cidades não têm água potável. Nós que somos da Baixada Fluminense sabemos da luta que é termos água de qualidade para abastecer e servir ao nosso povo — e sua falta causa doenças em nossa população e é um grande problema de saúde pública. Nós queríamos levar esse programa de abastecimento de água potável para o Estado do Rio de Janeiro e, quem sabe, para o Brasil inteiro. Então, eu não poderia deixar de vir aqui dar a minha contribuição, o meu testemunho, não só pela parte espiritual que nos une — nós todos que estamos aqui amamos, com certeza, Israel —, mas também pelo que esse país, essa grande nação, pode e deverá trazer de desenvolvimento para a

nossa Nação brasileira. Rosângela Gomes PRB - RJ (DETAQ, 2019).

Além disso, por estarem ansiosos em justificar para os demais ouvintes aquilo em que eles já creem, os parlamentares acabam não levando em consideração as consequências negativas de uma aproximação com Israel. Nomeadamente, toda a indisposição com os países árabes, aliados históricos do lado palestino no conflito (ALEXANDER, 1962). O episódio da transferência da embaixada de Tel-Aviv para Jerusalém citado anteriormente serve de exemplo. Após o governo do então presidente Jair Bolsonaro anunciar sua intenção de transferir a embaixada, países árabes ameaçaram diminuir a importação de carne bovina e de frango do Brasil. Prontamente o setor do agronegócio brasileiro pressionou para que o governo voltasse atrás na sua decisão, na ocasião o lobby do agronegócio superou a articulação sionista da bancada evangélica no Congresso e adiou indefinidamente a mudança da embaixada. Observa-se nesse sentido como os discursos dos parlamentares pentecostais negligenciam as consequências negativas da aproximação com Israel. A pesquisa não encontrou nenhum discurso político que declare como os efeitos positivos suplantam a diminuição de importações árabes, ao modo da afirmação um tanto vaga de Malafaia, “nós vamos ganhar muito mais do que vendendo carne pra (sic) país árabe. Não to (sic) aqui menosprezando isso, mas não vai ser nada. Nós temos muito mais a ganhar com Israel do que menosprezando” (MALAFAIA, 2019).

4.4 As bases do sionismo pentecostal no Congresso

O capítulo anterior analisou como a literatura sobre o sionismo cristão encontra-se dividida acerca do dilema de explicar os fundamentos deste apoio por parte do grupo. Alguns autores centralizam as explicações dispensacionalistas, enquanto outros dão proeminência a explicações de um sionismo com base na prosperidade e nas bênçãos. Sem dúvida a primeira das alternativas é mais corrente, o dispensacionalismo destaca o papel dos judeus no cumprimento de profecias contidas na Bíblia. Dois eventos seriam fundamentais para a segunda vinda de Cristo à terra: a restauração de Israel e o controle judaico sobre Jerusalém. Topel (2011) chega mesmo a afirmar:

Quase todas as igrejas neopentecostais (...) defendem a visão

escatológica brevemente explicada, que apoia a existência de um Estado judeu nas Terras de Israel por acreditar que o mesmo tem papel central no plano Divino, constituindo um pré-requisito para a volta de Jesus e o início de seu reinado messiânico (TOPEL, 2011, p 40).

Dáí se poderia compreender o surgimento de um lobby político pró-Israel no interior do grupo, caberia ao cristão que adere a tal mensagem não aguardar pacientemente a chegada do evento, mas sim buscar acelerar o relógio que aponta para o apocalipse. O político pentecostal pró-Israel se torna, nesta perspectiva, um instrumento para a conclusão de tal processo. A crença no apocalipse e na segunda vinda de Cristo explicariam o apoio da frente parlamentar evangélica à Israel.

A análise da atuação dos parlamentares é interessante neste ponto, pois não há nenhum discurso político proferido no Congresso que mencione temas escatológicos. Silêncio total em relação à segunda vinda de Cristo, ao apocalipse e ao armagedom. Sobretudo quando se pensa que a tribuna é o espaço privilegiado para o qual todos os holofotes estão voltados, é ali que o político dialoga com sua base e se faz escutar.

Duas hipóteses podem ser levantadas para explicar tal silêncio. A primeira delas, com base naquilo que Hummels (2019) chama de “Spirit-centered Zionism” e Lewis (2021) de “Renewalist Zionism”, afirma que o dispensacionalismo não é condição indispensável para o surgimento do sionismo pentecostal. Diferentes motivações podem embasar o apoio cristão a Israel. Estes autores observam o surgimento de um sionismo de cunho propriamente pentecostal, com foco nas bênçãos de prosperidade que surgem como contrapartida ao apoio aos judeus e ao Estado de Israel. Neste cenário, a ausência de menções escatológicas nos discursos comprovam a preponderância de um sionismo focado nas bênçãos materiais por parte dos parlamentares pentecostais a partir da diminuição da ênfase no pós-vida e no apocalipse nesta religião. Os discursos dos políticos pentecostais seriam transparentes em tal perspectiva, exteriorizam as motivações do grupo sem ocultações ou meias-palavras.

Contrariamente, a segunda hipótese é de que os parlamentares são de fato influenciados pela visão dispensacionalista, entretanto eles estão conscientes de que a menção a profecias apocalípticas pode chocar audiências não religiosas e, portanto, omitem essa motivação no conteúdo dos discursos. A simples necessidade pragmática faria com que outras motivações sejam incluídas em seu lugar. O caso do

deputado Sóstenes Cavalcante é interessante neste ponto. Seus frequentes discursos sionistas na Câmara dos Deputados nunca fizeram menção à segunda vinda de Cristo. Entretanto, quando questionado por um jornalista sobre as motivações do apoio cristão a Israel, ele apresenta a seguinte resposta

Israel é um termômetro dos sinais do cumprimento do que está escrito no Livro do Apocalipse (...) A nossa fé acredita nisso. A transferência da embaixada diz respeito a isso. Para nós, todo cenário será preparado para o Armagedom, como descrito no Apocalipse, e o palco do Armagedom será na cidade de Jerusalém (DUCHIADE, 2019).

Esse episódio suporta a ideia de que os discursos aqui analisados são turvos, contém, não a verdade interior do político que o profere, mas a necessidade da situação. Ou seja, existiriam interesses religiosos que, por não respeitarem aquilo que é socialmente aceitável para a esfera pública, não podem ser externalizados na tribuna do Congresso. Nesse sentido, as pesquisas de Spector (2009) e de Durbin (2013) apontam como importantes lideranças do sionismo cristão norte-americano estão cientes da tensão oriunda de declarações públicas que relacionem Israel ao fim dos tempos e, portanto, evitam mencionar o tópico com audiências não-cristãs. O silêncio dos parlamentares pentecostais no que se refere ao apocalipse parece seguir a mesma linha de raciocínio. Como já dito anteriormente, os discursos analisados ao longo deste trabalho foram cuidadosamente redigidos por assessores de modo a evitar constrangimentos, a linguagem é calculada para evitar tropeços usuais do discurso improvisado, tal como no contexto de uma entrevista. De fato, tal prática não é particular aos parlamentares pentecostais aqui analisados, como afirma Charaudeau (2006),

(...) o mundo político acostumou-se a se servir dos modernos meios de difusão da palavra política (imprensa escrita, rádio, televisão), cuja principal característica é dirigir-se a uma opinião que é, ao mesmo tempo, informe e múltipla e que deve ser mantida a seu favor. Segue-se uma grande prudência na escolha das palavras, uma estratégia de emprego de fórmulas inanes, suscetíveis de agradar a maioria, ou uma estratégia de banalização do vocabulário, certamente, do emprego do vocabulário da parte adversa (CHARAUDEAU, 2006, p. 35).

Estamos, ao longo dessa discussão, tratando dos interesses que embasam o sionismo dos pentecostais. Dispensacionalismo e discurso turvo de um lado, foco nas bênçãos e discurso transparente do outro. Se poderia ainda perguntar se as duas hipóteses são de fato excludentes, se ambas as lógicas não poderiam estar

simultaneamente presentes apoiando-se uma à outra, se o mesmo indivíduo não poderia estar de acordo com as bênçãos que advêm dos judeus e do seu papel no apocalipse. O próprio Sóstenes Cavalcante citado anteriormente tem inúmeros discursos que mencionam as bênçãos advindas do relacionamento com Israel, em conformidade com a ideia de um sionismo de cunho mais pentecostal “as bênçãos prometidas da palavra de Deus, as bênçãos de Abraão Isaac e Jacó seguirão a nação brasileira” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022). Se por um lado compreende-se que os parlamentares tratam com bastante relutância o tema do apocalipse e da segunda vinda de Cristo, por outro, isso não significa que as representações contidas nos discursos sejam completamente moldadas pelas expectativas da audiência. Inúmeras motivações podem ser simultaneamente válidas para um grupo específico. A ideia de que o Brasil obterá bênçãos ao apoiar Israel pode ser respaldada biblicamente, e muitos pastores pentecostais estão de acordo com ela, Malafaia por exemplo afirma

A gente aprende desde novo a amar Israel, por um princípio bíblico. Porque há uma bênção sobre Abraão, que Deus deu sobre Abraão, dizendo: eu vou abençoar os que te abençoarem e vou amaldiçoar os que te amaldiçoarem. Essa bênção transcende Abraão, ela ultrapassa os limites de Abraão. Então nós aprendemos e ensinamos na nossa igreja a termos um amor por Israel como nação e pelo povo que tá vinculado a essa nação que é o povo judeu. Pr. Silas Malafaia (MALAFAIA, 2015).

Mas, sem dúvida, é impossível relevar a influência do contexto na ênfase bíblica em relação às bênçãos contida nos discursos, afinal de contas tal representação choca muito menos uma audiência não religiosa, o que convém para declarações públicas proferidas por um parlamentar. Com isso ele busca constituir-se como portador da mensagem que trará redenção e não catástrofe, numa tentativa de aumentar sua reputação política, sua notoriedade diante da plateia e dos seus pares.

Por outro lado, os interesses atrelados ao lobby sionista no congresso não são puramente religiosos. A declaração pentecostal de que o Brasil pode se beneficiar das tecnologias israelenses, embora moldada por uma hermenêutica bíblica, não é falsa propriamente. Um documento do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do governo brasileiro atesta como “existe potencial para ampliação de parcerias empresariais nos setores de alta tecnologia, semicondutores, instrumentos óticos e de precisão, recursos hídricos, telecomunicações, nanotecnologia, assim como biotecnologia” (BRASIL, 2016, p.9) Os parlamentares pentecostais parecem estar cientes deste fato e buscam fazer com que Israel compartilhe essas tecnologias

como contrapartida por seu tão apaixonado apoio. O então senador Alan Rick aponta os benefícios já obtidos através da relação

Que povo do mundo (...) se tornaria uma das maiores referências em desenvolvimento humano, tecnologia, economia e que tanto tem abençoado as outras nações da Terra? Essa nação é Israel. Gênesis, capítulo 12, versículo 3 traz a palavra, a bênção, a declaração do Criador: "Abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem e por teu intermédio serão benditos todos os povos da Terra ou todas as famílias da Terra". (...) em 2016, estive em Israel, Embaixador Daniel, e lá nós conhecemos um grande projeto de tecnologia na área de segurança pública: a tecnologia da informação, a tecnologia de investigação, a tecnologia do reconhecimento facial que hoje dá embasamento a um dos projetos mais importantes da nossa segurança pública no Acre, o cerco eletrônico. Olha a importância do intercâmbio entre os países, da relação recíproca de conhecimento, de respeito entre Brasil e Israel tão bem conduzida nos últimos anos. Sen. Alan Rick UNIÃO - AC (DETAQ, 2023b).

No curso de sua declaração, o parlamentar expõe uma dupla identidade. Por um lado, como cristão participante da bancada evangélica com interesses religiosos na defesa de Israel, e, por outro, como um parlamentar comum interessado em desenvolver sua região, dialogando assim com grupos de quem ele dependerá na próxima eleição. Observa-se aí o interesse, bem mundano, em desenvolver a segurança pública no Estado do Acre, intimamente relacionado com mandamentos religiosos. Agindo de tal forma, ele pode obter apoio tanto de grupos religiosos, quanto de operadores de segurança pública do estado. Ambas as lógicas estão simultaneamente presentes no lobby pró-Israel do parlamentar sem que seja possível isolá-las completamente, ou seja, interesses seculares e religiosos aí se misturam.

4.5 O papel do Brasil na criação de Israel

Um outro exercício comum nos discursos dos parlamentares aqui analisados é a menção a Oswaldo Aranha, um político e diplomata brasileiro célebre por presidir a sessão da assembleia geral da ONU que aprovou a criação do Estado de Israel em 1947

A história também nos une, desde a Assembleia Geral das Nações Unidas que aprovou em 1947 a resolução que propiciou a criação do estado israelense. Naquela ocasião foi o brasileiro Oswaldo Aranha que presidiu a assembleia, numa atuação ainda hoje lembrada por ambos os países. Mais de 7 Décadas atrás o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer o estado de Israel, um estado que é símbolo da resistência do povo judeu Dep. Roberto de Lucena PODEMOS - SP (DETAQ, 2019).

Democrata e político habilidoso, Oswaldo Aranha, conhecedor de que ainda não havia os votos necessários para aprovar a admissão de Israel como Estado-membro, combinou com os países favoráveis que alongassem os discursos no plenário – esse jeitinho é brasileiro, é próprio nosso -, para que a decisão não fosse votada no dia agendado. Adiada a votação, precisou de mais alguns dias para convencer mais países a votarem a favor de Israel. Dep. Jony Marcos PRB-SE (DETAQ, 2018).

Cabe destacar o papel do brasileiro Oswaldo Aranha, eleito para participar da Assembleia Geral da ONU de 1948, que tratou da partilha territorial que oficializaria a criação de Israel. Aranha foi um grande político e diplomata, por isso foi escolhido. Ele presidiu a sessão de 29 de novembro de 1948, que criou o novo Estado, e sua contribuição não pode deixar de ser ressaltada em um dia tão importante. É inegável o vínculo do Brasil com Israel desde sua formação. Oswaldo Aranha, respeitando a história do povo judeu, advogou em favor da criação do Estado. Assim, Brasil e Israel iniciavam suas relações em favor da preservação e do respeito ao judaísmo e, conseqüentemente, ao cristianismo. Dep. Alan Rick REPUBLICANOS - AC (DETAQ, 2017).

Tal como já foi dito em outra oportunidade, não há nada de especificamente pentecostal nessa argumentação. A lógica laica pode utilizar-se dessa mesma figura histórica, como o discurso do Presidente Lula da Silva no parlamento israelense já demonstra “como esquecer que a sessão da assembleia geral das nações unidas que aprovou a criação do Estado em 1948 foi presidida por um brasileiro, Oswaldo Aranha”. (Presidência da República, 2010). Entretanto, a atuação pentecostal expande seus sentidos, o deputado George Hilton (PP-MG), por exemplo, destaca o agir divino por detrás do episódio, “Oswaldo Aranha não sabia que, naquele momento, ele não agia apenas na condição de diplomata e de Deputado, mas como um instrumento divino” (DETAQ, 2009).

Já outros parlamentares exageram a importância do diplomata. Para o deputado Dr. Jazil PR-CE, “nós brasileiros temos, sim, essa relação tão importante com Israel, porque foi um brasileiro participante daquela sessão tão importante, Oswaldo Aranha, deu o voto decisivo para que Israel se tornasse a nação que é hoje” (DETAQ, 2019). Historicamente a afirmação está incorreta, Aranha não deu o voto de minerva que desempatou a votação, sua importância se dá sobretudo por adiar a assembleia de modo a obter os votos necessários para a aprovação da resolução.

Outro ponto deve ser acrescentado sobre as relações políticas e econômicas entre os dois países antes de retornarmos à análise. América Latina e Oriente Médio

estão muito distantes, as intrigas geopolíticas daquela região nunca tiveram importância vital e imediata aqui. Além disso, os intercâmbios econômicos entre si nunca foram tão relevantes para nenhum dos dois países. É claro, o intuito da presente análise não é de denunciar a atuação pentecostal, mas compreender sua lógica interna. Afinal as narrativas, reais ou fictícias, permitem compreender as intenções dos seus próprios autores. A pergunta que poderia ser feita então é: de onde vem essa disposição pentecostal, repetitiva e, por vezes exagerada, em destacar a importância de Oswaldo Aranha? Sobretudo quando se percebe que, à exceção dessa figura, os países nunca tiveram relações tão próximas?

É que de modo geral, a leitura pentecostal estende a importância de Oswaldo Aranha para todo o Brasil (GONÇALVES, 2015). Assim, não somente o indivíduo de carne e osso se torna importante na história israelense, como o país o qual essa figura representava naquele momento. Os trechos evidenciam a busca pentecostal em destacar uma ligação, antiga e natural, entre Brasil e Israel a partir da participação fundamental de um brasileiro no momento decisivo. Em tal perspectiva, a partir de Aranha a história de ambos os países estaria unida, sendo inegável o vínculo do Brasil com Israel desde sua fundação, nada mais distante daquela visão que destaca a distância e prescindibilidade mútua.

Pode-se mesmo retornar às passagens bíblicas já citadas. Afirmou-se anteriormente a existência de uma interpretação que destaca como as diversas nações deveriam apoiar o Estado de Israel. A disposição pentecostal se liga intimamente a tal mandamento. É que a partir de tal argumentação o apoio brasileiro a Israel não estaria aquém do desejável, configurando-se como uma meta a ser alcançada diante das contingências do futuro, mas sim uma responsabilidade já cumprida no passado. Percebe-se como o Brasil esteve presente no momento fundamental da votação que criou o Estado de Israel. Não estaríamos no plano hipotético, mas concreto. A nação já deu seu apoio ao Estado de Israel a partir da participação de Aranha.

Sim senhoras e senhores, o Brasil faz parte da história do estado de Israel desde o seu início, em 2023 os israelenses celebram 75 de fundação do seu país, a criação do estado de israel se deu após um complexo processo de negociação internacional que envolveu lideranças mundiais e também a organização das Nações Unidas, mas que contou ainda com a participação crucial do Brasil, personificada na figura do então chanceler brasileiro o diplomata Oswaldo Aranha. Dep. Marcos Pereira REPUBLICANOS-SP (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023).

Mas a passagem bíblica tem uma segunda parte tão importante quanto a primeira, o mandamento de apoiar Israel inclui também promessas de bênçãos em contrapartida, “Abençoarei os que o abençoarem”. Assim, pode-se descrever a lógica pentecostal da seguinte forma: se é verdade que a participação do Brasil foi tão fundamental para o estabelecimento do Estado de Israel, a nossa nação estaria, portanto, apta a receber as promessas de bênçãos contidas na passagem. Tal prosperidade está inscrita não no futuro, mas como uma realidade disponível no presente

Ressalto que neste Livro dos Livros, a Bíblia, estão registradas várias promessas aos que nele creem, e uma das mais conhecidas em Mateus (sic), Capítulo 12, Versículo 3, é uma declaração do grande patriarca Abraão (...) "Abençoarei os que te abençoarem". E o Brasil, em diversas ocasiões, já abençoou a terra de Israel. Esta fala tem um peso político. O chanceler Osvaldo Aranha, brasileiro, quando presidiu a reunião das Nações Unidas, concedeu aos povos judeus o direito de voltar para a terra dos seus antepassados, depois de quase 2 mil anos sem esse reconhecimento. Dep. Takayama PSC-PR (DETAQ, 2018).

Oswaldo Aranha abençoou a nação israelita porque é bíblico. Nós somos abençoados por meio da palavra de Deus, que colocou no Brasil homens com sensibilidade, como Osvaldo Aranha, no ano em que nascemos, (...) Somos abençoados por isso. Temos uma nação que não nega a paz, porque fomos abençoados. Não somos candidatos, somos nação eleita, povo de Deus. Dep. Isaías Silvestre PSB-MG (DETAQ, 2005).

Nosso País deu a Israel aquilo que chamamos de voto de Minerva, através de Osvaldo Aranha, que tanto agraciou o Brasil e trouxe sobre nós ricas bênçãos, que, talvez, em uma linguagem espiritual, poucos poderiam compreender, mas nós, que temos um toque divino dentro da nossa alma, compreendemos isso. Dep. Marco Feliciano PSC-SP (DETAQ, 2016a).

Percebe-se um tema já citado anteriormente, mesmo quando os discursos não contêm por si só nada de especialmente pentecostal no seu conteúdo, pode-se encontrar a passagem bíblica que lhe serve de pano de fundo, possibilitando sua anunciação. Em síntese, os discursos parlamentares podem ser destrinchados de modo a chegar ao núcleo tácito da mensagem só verdadeiramente disponível para aqueles já fluentes na linguagem pentecostal, seus subentendidos, a moral interna do grupo, as figuras e representações comuns e tão facilmente reconhecidos pelos nativos, mas tão enigmáticas para os observadores externos. A bíblia é a matriz a partir da qual os discursos parlamentares são formulados, mesmo que de maneira altamente codificada por vezes. Nesse sentido, a menção a Osvaldo Aranha - que por

si só não tem nada de religiosa - se liga intimamente à ideia de um cálculo religioso de bênçãos para a nação (WESTBROOK, 2014). A partir dele o Brasil já apoiou Israel/abençoou a descendência de Abraão, tal como contido no mandamento bíblico.

4.6 Considerações sobre a audiência pentecostal

Este exercício leva à seguinte pergunta: qual ímpeto se liga à realização de sessões solenes em homenagem à data nacional da criação do estado de Israel ano após ano no Congresso federal? O que os parlamentares têm a ganhar, se a política internacional é de acordo com Bourdieu (2007, p. 400) um tema desinteressante para as massas de modo geral? Sobretudo quando se sabe, conforme Weber (2011), que o político está interessado na manutenção do poder, na sua própria reeleição? É claro, as perguntas são por demais complexas para oferecer uma única solução. Pode-se, no entanto, tentar enumerar os diferentes públicos a quem os parlamentares se dirigem quando pronunciam seus discursos.

Pinto (2013) observa como parlamentares das diversas ideologias políticas utilizam-se das homenagens de modo a aproximar-se de grupos importantes para seu mandato, elas se tornam estratégias para aumentar seu reconhecimento junto ao público. Para o autor, “nesse universo onde construir relações é fundamental as homenagens acabam por operar uma espécie de economia da lembrança, do carinho e do agrado, com cada parlamentar homenageando grupos e pessoas que lhe são caros” (PINTO, 2013, p.125).

Sem dúvida os judeus se constituem como o público alvo mais facilmente reconhecível no curso dessas homenagens. De modo geral, os discursos buscam transmitir o apoio pentecostal aos judeus, o amor dirigido pelo grupo a esta outra religião. Os judeus não estariam sozinhos na defesa do sionismo, já que os pentecostais também vêm a seu auxílio. “Quando soube que era esta uma sessão solene para Israel, pensei: tenho que ali pelo menos olhar os meus irmãos judeus, meus irmãos israelitas, dar a eles um abraço e um beijo no coração”. Dep. Marco Feliciano PSC-SP (DETAQ, 2016a).

Para além dessa relação bastante evidente, Freston (1993) afirma que o político pentecostal depende, ao menos parcialmente, do apoio da direção da igreja e dos votos dos membros para sua eleição. Se o conselho da igreja compreende que o parlamentar não está suficientemente alinhado aos seus interesses, sua reeleição

pode estar comprometida. Nesse sentido, o discurso público feito da tribuna da Câmara demonstra o alinhamento do parlamentar pentecostal com sua base, defendendo as pautas consideradas importantes para o grupo tão importante na sua eleição

Esta sessão solene é a expressão simbólica de nossa gratidão, de nossa consideração e de nosso amor ao Estado de Israel — e uso o “nós” porque falo também em nome de meu partido, o PTB, e em nome da Igreja do Evangelho Quadrangular, de cujo Conselho sou Presidente no Estado do Rio Grande do Sul, que ora incessantemente pela paz desta grande e amada nação chamada Israel. Dep. Pastor Reinaldo PTB-RS (DETAQ, 2005).

Os demais parlamentares compõem um terceiro público-alvo. O lobby pentecostal tenta influenciar os seus pares no congresso a engajar-se em favor da causa israelense. Se a plateia não compartilha da sua fé, os parlamentares pentecostais têm de buscar outras argumentações. Daí que os discursos por vezes contêm uma lógica racional, como a ideia de que o Brasil obterá ganhos materiais ao aproximar-se de Israel.

Por fim, talvez o espectador principal dessa figura híbrida político/religiosa, seja o próprio Deus a quem o indivíduo dirige suas preces. A disposição pentecostal em organizar, ano após ano, sessões solenes em homenagem à criação de Israel configuram-se como uma comunicação entre o político pentecostal e a divindade.

A sessão que realizamos aqui hoje é para honrar esse Estado e o povo de Israel. O Estado de Israel é a nossa pátria espiritual. Existe uma promessa bíblica a respeito disso. Por honrarmos Jerusalém e Israel, tenho certeza de que trazemos, nesta manhã, bênçãos para o nosso país, para que possamos alcançar este objetivo tão esperado, o de nos tornarmos uma pátria tão próspera quanto o Estado de Israel, que é a nossa pátria espiritual. Dep. Jony Marcos PRB-SE (DETAQ, 2016a).

Esses gestos exprimem como o grupo busca abençoar a descendência de Abraão tal como o mandamento orienta, ou seja, o comportamento individual, a atuação parlamentar se molda diretamente pela cosmovisão religiosa do grupo, por sua interpretação da Bíblia. Quando adentram a esfera política, os cristãos eleitos não são apenas políticos comuns, mas missionários além dos muros da igreja, eles agem politicamente como instrumentos de Deus. Seu mandato não é estritamente "seu"; eles agem por procuração, em nome do evangelho e dos valores sagrados, importando-os para o interior da esfera política. Dessa forma o parlamentar se torna ele mesmo um embaixador para a prosperidade da nação, estando em conformidade

com o mandamento divino de apoiar Israel, os políticos pentecostais buscam atrair bênçãos divinas para o Brasil.

Observa-se aí um exemplo prático da lógica da teologia do domínio analisada no primeiro capítulo. Essa teologia contém promessas de uma nova sociedade, mais desenvolvida e justa, a partir da participação pentecostal na política, uma resposta religiosa aos problemas estruturais que afligem a sociedade. Assim, surge a recorrente afirmação pastoral de que os cristãos são "sal da terra, luz do mundo" (Mateus 5:13-16), segundo a perspectiva nativa o grupo outorga-se o direito de influenciar positivamente o ambiente ao seu redor, ainda alheio à verdade. Mas é claro, tal representação revela uma autoestima bastante elevada, sugerindo uma superioridade moral dos cristãos em relação ao restante da sociedade, capacitando-os a corrigi-la.

4.7 As consequências do lobby pentecostal

Seria possível questionar qual o real resultado do lobby sionista da bancada evangélica no Congresso. Afinal de contas, no Brasil, a política externa é um tema que compete ao poder executivo. O episódio da embaixada exemplifica como, mesmo com a pressão dos parlamentares pentecostais, o governo do então presidente Jair Bolsonaro não cumpriu a promessa de transferir a embaixada brasileira de Tel-Aviv para Jerusalém, daí que o Senador Magno Malta (PL - ES.) possa declarar com certa resignação "Deus sabe todas as coisas, conhece o tempo e é dono do tempo (..) Independentemente do momento que nós estejamos vivendo e das adversidades desta hora, um dia, a Embaixada do Brasil vai para Jerusalém" (DETAQ, 2023b). Além disso, destaca-se como o comércio bilateral entre Brasil e Israel não é, e nunca foi, de suma importância para nenhum deles, a corrente de comércio brasileira com Israel representa apenas 0,37% do comércio brasileiro no exterior em 2023 (TAIAR, 2023).

Em 2019 o ex-presidente Jair Bolsonaro assinou alguns acordos de cooperação com Israel em viagem oficial ao país, entretanto eles precisam ser aprovados em votação pelo Congresso para entrar em vigor. Tais acordos visam a encorajar vários aspectos do relacionamento bilateral, aumentando o intercâmbio comercial entre os países e trazendo benefícios mútuos, no caso brasileiro o interesse reside sobretudo na transferência de tecnologia de ponta israelense para o país (BRASIL, 2016). Por sua vez, os cinco acordos já debatidos na Câmara se referem aos temas: 1) segurança

e combate ao crime organizado; 2) serviços aéreos; 3) previdência social; 4) ciência e tecnologia, e, por fim; 5) defesa. Diferente da votação protocolar que envolve a aprovação de acordos internacionais, todos estes acordos foram fonte de acalorados debates no interior do Congresso brasileiro entre deputados pró-israel e pró-palestina.

Os deputados pentecostais participaram ativamente de tais debates, ao defender a aprovação dos acordos bilaterais fazendo referência aos versículos bíblicos expostos anteriormente. A argumentação segue a seguinte lógica: o Brasil prosperará ao se aproximar de Israel, já que os acordos são um meio de aproximação entre os países eles devem ser aprovados. Sobre o acordo de cooperação em defesa deputados pentecostais afirmam

A nossa Sagrada Bíblia, no capítulo 12, verso 3, diz que benditas serão todas as nações que abençoarem a Nação de Israel. É por isso que o Brasil está prosperando, é por isso que o Brasil continua evoluindo, avançando. (...) Hoje nós Parlamentares, nesta Casa, nesta sessão legislativa, estamos também fazendo história, ao votarmos "sim", por esta cooperação, que trará mais desenvolvimento, que sobretudo trará defesa também para as nossas nações. Nós estamos falando de quase 8 milhões de israelenses que estão construindo, produzindo uma tecnologia muito próspera, apta a ser compartilhada com o Estado brasileiro. Vamos poder dizer que cooperamos, juntamente com o Estado de Israel, para a paz e para o desenvolvimento mundial. Dep. Jorielson PL-AP (DETAQ, 2021).

Sr. Presidente, Israel é um pequeno Estado, um pequeno país - pequeno, claro, em termos de extensão territorial -, com um pouco mais de 24 mil quilômetros quadrados, mas, com sua grandeza, vive sob o olhar do mundo, porque é um país que tem história, que tem promessa de Deus, que possui também uma história espiritual. (...) nós somos contra a retirada de pauta e votaremos favoravelmente ao acordo Brasil-Israel. Israel, de qualquer forma, volto a dizer, é o Estado, é o país mais democrático do mundo. Nós precisamos respeitá-lo e entender que há a necessidade da democracia, da convivência. Por isso o Brasil será cada vez mais abençoado nesse acordo Brasil-Israel. Dep. Gilberto Nascimento PSC-SP (DETAQ, 2021).

A deputada Erika Kokay (PT-DF) toma a palavra logo em sequência para criticar a referência a Deus no interior do discurso do deputado pentecostal Gilberto Nascimento citado acima. Sua posição não adentra na questão dos benefícios advindos do acordo, mas é sobretudo relacionada ao valor ético. Na perspectiva da deputada o Estado israelense pratica violência contra o povo palestino e, portanto, o Brasil não deveria firmar acordos com Israel.

Tantas vezes, Israel tentou acabar com o povo palestino, calar o povo palestino. E o povo palestino, no mundo inteiro, inclusive aqui no Brasil, tem feito o grito de protesto contra essa política da morte. E me

vêm, aqui, alguns dizer que isso é coisa de Deus. É coisa de Deus tirar o direito à água de um povo? É coisa de Deus desrespeitar os limites acordados internacionalmente que pregam a própria paz? É coisa de Deus assassinar crianças? É coisa de Deus prender crianças? São centenas de crianças palestinas que estão presas. Portanto, aqui, se vai querer que o Brasil faça um acordo com o genocídio e com a morte, que o Brasil esteja, em um projeto decreto legislativo, fazendo tratados de defesa com Israel contra o povo palestino? Dep. Erika Kokay, PT-DF (DETAQ, 2021)

A mesma dinâmica pode ser observada nos debates sobre o acordo em ciência e tecnologia. Diante da intenção da oposição de adiar a votação da matéria, o deputado Neucimar Fraga (PSD-ES) justifica sua posição ao mesclar seu referencial religioso com a ideia de que Israel é um país bastante desenvolvido.

Presidente, o PSD, da base do Governo, orienta "não" ao adiamento de votação. Entendemos a importância da votação dessa matéria. O Estado de Israel é parceiro do Brasil. Sabemos da importância do povo de Israel para a história da humanidade. A Bíblia diz que prosperarão aqueles que zelam pela paz de Jerusalém e pela paz de Israel. A história tem nos mostrado que os países que têm parceria com Israel, como Estados Unidos e Inglaterra, são prósperos. Eles têm parceria comercial e relações políticas e diplomáticas com aquele país. O Estado de Israel é extremamente importante para o mundo moderno. Hoje, 70% das empresas de tecnologia que estão na NASDAQ são israelenses. A relação política de Brasil com Israel é extremamente importante, tanto na área tecnológica, quanto na agricultura e em outras demandas, principalmente na área da ciência. Dep. Neucimar Fraga PSD-ES (DETAQ, 2022).

O discurso de Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) é interessante como um contraponto, cabe destacar que o mesmo não é pentecostal. Tal como seus pares religiosos, no entanto, o deputado defende a aprovação dos acordos. O linguajar puramente técnico toma o lugar do religioso no curso de sua argumentação. Defende-se o acordo porque ele seria benéfico para o Brasil, e tão somente, a menção direta ou indireta a versículos bíblicos está ausente. É puramente a razão instrumental moderna que está na base de sua defesa. Enquanto o discurso pentecostal é orientado por valores, o discurso de Kataguirí é impessoal e orientado por fins. Pouco importa com quem se está negociando - se um Estado que é a promessa de Deus, como para os pentecostais, ou um Estado genocida para a deputada Erika Kokay -, mas unicamente os benefícios advindos do acordo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento analisamos matéria que é um acordo internacional de cooperação científica com o Estado de Israel, para que nós, em conjunto, desenvolvamos pesquisas científicas, tecnológicas, tenhamos um foro comum de discussão; para que cientistas brasileiros façam intercâmbio em Israel e cientistas

israelenses estejam no Brasil, promovendo pesquisas nas mais diversas áreas — na área da educação, na área da medicina —, inclusive com tratamento tributário especial. Haverá isenção tributária nessa relação, nesse acordo comercial de pesquisa e de desenvolvimento de tecnologias entre os dois países e em benefício dos dois países. É um acordo com Israel que eu diria até muito mais benéfico para o Brasil do que para Israel. Israel tem uma tecnologia muito mais avançada. Dep. Kim Kataguiri UNIÃO-SP (DETAQ, 2022).

Por fim, se é verdade como o lobby dos parlamentares pentecostais está aquém do esperado, não se pode afirmar, contudo que eles não lograram nenhum êxito em sua empreitada sionista no congresso. O maior objetivo alcançado até o momento da redação deste texto relaciona-se à aprovação na Câmara dos Deputados de 5 acordos de cooperação bilateral entre Brasil e Israel assinados por Bolsonaro em 2019 durante viagem a Israel. Seu sionismo está em constante estado de atualização e nada garante que, no curso das próximas legislaturas, os parlamentares pentecostais sionistas não consigam fazer valer sua voz no sentido de aprofundar sua influência no interior do Estado Brasileiro.

4.8 O sionismo cristão como instrumento de disputa política

Por outro lado, cabe mencionar como os pentecostais não são os únicos grupos no Congresso a se articularem em torno do conflito israelo-palestino. Outros grupos políticos, não-religiosos sobretudo, também atuam com posições a favor e contra os respectivos lados do conflito. A depender do verniz ideológico do parlamentar, seu eleitorado e das articulações políticas as quais ele está relacionado. Nesse sentido, os discursos pentecostais não surgem num vácuo social, mas se ligam aos demais discursos em torno do mesmo tópico, chocando-se com as visões opostas e criticando seus opositores (FAIRCLOUGH, 2001). Os parlamentares pentecostais se inserem no jogo político com seus pares não-religiosos, nas lutas simbólicas pelo estabelecimento de sua visão sionista, como a única visão, universalmente aceita sobre o conflito israelo-palestino no interior do campo político brasileiro. Ou, nas palavras de Bourdieu (1996, p.83), pela “imposição de princípios legítimos de visão e de divisão do mundo natural e do mundo social”.

Sem dúvida, o adversário principal delineado no curso da argumentação sionista pentecostal é o Partido dos Trabalhadores (PT), criticado por tomar partido pelo lado palestino. Os acontecimentos políticos no curso do tempo vão servindo de janelas para o uso dessas armas políticas, a célebre votação do impeachment de

Dilma Rousseff em 2016 transmitida em todo o país é o primeiro exemplo. Dois parlamentares mencionaram o tema em seu voto, Roberto Sales PRB-RJ foi favorável ao impeachment “pela unidade do PRB, pela família e para nenhum governo se levantar contra a Nação de Israel, por São Gonçalo, pelo leste fluminense, pelo Rio de Janeiro, voto sim” (DETAQ, 2016b). Já Ronaldo Fonseca (PROS-DF.) afirmou “sem medo de ter esperança e com a convicção de que a Constituição Federal ampara esta sessão; pelo povo brasileiro; pelo Distrito Federal; pela nação evangélica e cristã e pela paz de Jerusalém, eu voto sim” (DETAQ, 2016b). Quando questionado pelos motivos de tal escolha, o último parlamentar justifica-se criticando os governos petistas. “O governo do PT virou as costas para Israel. Eles priorizaram os árabes. A única vez que um presidente da República foi ao Oriente Médio e não pisou em Israel foi o presidente Lula” (BARRUCHO, 2016). Dilma chegou a citar o tema em seu discurso na assembleia geral da ONU de 2014 “não podemos permanecer indiferentes à crise israelo-palestina, sobretudo depois dos dramáticos acontecimentos na Faixa de Gaza. Condenamos o uso desproporcional da força, vitimando fortemente a população civil” (Presidência da República, 2014). Em reação a posição de Dilma, o discurso de Sóstenes Cavalcante na sessão solene em homenagem a Israel de 2015 novamente faz referência as bênçãos de Deus contidas na Bíblia ao assegurar

Aqui nesta sessão nós devemos falar que não serão momentos nem discursos deste Governo na ONU, que vai à ONU para defender o Estado Islâmico(...). Quero, desta tribuna, manifestar o meu repúdio à Presidenta Dilma, por apoiar aqueles que perseguem o Estado de Israel. Quero dizer à Presidenta Dilma: Presidenta, se você quer a bênção de Deus para esta Nação, ame o Estado de Israel e repudie os seus opositores. Dep. Sóstenes Cavalcante DEM-RJ (DETAQ, 2015).

Na sessão solene para Israel do ano seguinte, já com o processo de impeachment de Dilma em curso, Cavalcante faz referência indireta aos mesmos versículos bíblicos, mas agora em relação às contrapartidas negativas contidas em Gênesis 12:1-3 explicadas anteriormente. Se bênçãos divinas de prosperidade se destinam àqueles que apoiarem Israel, maldições recaem àqueles contrários ao país. Dessa forma, o parlamentar conjectura que o impeachment seja uma punição divina, devido a postura de Dilma em relação a Israel

Há um ano aproximadamente, neste mesmo plenário, estávamos reunidos celebrando os 67 anos do Estado de Israel. Naquela feita, no meu pronunciamento, eu fiz questão de ressaltar a aliança que existe entre ambos os países, (...) O que me faz voltar à memória de 1 ano atrás? Naquele momento eu dirigi uma palavra à Presidente Dilma, e

foi uma palavra com respeito. Disse naquele pronunciamento: "Presidente Dilma, com o seu Governo, dê prioridade e apoio a Israel e aos seus países aliados e repudie países e povos que perseguem o Estado de Israel". Um ano se passou, e acho que a minha voz não ecoou do outro lado do Palácio ou havia ouvidos surdos para o que eu falei. (...) Eu não quero espiritualizar um assunto político, mas não dá para ignorá-lo. Parece castigo divino! Dep. Sóstenes Cavalcante DEM-RJ (DETAQ, 2016a).

Em relação a mandatária, o discurso sionista pentecostal criticava sobretudo o episódio em que Dilma vetou a nomeação de Dani Dayan como novo embaixador de Israel no Brasil, já que o mesmo era um colono israelense na Cisjordânia. A ocupação desse território é considerada ilegal pela ONU, aumentando com isso a tensão entre ambos os governos. Em nota oficial lançada à época, a Frente Parlamentar Evangélica manifesta seu “integral apoio à nomeação de Dani Dayan pelo Governo de Israel para embaixador no Brasil e propugna que sua credencial seja efetivada pelo Governo brasileiro o quanto antes” (DETAQ, 2016a). O deputado João Campos PRB-GO é mais direto no seu pronunciamento

O Governo anterior do Brasil, o Governo do PT, o Governo da Dilma, que tinha como principal conselheiro o ex-Presidente Lula, criou; uma crise desnecessária, do ponto de vista diplomático, com o Estado de Israel — e vários Parlamentares já fizeram referência a isso aqui —, na medida em que não entregou as credenciais ao embaixador para aqui designado, Dani Dayan, sem nenhuma razão, apenas por questões ideológicas. Ao rejeitar Dani pelos motivos que foram alegados, estava rejeitando o Brasil. Os motivos alegados não eram pessoais em relação ao Dani Dayan. Era uma posição do Estado de Israel, do Governo de Israel. Dep. João Campos PRB-GO (DETAQ, 2016a).

A mesma dinâmica de embate político pode ser observado com a guerra de 2023. Em discurso na recepção dos brasileiros repatriados de Gaza, Lula tenta equiparar a violência do Estado Israelense com a do Hamas ao mencionar como “Israel também está cometendo vários atos de terrorismo” (G1, 2023). O que vai diametralmente contra a visão sionista de que o conflito deve-se sobretudo à injustificada agressão do Hamas ao Estado de Israel. Novamente por meio de nota emitida através de seus canais oficiais, os parlamentares pentecostais agem em unísono em reação a um discurso petista

O grupo Parlamentar Brasil-Israel e as Frentes Parlamentares Evangélicas do Senado e do Congresso Nacional condenam veementemente os ataques do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Estado de Israel, comparando uma nação soberana e democrática aos terroristas do Hamas. (...) Lula omite que o Hamas perpetrou um ataque covarde ao Estado de Israel, matando, estuprando e

queimando perto de 1.3 mil pessoas. Outras três centenas são mantidas reféns pelo grupo terrorista, em Gaza. O Brasil de forma oficial deveria criticar e exigir o fim do financiamento ao terrorismo mantido pela República Islâmica do Irã aos grupos do Hamas e Hezbollah. É bom lembrar ao presidente Lula que o Irã se tornou recentemente membro dos Brics por influência do Brasil. (R7, 2023).

O conjunto de discursos listados nesta seção delineiam os contornos da atuação pentecostal em torno do conflito israelo-palestino. Seguros, a partir da ótica religiosa, da necessidade de apoiar/abençoar Israel, estes parlamentares criticam aqueles que expressam visões não alinhadas ao seu sionismo. A defesa de Israel no Congresso parece servir a fins múltiplos, não busca somente influenciar a política externa brasileira em relação ao Oriente Médio, mas também proporciona uma arena para a disputa do jogo político, para a crítica aberta a seus adversários, nomeadamente o Partido dos Trabalhadores (PT).

4.9 A influência norte-americana

Um ponto regularmente levantado, vozes críticas ao sionismo cristão indagam a interferência dos Estados Unidos na política brasileira. Assim pode-se questionar: em que medida os Estados Unidos contribuem para a articulação sionista dos deputados no congresso? Para responder a esta pergunta, é necessário antes de tudo separar os evangélicos norte-americanos do governo em si, mesmo que ambos possam ter interesses comuns em governos republicanos como de Trump e Bush. Afinal de contas a influência de grupos evangélicos estrangeiros sobre o campo pentecostal brasileiros não significa, necessariamente, que o governo norte-americano tente influenciar direta ou indiretamente a política externa brasileira.

Como dito anteriormente, o pentecostalismo surge nos Estados Unidos e é posteriormente “exportado” para o Brasil por meio do trabalho missionário. Desde então o intercâmbio com a matriz nunca cessou completamente. O movimento evangélico norte-americano continua até os dias de hoje como um centro irradiador de inovações doutrinárias para o seu correlato brasileiro, aí incluído o sionismo cristão (MARIANO, 2014; MACHADO, MARIZ e CARRANZA, 2021). Assim, compreende-se como, no curso de sua argumentação, os parlamentares pentecostais acabam repetindo os mesmos pressupostos e raciocínios de pastores sionistas norte-americanos analisados pela literatura estrangeira sobre o tema (SPECTOR, 2009; DURBIN, 2013; WESTBROOK, 2014; HUMMEL, 2019; LEWIS, 2021). É impossível

não reconhecer o paralelo no discurso do pastor norte-americano Happy Caldwell recolhido por Durbin (2013, p 185), “every nation that blesses Israel is blessed; every nation that curses Israel is cursed. I believe this is the answer for the future of America”.

Isso se dá através de uma vasta rede de seminários, participação em congressos e conferências com relevantes pastores internacionais, além é claro do contato com a literatura estrangeira. Nesse sentido, os pastores brasileiros são instruídos a partir dos mesmos valores e visões de mundo do campo evangélico norte-americano. Em um segundo momento as figuras que tiveram contato mais próximo com as inovações estrangeiras as compartilham com demais pastores e lideranças político-religiosas locais, influenciando o campo pentecostal brasileiro de maneira geral. Smither (2010), por exemplo, analisa como o evangelicalismo brasileiro é caracterizado por um alto respeito pelas Escrituras, chamado à conversão genuína, fé visível, zelo missionário, sacerdócio do crente além de uma tendência eclesial livre a partir da influência norte-americana. Mas é claro outras características podem ser herdadas, como o caso do sionismo cristão.

Observa-se como os parlamentares brasileiros estão regularmente reproduzindo discursos de pastores norte-americanos, não há tanta originalidade aí, eles não são fonte autônoma do discurso que proferem. O que se relaciona com a ideia de que somente o Adão mítico estaria em condições de proferir algo nunca antes dito, desde então a linguagem é carregada por séculos e séculos de uma construção humana conjunta que estabelece quais discursos podem ser proferidos ou não (AUTHIER-REVUZ, 1990). No fundo, pastores norte-americanos e parlamentares pentecostais brasileiros compartilham a mesma hermenêutica bíblica em relação aos judeus inculcada a partir de décadas de uma educação religiosa, essa socialização religiosa molda todo um conjunto de visões sionistas comuns em ambos os países. Nesse sentido, referenciando Bourdieu, Durbin (2013) aponta a existência de um habitus sionista cristão como um uma disposição historicamente construída para aceitar certas visões acerca do conflito israelo-palestino como verdades divinas.

Se o fundamento do sionismo cristão brasileiro no campo evangélico norte-americano é notório, a relação do fenômeno com o governo dos Estados Unidos é menos clara, isso porque não podemos saber qual seria o estado atual da articulação sionista no Congresso nacional na ausência da administração Trump e a prioridade dada a Israel por aquele governo.

Por um lado, o sionismo cristão no Congresso nacional é anterior a

administração Trump, a primeira sessão solene no Congresso em homenagem a Israel encontrada data de 2005, os pentecostais apresentam um interesse histórico no tema que antecede e muito as administrações republicanas no século XX. Machado, Mariz e Carranza (2022) citam diversas publicações sionistas cristãs brasileiras ao longo do século XX, a mais antiga delas datando de 1920, antecedendo a própria fundação de Israel.

Por outro, é inegável como o tema vem assumindo mais importância para a bancada evangélica no Congresso. A iniciativa do governo Trump pela mudança da embaixada permitiu aos parlamentares pentecostais brasileiros articularem-se em torno de uma pauta concisa e carregada de simbolismos. Nesse sentido, nenhum discurso parlamentar anterior a eleição de Trump menciona a transferência da embaixada como um objetivo buscado pelo grupo, situação que muda a partir daquela data. Além disso, há de se levar em conta toda a publicidade que o episódio atraiu, ultrapassando a articulação sionista realizada anteriormente, sem dúvida a partir do lobby pela transferência da embaixada, o sionismo cristão no Congresso rompeu as fronteiras do próprio grupo ao atrair atenção da mídia e da academia sobre o tema.

Cabe dizer que uma dinâmica análoga ocorreu nos Estados Unidos, lá, também, grupos evangélicos pressionaram o governo Trump pela transferência da embaixada. Daí que pastores discursaram na cerimônia de abertura da nova embaixada norte-americana em Jerusalém, naquela ocasião o pastor John Hagee assegurou: “we thank you, O Lord, for President Donald Trump’s courage in acknowledging to the world a truth that was established 3,000 years ago – that Jerusalem is and always shall be the eternal capital of the Jewish people” (KORADE, 2018).

Em suma, compreende-se como a iniciativa do governo Trump de transferência da embaixada abre uma janela de oportunidade a partir da qual os parlamentares sionistas poderiam pressionar o Estado brasileiro a tomar a mesma medida. Não é necessário procurar por nenhuma reunião que represente uma articulação direta entre membros da administração Trump e parlamentares pentecostais a partir de 2018, uma vez que as visões de mundo sionistas analisados ao longo do trabalho já são observáveis anteriormente ao seu governo.

De fato observam-se os mesmos interesses em apoiar e defender Israel diante dos incessantes acontecimentos políticos relacionados ao conflito israelo-palestino em cada hemisfério. Cada acontecimento internacional envolvendo Israel se configura

como uma nova oportunidade para pôr seu sionismo em prática, como visto anteriormente em relação à guerra de 2023. Assim pode-se falar em fortalecimento do sionismo cristão no Brasil com Trump, mas não advento, o sionismo cristão brasileiro é anterior ao seu governo. A deputada pentecostal Geovania de Sá (PSDB-SC), por exemplo, cita regularmente a influência de sua família e da Igreja em sua juventude como fundamento para sua atuação sionista no congresso nacional

Sempre ouvíamos meu pai, teólogo, professor de teologia na cidade até hoje com seus 73 anos de idade, e eu sempre via nos olhos dele um brilho grande e ele sempre falava de Israel com muito amor. quando fui eleita em 2014 eu falei: "essa é a minha principal missão defender o estado de israel". Geovania de Sá PSDB-SC (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023b).

E por que a Geovania veio parar aqui? Assim como vários Parlamentares que aqui estão, eu nasci em um lar evangélico. O meu pai, Professor de Teologia na Igreja Evangélica Assembleia de Deus, nasceu na igreja, a minha mãe nasceu na igreja. (...) lembro que nós estávamos indo para uma escola dominical com muita chuva, e o meu pai olhou para nós: "Não sei o que vocês serão quando crescerem, mas nunca esqueçam: se vocês amam o seu Deus, vocês vão defender o Estado de Israel". E aquilo me marcou (...) quando eu cheguei à Casa eleita pelo povo de Santa Catarina em 2014, eu disse: essa missão me foi dada pelo meu pai e também pelo meu pai celestial. E eu tenho essa missão, Embaixador. Sou apaixonada pelo Estado de Israel. Quem ama Deus é impossível não amar o Estado de Israel, o povo judeu, que sofre ainda tanto com boicotes, com manifestações antissemitistas. Geovania de Sá PSDB-SC. (DETAQ, 2023b).

A parlamentar expõe no curso do seu pronunciamento uma trajetória bastante comum para a bancada evangélica, com criação religiosa desde cedo na igreja e posterior conversão bem-sucedida do capital religioso em político. Como afirma Freston (1993) em sua maioria os políticos da bancada evangélica se formaram dentro das igrejas.

Por seu turno, a Assembleia de Deus citada pela deputada é mais uma das muitas igrejas pentecostais norte-americanas posteriormente exportadas para o Brasil, contando com um contínuo intercâmbio entre os polos. Quando atende ao culto dominical assembleiano, o pentecostal brasileiro escuta regularmente histórias acerca do povo judeu e de Israel, o componente sionista se faz presente na pregação pastoral em algumas dessas igrejas há décadas. Sem necessidade de interferência direta do governo norte-americano propriamente, como conta o relato da deputada.

Em virtude dessa afinidade anterior ela foi convidada, assim que eleita no Congresso, a participar da Fundação Aliança de Israel, em inglês Israel *Allies*

Foundation (IAF). Um grupo político transnacional que busca envolver legisladores na defesa de Israel em seus respectivos países.

Desde 2015, quando cheguei, eu recebi uma missão: fui convidada pela Fundação Aliança de Israel, que tem a sua matriz em Washington, e todos os anos eu participo de uma capacitação nos Estados Unidos, na qual, neste ano, em janeiro, estivemos com todos os Parlamentares da América Latina. O que discutimos lá? A Fundação, o movimento antissemitista. (...) E foi muito interessante o que aconteceu ali. Tinha um representante de cada país da América Latina, e discutimos as manifestações antissemitistas, que tiveram o seu auge lá na Europa no Holocausto, mas que ainda acontecem, ocorrem. Não podemos fechar os olhos para as manifestações. Em todos os anos, mais ou menos em setembro ou outubro, eu vou a Israel, e lá nós discutimos boicotes em todos os setores do Estado de Israel. Geovania de Sá PSDB-SC. (DETAQ, 2023b).

O discurso é interessante, pois permite observar a influência estrangeira no sionismo cristão brasileiro. O grupo busca educar parlamentares ao redor do mundo com a perspectiva sionista, instruindo-os como agir na defesa de Israel a partir de capacitações e viagens, bem como através da troca de experiências entre parlamentares.

Por sua vez, a deputada já tinha interesse em temas relacionados a Israel desde sua criação na Igreja, como dito anteriormente, o convite para participar do grupo se deu sobretudo pelo interesse manifesto da deputada anteriormente. A participação no grupo então serve como um reforço para uma identidade já existente, por meio da organização de cursos de capacitação sobre como atuar politicamente na defesa de Israel e, também, ao elevar o status honorífico da deputada, que viaja a convite de uma fundação internacional. Por isso ela cita como “todos os anos eu participo de uma capacitação nos Estados Unidos. (...) Em todos os anos, mais ou menos em setembro ou outubro, eu vou a Israel”. Geovania de Sá PSDB-SC. (DETAQ, 2023b).

Por outro lado, o grupo foi fundado por membros do parlamento israelense com o intuito de angariar apoio internacional para Israel e conta com a participação de parlamentares de dezenas de países ao redor do mundo, incluindo aí os Estados Unidos, maior parceiro de quem os israelenses necessitam do suporte. Nesse sentido, pode-se observar mais claramente a influência direta do governo israelense, e não norte-americano, no fomento do sionismo cristão no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de conteúdo realizada até aqui demonstra como a articulação sionista no Congresso contém uma profusão de simbologias. Ora o discurso parlamentar se assemelha ao do pastor no púlpito, com referências diretas à bíblia, na visão dos judeus como povo escolhido e de Israel como sua terra prometida. Em outros momentos, entretanto, um leitor desatento poderia pensar que o orador em questão se trata de um especialista em política externa ou comércio exterior. A linguagem aí menciona investimento externo direto, transferência de tecnologias, problemas de escassez hídrica no Nordeste e criação de startups - na mais clara sintonia com a lógica racional moderna comum ao campo político.

Mas o hiato entre os dois registros é muito menor do que se aparenta, esses últimos tópicos convergem todos em torno de uma mesma afirmação: o Brasil só teria a ganhar se aproximando de Israel. Observa-se como tal enunciado é a tradução do versículo bíblico que afirma como todos os povos da terra serão abençoados ao apoiar Israel para um público não cristão. É que os parlamentares pentecostais estão cientes de que uma argumentação enquadrada na lógica religiosa e na Bíblia tomada como base para compreensão da realidade pode entrar em clara contradição com a lógica racional/secular presente na esfera pública. Nesse sentido, eles procuram confirmar, a partir da realidade sensível, aquilo já contido na Bíblia ao transfigurar as promessas de prosperidade do salmo 122 para o Brasil como um todo.

A conclusão geral está de acordo com a visão de Lewis (2021) que aponta como o sionismo cristão nunca foi simplesmente sobre os judeus ou Israel, mas como alguns grupos protestantes moldaram sua própria identidade e busca por salvação. O estudo focado nos parlamentares pentecostais brasileiros no século XXI demonstra como seu sionismo tem muito mais a ver com os problemas nacionais do Brasil do que com Israel e os judeus. A partir de sua hermenêutica bíblica, tomada como base para a compreensão do real, Israel se torna uma nação redentora, um excelente veículo de prosperidade diante da pletora de diferentes alternativas políticas na modernidade. Os parlamentares tentam oferecer uma solução religiosa para os problemas bem concretos do país, promovendo a prosperidade da nação tal como prometido pelo próprio Deus.

Como visto anteriormente, a conversão para o pentecostalismo significa para o crente um ganho de “força” em sua vida, entretanto, para tal perspectiva, essa

potência religiosa vai muito além de um novo nascimento individual, ao suscitar também ampla transformação social. No curso da articulação sionista no congresso a religião aparece como solução para erradicar problemas sociais que insistem em não ser resolvidos. A lógica, contudo, é a mesma, dois tempos opostos, antes e depois da conversão, e duas sociedades, uma ímpia e outra pura, com a mudança de um registro para o outro se dando através do contato com a energia sagrada. O paralelo se estende até mesmo para o interesse leigo em relação a Israel. Se muitos crentes pentecostais anseiam por grande mudança no curso de suas vidas com a viagem para aquele país, os parlamentares apontam que o Brasil irá se beneficiar/será abençoado a partir da relação bilateral com Israel.

É claro, se os benefícios são de fato tão evidentes, o Brasil deveria se aproximar de Israel. Esta pauta seria não a apropriação do Estado pelos interesses religiosos particulares, mas um universal em vias de ser descoberto pelos demais. Tal aproximação representaria o verdadeiro interesse nacional que as diversas alternativas políticas, por sua cegueira religiosa, não conseguem ainda observar. Todos se beneficiariam desta aproximação, pentecostais ou não.

Agindo assim os parlamentares pentecostais dialogam com o contínuo problema da instituição da autoridade legítima no contexto da democracia representativa. Isto é, quem, dentre os inúmeros postulantes, das mais diversas ideologias políticas, representa os verdadeiros interesses coletivos? Nesse sentido, os discursos sionistas de parlamentares pentecostais são observados como tentativas de construção de imagens de si mesmos, a partir da ideia de uma correspondência absoluta entre os valores religiosos por eles professados e os desejos populares de desenvolvimento do país.

O pano de fundo de tal comportamento é habitual ao campo político em si, as mais diversas ideologias políticas empregam estratégias variadas na competição pela posse legítima da representação política. Cada qual a seu modo as alternativas políticas buscam oferecer a solução para os problemas que o país atravessa. Fala-se, portanto, sempre em nome do coletivo, na afirmação mesma dos seus desejos. É sobretudo a maneira como os parlamentares pentecostais oferecem sua resposta para tal questão que os diferencia dos demais. Na base, reside a crença de que os cristãos são sal da terra, luz do mundo, promovendo, através dos princípios religiosos, a transformação social tão necessária para uma nação subdesenvolvida, tal como prometido pelo próprio Deus.

Nesse sentido, cada um dos discursos analisados no decorrer do texto representa a tentativa pentecostal de abençoar o Brasil por meio do apoio aos judeus e ao Estado de Israel, os diferentes tópicos elencados convergem para este mesmo objetivo tácito e de tão difícil compreensão para o observador externo. Na perspectiva pentecostal, se o restante da sociedade enfim aceitasse toda a potencialidade de sua própria fé, o Brasil poderia enfim se tornar uma nação desenvolvida, tão próspera quanto o Estado de Israel.

O observador externo pode encarar prontamente tal pretensão universalista com bastante suspeita, ao modo da crítica marxista da ideologia que observa como os universais promulgados por certos grupos sociais são somente seu interesse particular em outra roupagem (BOURDIEU, 1996). Mas não há sentido em apontar cinismo e mentira no sionismo levado a cabo por grupos pentecostais, as representações aí inseridas encontram seu princípio na interpretação sincera que eles têm de alguns versículos bíblicos. Como esperamos ter demonstrado ao longo do trabalho.

Está constatação não leva a uma visão excessivamente apologética sobre sua articulação sionista. Como afirma Berger (2011, p.123), “a sinceridade é a consciência do homem que se empolga com sua própria representação”. Compreende-se dessa forma como tal elaboração está de acordo com a auto-imagem que eles têm de si próprios. Isto é, estas figuras veem a si mesmos e desejam ser vistos pelos demais como porta-vozes de interesses gerais da nação. Como se a identidade religiosa os revestisse de uma aura de pureza, garantindo sua superioridade frente aos seus pares. O que se configura como uma estratégia, irrefletida e quase automática, na busca por aumentar a própria legitimidade, credibilidade e capital político. Isso não significa que o desafio apresentado pela articulação sionista pentecostal no congresso seja menor do que se espera, mas sim de que ele é ainda maior, este grupo crê honestamente que está prestando um serviço para o restante da sociedade.

Referências Bibliográficas

'Mal orientado', diz Grupo Parlamentar Brasil-Israel e Frente Parlamentar Evangélica sobre Lula. **R7**. Brasília, 14 de nov. 2023. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/mal-orientado-diz-grupo-parlamentar-brasil-israel-e-frente-parlamentar-evangelica-sobre-lula-14112023>>. Acesso em 04 de dez. 2023.

ADU, Philip. **A step-by-step guide to qualitative data coding**. Routledge, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **O tempo que resta**: um comentário à Carta aos Romanos. Autêntica, 2017.

ALEXANDER, Peter. Rational behaviour and psychoanalytic explanation. **Mind**, v. 71, n. 283, p. 326-341, 1962.

AMSTUTZ, Mark R. **Evangelicals and American foreign policy**. Oxford University Press, 2013.

ANTONIO, Gabriel Henrique Burnatelli de; LAHUERTA, Milton. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, p. 57-82, 2014.

ASSUNÇÃO, Rudy Albino. O Reencantamento do mundo: interpelando os intérpretes do desencantamento do mundo. Florianópolis: **Dissertação de mestrado em Sociologia Política**, UFSC, 2012.

ARIEL, Yaakov. **An unusual relationship**: evangelical Christians and Jews. NYU Press, 2013.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade (s) enunciativa (s). **Cadernos de estudos linguísticos**, v. 19, p. 25-42, 1990.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Por que tantos evangélicos defendem Israel no novo conflito? **Folha de São Paulo**. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/por-que-tantos-evangelicos-defendem-israel-no-novo-conflito.shtml>>. Acesso em 15 out. 2022.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Evangélicos podem desbancar católicos no Brasil em pouco mais de uma década. **Folha de São Paulo**, v. 14, 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/evangelicos-podem-desbancar-catolicos-no-brasil-em-pouco-mais-de-uma-decada.shtml>. Acesso em 01 de janeiro de 2021.

BANDEIRA, Alessandro. **Tabernáculos 2023**: Caravana participa de celebração profética em Sião. Ministério Internacional da Restauração (MIR). 2023. Disponível em: <<https://www.mironline.com.br/post/tabern%C3%A1culos-2023-caravana-participa-de-celebra%C3%A7%C3%A3o-prof%C3%A9tica-em-si%C3%A3o>>. Acesso em: 3

out de 2023.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Relume-Dumara, 1998.

BARRUCHO, Luís. 'Falei para chamar atenção', diz deputado ao justificar o voto pela 'paz em Jerusalém'. **BBC**. Londres. 20 abr. 2016 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160420_entrevista_ronaldo_fonseca_paz_jerusalem_lgb>. Acesso em 25 jul. 2023.

BELHASSEN, Yaniv; EBEL, Jonathan. Tourism, faith and politics in the Holy Land: an ideological analysis of evangelical pilgrimage. **Current Issues in Tourism**, v. 12, n. 4, p. 359-378, 2009.

BERCITO, Diogo. Por que evangélicos brasileiros se alinham com Israel? **Folha de São Paulo**. 2019. Disponível em <<https://orientalissimo.blogfolha.uol.com.br/2019/04/01/por-que-evangelicos-brasileiros-se-alinham-com-israel/>>. Acesso em 17 jul. 2023.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Vozes, 2003.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas. 2009.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes. 2011.

BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. Português. **Bíblia Online**. Disponível em:< <https://www.bibliaonline.com.br/>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2021.

BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Papyrus Editora, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista brasileira de Ciência política**, p. 193-216, 2011.

BOURDIEU, Pierre.; CHAMBOREDON, Jean.; PASSERON, Jean. **Ofício de Sociólogo**: Metodologia da pesquisa na sociologia. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**: um estudo sobre a religião popular. 1980.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. **Como Exportar Israel**. Brasília, 2016.

BRASÍLIA. **Anais da Assembleia Nacional Constituinte, Ata da 11 reunião da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher**. 1987.

Disponível em:

<<https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup84anc26jun1987.pdf#page=24>>.

Acesso em 05 Jan de 2023.

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. **Tempo social**, v. 20, p. 83-113, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relações Exteriores - Discussão e votação de propostas**. 2019. Disponível em:

<[https://www.youtube.com/watch?v=lg-QEkRhjLA&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xW](https://www.youtube.com/watch?v=lg-QEkRhjLA&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=3&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados)

[suolFyGLkr8&index=3&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados](https://www.youtube.com/watch?v=lg-QEkRhjLA&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=3&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados)>, acesso em 15 abr. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Plenário - Homenagem ao aniversário da criação do estado de Israel**. 2022. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=h4t_FV_gIXM&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=67&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados>, acesso em 15

abr.2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Plenário e sessões**. 2023. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/guia-para-jornalistas/plenario>>. Acesso em: 19 jul. 2023a.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Homenagem à data de Criação do Estado de Israel - Sessão Solene**. 2023b. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=VVa3zjSgtpU&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=110&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados>, acesso em 16

abr. 2023.

CARPENEDO, Manoela. Christian Zionist religiouscapes in Brazil: Understanding Judaizing practices and Zionist inclinations in **Brazilian Charismatic Evangelicalism**. **Social compass**, v. 68, n. 2, p. 204-217, 2021.

CAVALCANTE, Sóstenes. **Com grupo terr00rist@ não existe paz**. 11 de out. 2023.

Instagram: [sostenescavalcante](https://www.instagram.com/sostenescavalcante) Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CyQZjGdOG8_/>. Acesso em 02 de dez. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Editora Contexto, 2006.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Bookman Editora, 2009.

CUNHA, Christina Vital da. "Televisão para salvar": religião, mídia e democracia no

Brasil contemporâneo. **Antropolítica**, Niterói, n. 42, p. 199-235, 2017.

DA SILVA LIMA, José. Teologia e Antropologia em diálogo. **Ephata**, v. 1, p. 89-112, 2019.

Dantas, Bruna Suruagy do Amaral. Religião e política: ideologia e ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal. 2011. 350 f. **Tese de Doutorado em Psicologia Social**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade**: uma história do paraíso. 1997.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. Editora Companhia das Letras, 2009.

DESROCHE, Henri. **Sociologia da Esperança**. São Paulo, Paulinas, 1985.

DETAQ. Câmara dos Deputados. **Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 15 de jun. 2005

DETAQ. Senado Federal. Sessão **Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 14 de mai. 2008

DETAQ. Câmara dos Deputados. **Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 30 jun. 2009

DETAQ. Câmara dos Deputados. **Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 21 mai. 2014

DETAQ. Câmara dos Deputados. **Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 20 mai. 2015

DETAQ. Câmara dos Deputados. **Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 19 de mai. 2016a

DETAQ. Câmara dos Deputados. **91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária**, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura. 17 de abr. 2016b.

DETAQ. Câmara dos Deputados. **Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 10 de mai. 2017

DETAQ. Câmara dos Deputados. **Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 17 de mai. 2018

DETAQ. Câmara dos Deputados. **Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel**. 21 de mai. 2019

DETAQ. Câmara dos Deputados. **3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA 157ª SESSÃO (SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA)**. 9 de dez. 2021.

DETAQ. Câmara dos Deputados. **4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA 23ª SESSÃO (SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA)**. 24 de mar. 2022.

DETAQ. Senado Federal. **149ª Sessão Deliberativa Ordinária**. 10 de out. 2023a.

DETAQ. Senado Federal. **Reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Israel**. 28 de fev. 2023b.

DIAP - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Radiografia do Novo Congresso**: Legislatura (2019-2023). 2018.

DIAP - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Radiografia do Novo Congresso**: Legislatura (2023-2027). 2022.

DUCHIADE, André. Frente Evangélica apoia Israel por crença no Apocalipse e na volta de Cristo. **O Globo**, Rio de Janeiro, v. 6, 2019. Disponível em < 105 <https://oglobo.globo.com/mundo/frente-evangelica-apoia-israel-por-crenca-no-apocalipse-na-volta-de-cristo-23348539>>. Acesso em 12 abr. 2023.

DURBIN, Sean. The Revelation John (Hagee) American Christian Zionism, "Religion", "Politics" and Identity. **Tese de doutorado em filosofia**. Macquarie University, 2013

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ENGBERG, Aron. Life Stories and Christian Zionist Ideology: A Theoretical Outline of How to Capture the Interplay between Individual and Ideology. In: **Working with Stories**: Narrative as a Meeting. Place for Theory, Analysis and Practice. European Narratology Network, 2011. p. 68-77.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Rubem César. **Os cavaleiros do Bom Jesus**: uma introdução às religiões populares. Brasiliense, 1982.

FERNANDES, Rubem César. **Novo nascimento**: os evangélicos em casa, na igreja e na política. Mauad Editora Ltda, 1998.

FERREIRA, Ismael. Neopentecostalização do pentecostalismo clássico: mudanças na concepção escatológica das assembleias de Deus. 2014. Juiz de Fora. **Dissertação de Mestrado em Ciência da Religião**, UFJF, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. Tradução de Edmundo Cordeiro com a ajuda para a parte inicial do Antônio Bento. L'Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.

FRENPAZBRIL. **ISRAEL GOVERNO - HOMENAGEIA PARLAMENTARES**

BRASILEIROS. 2011. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Bm13pb3V7To&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0x106WsuolFyGLkr8&index=22&t=598s&ab_channel=frenpazbril1> Acesso em 13 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Nota de solidariedade e apoio a Israel.

Brasília, 07 de out. 2023. Facebook. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=635707955416288&set=pb.100069312665530.-2207520000>>. Acesso em: 02 de dez. 2023.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. 1993. Campinas. **Tese de doutorado em Sociologia**. UNICAMP. 1993.

FRESTON, Paul. Bolsonaro, o populismo, os evangélicos e América Latina. **Novo ativismo político no Brasil**, p. 371-391, 2020.

FROSSARD, Miriane Sigliano. *Caminhando por terras bíblicas”: religião, turismo e consumo nas caravanas evangélicas brasileiras para a Terra Santa*. Juiz de Fora. **Dissertação de Mestrado em Ciência da Religião**. UFJF, 2013.

GARRARD-BURNETT, Virginia. A Vida abundante: a teologia da prosperidade na América Latina. **História: Questões & Debates**, v. 55, n. 2, 2011.

GOLDBERG, Michelle. **Kingdom coming**: The rise of Christian nationalism. WW Norton, 2006.

GOLDMAN, Shalom. Review of Christians and Zionism. **American Jewish History**, 93, no. 2: 245–60. 2007

GOMES, Edlaine de Campos et al. **A "Era das Catedrais" da IURD**: a autenticidade em exibição. 2004.

GONÇALVES, Rafael. Discursos sobre a “terra prometida”. As relações entre a frente parlamentar evangélica e o Estado de Israel. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 30, n. 2, p. 99-129, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **La Topographie légendaire des Évangiles en Terre sainte. Étude de mémoire collective**. 2009.

HALSELL, Grace. **Prophecy and politics**: Militant evangelists on the road to nuclear war. Hill, 1986.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **La religion**: Hilo de memoria. Barcelona: Herder. 2009

HEUSER, Andreas. Outlines of a Pentecostal dominion theology. in: FONTANA, Leandro LB; LUBER, Markus. **Four Synoptic Surveys from Asia, Africa, and Latin America**. 2021.

HUMMEL, Daniel G. **Covenant Brothers**: Evangelicals, Jews, and US-Israeli Relations. University of Pennsylvania Press, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. 2010.

ICEJ. **Rene Terra Nova Evening Celebration**. Audio. 2017. Acesso em: 4 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. 2010.

JOVEGELEVICIUS, Jayme Caon. **Entre a cruz e a estrela**: um estudo sobre algumas aproximações de setores evangélicos com o judaísmo. 2018.

KAELL, Hillary. **Walking Where Jesus Walked**: American Christians and Holy Land Pilgrimage. NYU Press, 2014.

KEPEL, Gilles. La revanche de Dios. **Cristianos, judíos y musulmanes a la reconquista del mundo**, v. 394, 1991.

KORADE, Matt, Controversial US pastors take part in Jerusalem embassy opening, **CNN**, 14 mai. 2018, Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/05/13/politics/hagee-jeffress-us-embassy-jerusalem/index.html>>. Acesso em 18 jul. 2023.

LEAL, Paulo Roberto Figueira; ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição. **As campanhas eleitorais no contexto da política personalizada**. In: IX Congresso Brasileiro de Marketing Político (Politicom). 2010.

LEITE, Marcus Vinícius de Freitas Teixeira. O discurso parlamentar como elemento de justificação no processo legislativo. Belo Horizonte: **Dissertação de mestrado em Direito**, UFMG, 2021.

LEWIS, Donald. **A Short History of Christian Zionism**: From the Reformation to the Twenty-First Century. 2021.

Lula critica violência em Gaza e diz que 'Israel também está cometendo vários atos de terrorismo'. **G1**, Brasília, 14 de nov. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/11/14/lula-critica-violencia-em-gaza-e-diz-que-israel-tambem-esta-cometendo-varios-atos-de-terrorismo.ghtml>>. Acesso em 05 de dez. 2023.

LUTERO, Martinho. On the Jews and Their Lies. **Luther's Works**, v. 47. 1971.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de poder**: Deus, os cristãos e a política. Thomas Nelson Brasil, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. **A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos**. Dados, v. 57, p. 601-631, 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. A vertente evangélica do

neoconservadorismo brasileiro. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda. **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, p. 271-285, 2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto; CARRANZA, Brenda. Articulações político-religiosas entre Brasil-USA: direita e sionismo cristãos. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, v. 23, p. e021021-e021021, 2021.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto; CARRANZA, Brenda. Genealogia do sionismo evangélico no Brasil. **Religião & Sociedade**, v. 42, p. 225-248, 2022.

MALAFÁIA, Silas. **Evangélicos e judeus são aliados na defesa de Israel**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wYgqp3sVYto&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=12&ab_channel=FIERJComunicacao>. Acesso em 11 Jan. 2021

MALAFÁIA, Silas. **Por que Jerusalém é a eterna e indivisível capital do estado de Israel!**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ysBlm5W2ZdE&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=14&ab_channel=SilasMalafaiaOficial>. Acesso em 12 jan. 2021.

MALAFÁIA, Silas. **Pastor Silas Malafaia comenta: Bolsonaro está certo ou errado em relação a Israel?** 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QydYnN-9lwc&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=13&ab_channel=SilasMalafaiaOficial>. Acesso em 10 jan. 2021.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**: introdução à sociologia do conhecimento. Tradução de Emilio Willems. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo, 1952.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. **Debates do NER**, v. 2, n. 24, p. 119-137, 2013.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. Edições Loyola, 2014.

MARIZ, Cecília Loreto. Libertação e ética: uma análise do discurso de pentecostais que se recuperaram do alcoolismo. **Nem anjos nem demônios**: interpretações sociológicas do pentecostalismo, p. 204-224, 1994.

MARIZ, Cecília Loreto. Perspectivas sociológicas sobre o pentecostalismo e o neopentecostalismo. **Revista de Cultura Teológica**, n. 13, p. 37-52, 1995.

MARIZ, Cecília Loreto. A teologia da batalha espiritual: uma revisão da bibliografia. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 47, p. 33-48, 1999.

MAURICIO JUNIOR, Cleonardo. Acordamos, Somos Cidadãos': os evangélicos e a constituição ética de si na relação com o político. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, Ano, v. 23, p. 99-135, 2019.

MERTON, Robert King; MAILLET, Miguel. **Sociologia: teoria e estrutura**. 1970.

MILLER, Donald E.; SARGEANT, Kimon H.; FLORY, Richard (Ed.). **Spirit and power: The growth and global impact of Pentecostalism**. OUP USA, 2013.

MIRANDA, Júlia. **Carisma, sociedade e política**. Relume Dumará, 1999.

MORI, Letícia. Por que tantos evangélicos defendem Israel? **BBC**..2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/clkjxpvjxjgo>>. Acesso em 14 out. 2022.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Nem "jardim encantado", nem " clube dos intelectuais desencantados". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, p. 23-36, 2005.

NICODEMUS, Augustus. **Salmo 122 - Jerusalém e o tabernáculo: sombra de Cristo e sua igreja**. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8y7E3GLhui4&t=1247s&ab_channel=PrimeiraIgrejaPresbiterianaDeGoi%C3%A2nia> Acesso em 15 jan. 2021.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson; DE OLIVEIRA, Aurenéa Maria. Modernidade, (Des) Secularização e Pós-Secularismo nos debates atuais da sociologia da religião. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP** (Descontinuada), v. 2, n. 1, p. 24-45, 2012.

ORO, Ari Pedro. Neopentecostalismo: dinheiro e magia. **Ilha: revista de antropologia**. Florianópolis, SC. Vol. 3, n. 1 (nov. 2001), p. 71-85, 2001.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003a.

PAGANELLI, Magno. A história recente do turismo religioso brasileiro e seu papel no conflito Israel-Palestina. 2018. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo.

PIERUCCI, Antônio Flávio Oliveira. Representantes de deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. In:PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **Realidade Social das Religiões No Brasil: Religião, Sociedade e Política**. 1996b.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Em defesa do consumidor religioso. In:PIERUCCI,

Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **Realidade Social das Religiões No Brasil: Religião, Sociedade e Política**. 1996b.

PIERUCCI, Antônio Flávio. " Bye bye, Brasil": o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. **Estudos avançados**, v. 18, n. 52, p. 17-28, 2004.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Religião como solvente: uma aula. **Novos estudos CEBRAP**, n. 75, p. 111-127, 2006.

PINTO, Danilo César Souza. Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado. São Carlos, 2013. **Tese de Doutorado**. Tese (Doutoramento em Antropologia Social)-Universidade Federal de São Carlos.

PRANDI, Reginaldo. **Realidade Social das Religiões No Brasil: Religião, Sociedade e Política**. 1996a.

Presidência da República. **Discurso do Presidente da República**. 2010. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-03-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-plenaria-especial-do-parlamento-israele-n-s-e-knesset>> Acesso em 16 jan. 2021.

Presidência da república. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)**. 24 de set. 2014. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-de-alto-nivel-da-69a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-onu>>. Acesso em 25 de jul. 2023.

RIZVI, Fazal. Beyond the social imaginary of 'clash of civilizations'? **Educational Philosophy and Theory**, v. 43, n. 3, 2011, p. 225-235.

SBT JORNALISMO. **Jair Bolsonaro concede ao SBT a primeira entrevista após posse. 2018**. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=WBxvrz7Tpm8&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=38&ab_channel=SBTJornalismo> . Acesso em 16 jun. 2023.

SCHREIBER, Mariana. Bolsonaro em Israel: Por que os evangélicos pressionam pela mudança da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém. **BBC**. 2019.

SHAPIRO, Matan. Appropriating Terra Santa: Holy Land Tours, Awe, and the 'Judaization' of Brazilian neo-Pentecostalism. **Lusospheres: Global Trajectories of Brazilian Religion**, p. 37-55, 2019.

SIZER, Stephen. **Christian Zionism: Road-map to Armageddon?**. Wipf and Stock Publishers, 2021.

SMIDERLE, Carlos Gustavo Sarmet Moreira. Modernidade mágica: o Pentecostalismo brasileiro 100 anos depois. Campos dos Goytacazes: **Tese de Doutorado em Sociologia Política**, UENF, 2011.

SMITHER, Edward L. The impact of evangelical revivals on global mission: The case of North American evangelicals in Brazil in the nineteenth and twentieth centuries. **Verbum et Ecclesia**, v. 31, n. 1, p. 1-8, 2010.

SMITH, Christian. **Religion**: What it is, how it works, and why it is still important. Princeton University Press, 2017.

SOARES, R. R. **As bênçãos que enriquecem**. Rio de Janeiro: Graça, 1985.

SOARES, R. R. **Show da Fé | Jesus quer curar você**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pbEkWBY3t3g&ab_channel=Mission%C3%A1rioRRSoares>. Acesso em 01 abr. 2023.

SOUZA, Magno Paganelli de. A história recente do turismo religioso brasileiro e seu papel no conflito Israel-Palestina. 2018. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo.

SPECTOR, Stephen. **Evangelicals and Israel: The Story of American Christian Zionism**. OUP USA, 2009.

SPRINGER, Renan. **Judaísmo, racionalismo e teologia cristã da superação**: um diálogo com Max Weber. Argumentum Editora Ltda., 2010.

SPYER, Juliano. (2020), **Povo de Deus**: quem são os evangélicos e por que eles importam? São Paulo: Geração Editorial.

STEENBERGEN, Marco R. et al. Measuring political deliberation: A discourse quality index. **Comparative European Politics**, v. 1, p. 21-48, 2003.

TAIAR, Estevão. Israel representa 0,37% da corrente de comércio com Brasil. **Valor**. Brasília, 9 de out. 2023. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/10/09/israel-representa-037percent-da-corrente-de-comercio-com-brasil.ghtml>>. Acesso em 01 de dez. 2023

TEMPLO DE SALOMÃO. **Bispo Macedo e o Embaixador de Israel - Oração por Jerusalém**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lj-m78oKSTY&list=PLOFk5LrsBSHPLfAhtJa0xWsuolFyGLkr8&index=9&t=69s&ab_channel=TemplodeSalom%C3%A3o>. Acesso em 15 Jan. 2021.

TOPEL, Marta Francisca. A inusitada incorporação do judaísmo em vertentes cristãs brasileiras: algumas reflexões. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 4, n. 10, 2011.

TRACHTENBERG, Joshua. **The devil and the Jews**: the medieval conception of the Jew and its relation to modern antisemitism. 1961.

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

VIGEVANI, Tullo; CINTRA, Rodrigo; KLEINAS, Alberto. O Conflito Israel-Palestina: Anacronismo, Contemporaneidade e o Papel do Brasil.

Israel-Palestina: A construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: Editora Unesp, p. 19-46, 2002.

WEBER, Max; GERTH, Hans Heinrich; MILLS, Charles Wright. **Ensaio de sociologia**. 1982.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Pioneira. 1983.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo, Cultrix, 2011.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva / ed. 4ª reimpressão Brasília. UNB, 2015.

WESTBROOK, Matthew C. **The International Christian Embassy, Jerusalem and Renewalist Zionism**: Emerging Jewish-Christian Ethnonationalism. Drew University, 2014.

WILLIAMS, Joseph. **The Pentecostalization of Christian Zionism**. Church History, v. 84, n. 1, p. 159-194, 2015.